

Danillo da Conceição Pereira Silva | Iran Ferreira de Melo  
Lorena Gomes Freitas de Castro ORGANIZADORES



# MULHERES EM DIS(CURSO) VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS SOB MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS



## **CRIAÇÃO EDITORA**

### **CONSELHO EDITORIAL**

Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira Menezes  
Maria Inêz Oliveira Araújo  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

Danillo da Conceição Pereira Silva  
Iran Ferreira de Melo  
Lorena Gomes Freitas de Castro  
ORGANIZADORES

# **MULHERES EM DIS(CURSO):**

## VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS SOB MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS



**VOLUME 2**



**Criação Editora**

Aracaju | 2017

Todos os direitos reservados aos organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do título da obra, organizadores, autores, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

PROJETO GRÁFICO: Adilma Menezes

CAPA: Mariana Teles Feitosa

Catálogo Claudia Stocker – CRB5-1202

Mulheres em Dis(curso): violências e resistências sob múltiplas perspectivas

Danillo da Conceição Pereira Silva, Iran Ferreira de Melo, Lorena Gomes Freitas de Castro(Organizadores). Questões de Linguagem e Sociedade. N.2. Aracaju: Criação, 2017.

145 p. 21 cm.

ISBN. 978-85-8413-168-6

1. Feminismo 2. Mulher 3. Violência-Mulher 4. Literatura- discurso

I. Título II. Danillo da Conceição Pereira Silva (org.) III. Iran Ferreira de Melo(org.) IV. Lorena Gomes Freitas de Castro (org.) V. Assunto

CDU 05-055.2+82

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Organizadores.

## APRESENTAÇÃO

A *Coleção Questões de Linguagem e Sociedade* apresenta debates teóricos e metodológicos elencados no campo de estudos da linguagem, orientados em perspectivas epistemológicas variadas, e examina detalhadamente diversos grupos considerados minoritários quando enxergamos de fato a realidade e a organização social em que estão inseridos: desigualdade, subalternização e violência.

Nesse sentido, questionamos a nós mesmos sobre o fazer teórico, as aplicações de seus resultados e a quem serve a produção desse conhecimento científico, uma vez que a curto, médio ou longo prazo, os valores gerados na esfera científica devem também atuar na suspensão das mais diversas formas de desigualdades sociais: racismo, xenofobia, homofobia, machismo/misoginia, transfobia dentre outras maneiras de discriminação.

Neste segundo volume, buscamos apresentar, primordialmente, sob vieses teóricos múltiplos (linguística textual, análise do discurso, perspectiva foucaultiana, entre outros) de que forma podem se estabelecer no discurso tanto práticas de violência, como práticas de resistência as quais representam instrumento de subversão aos contextos discriminatórios. Par-

timos do pressuposto de que é impossível separar a produção textual-discursiva das práticas sociais, visto que o discurso é capaz de (re)elaborar realidades distintas e, como acionado por mecanismos linguísticos, cognitivos e sociais, da mesma forma instaura contextos preconceituosos, discriminatórios os quais são muitas vezes reafirmados e legitimados devido à naturalização dessas realidades.

Sustentamos que “a teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero” (BIROLI; MIGUEL, 2012, Introdução). Portanto, interessa-nos trabalhar com essa temática a qual se fundamenta na necessidade de rever noções e ampliar esclarecimentos sobre questões de violência contra a mulher em prol da igualdade de identidade de gêneros, assim como sobre as possibilidades de resistência em âmbitos diversos.

Mesmo diante de tantos progressos e avanços na luta pelos direitos das mulheres, em plena pós-modernidade, precisamos nos questionar sobre os valores, os conhecimentos e as experiências que são veiculados através da língua(gem) e constituem maneiras de ferir e de resistir. Certos da multiplicidade de sentidos da palavra mulher e da riqueza de suas realidades, salientamos que assumimos um posicionamento político-ideológico cuja a discordância é verdadeira no que alude aos debates conservadores e subalternizantes, principalmente, em relação aos quais definem mulher na perspectiva biológica, sem ponderar de fato as relações e as identidades de gênero, negligenciando tantas vidas e relegando-as à condição de desprestígio.

Desde muito tempo e em diversas civilizações, a ideia de que o homem é o protetor e o provedor da casa e, portanto, a pessoa que exerce autoridade e poder, se naturalizou o que fez/faz com que as diferenças e as relações de poder sejam realçadas e perpetuadas durante gerações, já que são deflagradas no próprio seio familiar. Nesse *locus*, pequenas sutilezas, a começar

da atribuição de tarefas domésticas (nem sempre existe divisão dessas tarefas), das brincadeiras com as quais podem se divertir, a liberdade de ir, vir, falar por serem meninos e meninas definem já os papéis que podem ser ocupados por cada um.

Da esfera privada, sua casa, para a pública, a mulher carrega consigo, muitas vezes, o peso de tantos estereótipos inconvenientes criados e evocados a fim de mantê-la nos limites do que a sociedade, no geral, patriarcal e opressora, prega como sendo o comportamento adequado do sujeito mulher, assim questões construídas socialmente como a romantização da maternidade, a obrigatoriedade de ter filhos, a responsabilidade pelo cuidado do lar e da família continuam a ser reforçadas e tomadas como incontestáveis, como verdades absolutas.

Ora, se se concorda que por serem homens e mulheres, pessoas não possam exercer as mesmas funções, ocupar os mesmos espaços e realizar os mesmos feitos, está muito bem marcada a ideia de que pelo gênero de nascimento uns são menos capazes ou possuem mais habilidades do que outros. Diante dessa inverdade, sabemos que a distribuição de recursos e oportunidades entre homens e mulheres, majoritariamente, não é igual. Basta, por exemplo, retornarmos na nossa memória individual e coletiva quantas mulheres conhecemos que criam/criaram seus filhos sozinhas e têm dupla ou tripla jornada de trabalho, o que, no caso das mulheres casadas, obviamente, permite aos seus maridos (quando não participantes dessa instituição) que tenham mais tempo livre tanto para o lazer quanto para investir nos seus propósitos.

Essa realidade nos mostra que a não democracia fundada no ambiente familiar afeta diretamente a vida de todas as pessoas imersas nesses contextos, e, infelizmente, no que diz respeito às mulheres, torna suas vidas muito mais difícil, porque ofusca oportunidades, as impedem de ocupar inúmeros espaços ao objetificá-las e marginalizá-las, negando seu potencial e reiterando sua atuação aos espaços submissos e pouco frutíferos que a sociedade normalmente está habituada a lhes conceder.

No decorrer dessas discussões, vamos nitidamente tomando consciência de como as particularidades das relações de gênero influenciam as relações humanas e definem muitos *continuum* (de aspectos familiar, econômico, político, artístico, dentre outros) ao fazer uma breve retrospectiva histórica. Não há muito tempo que as mulheres, por meio de bastante luta, obtiveram direito ao voto, à inserção no ambiente educacional, ao divórcio, à escolha em ter ou não filhos, ao reconhecimento de sua sexualidade de forma prazerosa e íntegra sem a obrigação de responder aos seus maridos e a atividades meramente reprodutivas.

Destarte, justificamos a expressão *mulheres em (dis)curso*, porque essa luta ainda é complexa e longa, necessária não só para romper situações de desigualdade de gênero, como também para desconstruir os contextos de naturalização da violência física, simbólica e linguística, e desfazer os princípios estabelecidos pelas estruturas de opressão e dominação, as quais negligenciam as nossas mulheres ao se omitirem e não reconhecendo o direito de ocupar deveras os devidos espaços na sociedade.

Nesse sentido, não só destacamos as mulheres em (dis)curso enquanto figuras centrais, como reconhecemos a complexidade da categoria mulher, tal qual a diversidade das tantas mulheres na nossa sociedade. Diversidade essa para qual chamamos atenção *a priori* na capa deste volume, cuja elaboração foi carinhosa e especialmente produzida pela Mariana Teles Feitosa (arquiteta e urbanista, além de militante pelo movimento feminista) em função da temática defendida: as cores, as formas, os tamanhos, as belezas e as diversas realidades do que é ser mulher, da sua identidade construída social e culturalmente, a qual deve ser livre para fazer suas escolhas e viver de maneira digna.

Sendo assim, convidamos os leitores que desejam ampliar seus conhecimentos, debates à participação nessa jornada, a conhecer o volume dois dessa coleção o qual se propõe, sobretudo, à organização de conhecimentos científicos embasados



nos estudos da linguagem no intuito de reconhecer as diversas mulheres nas suas lutas, nos e pelos discursos, nas suas resistências contra as violências por elas sofridas em instâncias variadas. Neste livro, os capítulos se encontram tecidos na instância dos estudos da linguagem abordando, respectivamente, a violência sexual e a opressão machista na época da ditadura, a linguagem política e a formação da opinião pública, o feminismo e a resistência no funk de MC Carol, a transfobia e a violência linguística no ciberespaço, o ativismo digital como instrumento de resistência e os discursos institucionais sobre as mulheres.

No curso de revolver as estigmatizações em torno das mulheres e promover reflexões críticas, posicionamo-nos política e ideologicamente nos estudos da linguagem a favor do feminismo interseccional, isto é, em prol do feminismo negro, do transfeminismo, do feminismo lésbico e tantos outros, capazes de empoderar as mulheres através da reivindicação por espaços que são de tod@s, do reconhecimento e da divulgação das mais variadas formas de resistência, também reconhecendo e buscando compreender como se realizam as violências, para assim atuar com propostas de intervenção, provocar reflexões e reduzir essas adversidades sociais tencionando realidades justas e efetivamente condições de equidade.

*Danillo da Conceição Pereira Silva*

*Iran Ferreira de Melo*

*Lorena Gomes Freitas de Castro*



# SUMÁRIO

- A violência sexual e a opressão machista na ditadura militar brasileira: uma análise discursiva de depoimentos de ex-presas políticas **6** Meyre Jane dos Santos Silva  
Jane Cleide dos Santos Silva  
Maria Leônia Garcia Costa Carvalho
- A linguagem política e a formação da opinião pública: o objeto de discurso “mulher” **33** Isabela Marília Santana
- Feminismo e resistência: discursos contra-hegemônicos no Funk de MC Carol **55** Érika Ramos Ribeiro  
Nayara de Arêdes Oliveira
- Transfobia e violência linguística em comentários de leitores (as) do G1.com: abjeção e sentidos do não-humano **79** Danillo da Conceição Pereira Silva
- O objeto de discurso #hashtag como instrumento de resistência no discurso das mulheres **99** Lorena Gomes Freitas de Castro
- Discursos institucionais sobre as mulheres: a vontade de verdade e a produção de saberes na subjetividade discursiva **123** Glícia Kelline Santos Andrade



# A violência sexual e a opressão machista na ditadura militar brasileira: uma análise discursiva de depoimentos de ex-presas políticas

MEYRE JANE DOS SANTOS SILVA<sup>1</sup>

JANE CLEIDE DOS SANTOS SILVA<sup>2</sup>

MARIA LEÔNIA GARCIA COSTA CARVALHO<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Embora as mulheres não estejam projetadas na linha de frente nas revoluções históricas, elas estiveram presentes em vários momentos das conquistas brasileiras. Em virtude dessas lutas, a mulher conquistou grandes mudanças em sua condição feminina e, conseqüentemente, provocou outras tantas transformações na sociedade, por meio da sua inserção nos campos social, político e econômico.

---

1 Mestre em Letras; Universidade Federal de Sergipe (UFS); meyjanne@gmail.com.

2 Graduanda em História; Universidade Federal de Sergipe (UFS); j\_any\_na@hotmail.com.

3 Doutora em Linguística; Universidade Federal de Sergipe (UFS); marialeoniagarcia@yahoo.com.br

Para a sociedade do século XIX e até meados do século XX, a mulher estava a serviço de seu aparelho reprodutivo, isto é, era vista como ser frágil, de pouca inteligência, tendo como único espaço e ocupação o lar e a família. Os fatores ideológicos sempre foram bastante fortes e presentes nas divisões de tarefas entre os sexos, na verdade, havia preconceitos depreciativos que reduziam as mulheres a seres inferiores em relação aos homens. Aos poucos, mas com muitas lutas, essa condição feminina foi sendo rediscutida e, nas últimas décadas do século XX, a mulher foi, aos poucos, inserindo-se em setores ocupados unicamente por homens e aumentando cada vez mais seu campo de atuação e suas expectativas.

O sistema capitalista em ascensão contribuiu para que as relações entre homem e mulher fossem alteradas de forma paulatina, uma vez que o homem sozinho já não conseguia prover o sustento da prole. Em decorrência, também foi alterado o sistema familiar, em que a mulher passou a contribuir financeiramente no lar e tomar decisões em conjunto com o marido. E isso foi possível graças ao seu ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, independência financeira. Passou, então, a assumir uma nova posição-sujeito e a cumprir um novo papel social, deixando de lado a passividade que a ideologia patriarcal lhe imputava, tornando-se ativa na política e na economia do país. Logo, o ingresso da mulher no mercado de trabalho ocasionou alterações não só no âmbito familiar, mas também no plano político-econômico.

Ao longo da história do Brasil, em vários momentos, ainda que de forma um tanto incipiente, podemos perceber a recorrência da luta e da resistência das mulheres. Na década de 1930, por exemplo, muitas se uniram e lutaram pela participação na política atingindo sua meta ao conseguir que Getúlio Vargas se sensibilizasse, conquistando, assim, os direitos ao voto e à elegibilidade. Muitas operárias também se uniram a movimentos sindicais e lutaram contra a exploração a que eram submetidas,

por melhores condições de trabalho e melhores salários. Embora nem sempre as conquistas tenham sido bem sucedidas, elas contribuíram para que as mulheres se conscientizassem da necessidade de união e de atuação conjunta e constante.

Durante o período do golpe militar de 1964 as mulheres também foram protagonistas, atuando na militância contra o regime autoritário, lutando pela anistia política tornando-se, assim, peças fundamentais para a redemocratização do país. Neste momento de autoritarismo, os que a ele se opunham enfrentaram um regime que não poupava meios de impor sua ideologia, utilizando-se de prisões arbitrárias, sequestros, assassinatos, torturas, censura, entre outros meios de repressão. Os que “caíam”<sup>4</sup> eram submetidos a longos interrogatórios, com torturas físicas e pressão psicológica, como meio de desestabilizar fisicamente e emocionalmente o preso político.

Nas sessões de torturas, era comum a utilização, também, de violência sexual que vitimou homens e mulheres constituindo grave violação aos direitos humanos e crime contra a humanidade. Mas, para as mulheres, a crueldade era intensificada, por conta da ideologia machista dos torturadores que as concebiam como objeto sexual e como seres frágeis, subordinadas ao gênero masculino.

O presente capítulo traz à tona, por meio de discursos femininos, práticas de violência corporal e sexual que as presas políticas sofreram durante a ditadura militar brasileira, a fim de evidenciar o caráter machista das torturas e a tentativa de denegrir a moral das mulheres que lutavam contra o regime. Para isto, foram selecionados alguns discursos do documentário *Mulheres em Luta*<sup>5</sup>, de Susanna Lima, que demonstram o quanto tais abusos visavam desumanizar e inferiorizar a mulher, seguindo uma ideologia que a considerava um ser inferior ao homem e tinha por obrigação satisfazer o prazer masculino.

---

4 Expressão utilizada para os militantes que eram presos.

5 Documentário produzido pela GNT em 2014.

Como a história está inscrita não só nas ações, mas, sobretudo, na materialidade linguística, nos efeitos de sentidos produzidos pelos discursos em dado momento e espaço circunscritos, adotamos como linha teórica a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, que tem como principal mentor Michel Pêcheux. Consideramos que as diretrizes propostas pela Análise do Discurso possibilitam ultrapassar as barreiras do texto, penetrar na densidade da língua e adentrar nas confluências da história, do sujeito e da ideologia.

Segundo a AD, o discurso depende das condições de sua produção, daí a importância de relacioná-lo à história e à memória. Para Carvalho (2012 p.135), “por ser produzido em dado momento histórico, o discurso responde às necessidades que se apresentam nas inter-relações humanas e faz parte de um mecanismo em funcionamento”, em outras palavras, o discurso é social e, em decorrência, prende-se a um sistema de normas procedentes de uma ideologia. Por isso, traz em si, além de marcas do momento histórico em que foi enunciado, as formações ideológicas que o permeiam. Dessa forma, torna-se impossível conceber um discurso neutro, uma vez que o sujeito que o emite o faz a partir de uma posição sócio-histórica e, portanto, ideológica.

Cabe lembrar que, segundo Pêcheux (1997), as palavras não significam “*a priori*”, pois a linguagem não é transparente e, para compreendê-las, é necessário analisá-las a partir das formações discursivas que sustentam as formações ideológicas, além de observar os efeitos de sentidos que elas produzem. Dessa forma, ao analisarmos os discursos levaremos em consideração tanto o momento histórico do regime militar, de 1964 a 1985, como o momento de seu depoimento, 50 anos após o golpe.

## **O GOLPE 1964 – INSTAURAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**

Quando João Goulart assumiu a presidência, em 1961, o país enfrentava uma intensa crise econômica e política, e por ser



reformista e pregar a Reforma de Base no governo, ele era tido como “comunista”. Já em 1963, começava-se a sentir certo des-norteamento no governo Jango<sup>6</sup>, devido à pressão que sofria tanto pela direita, quanto pela esquerda, de modo que o presidente sentiu que suas margens de manobras estavam diminuindo. Antes mesmo do seu último projeto de reforma agrária não ter sido aprovado pelo Congresso, em setembro de 1963, já se observava o início de uma crise político-militar que desgastaria o governo nos anos seguintes. Dessa forma, o golpe de 1964 não foi apenas uma revolta dos militares, ele envolveu um conjunto de diversos setores sociais, civis e militares anticomunistas que conspiravam contra o Presidente João Goulart e contra seu discurso trabalhista.

O início da ditadura militar, no Brasil, foi marcado pela deposição do presidente João Goulart pelos militares, em 31 de março de 1964. A partir de então, o país passou a ser governado pelas Forças Armadas Brasileiras, sendo o Marechal Humberto de Alencar nomeado o novo chefe do Executivo. Iniciava-se, assim, o período mais sombrio da história brasileira, marcado por perseguições, torturas e violações dos direitos humanos, que durou 21 anos. Esse período ficou caracterizado pela superposição do poder militar sobre o civil e pelo autoritarismo, de modo que a primeira preocupação dos oficiais foi desmontar e reprimir todos os grupos aliados ao antigo governo (DANTAS, 2014).

De acordo com Althusser (1985), o Estado se utiliza de Aparelhos para reproduzir a ideologia dominante na sociedade. Faz referência, então, ao Aparelho Ideológico do Estado (AIE), representado pela escola, religião, família, política etc., uma vez que essas instituições atuam pela ideologia, e ao Aparelho Repressivo do Estado (ARE), representado pelos órgãos do governo, polícia, ministério público, juristas, etc., que atuam pela repressão. Desse modo, a função desse último é assegurar, utilizando-se da força

---

6 Nome popular como era conhecido o Presidente João Goulart.

bruta ou por meio de ordens, proibições e censuras, as condições políticas favoráveis para que os AIE funcionem.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, cerca de 11.620 pessoas, entre homens e mulheres, sofreram algum tipo de repressão entre os anos de 1964 a 1985, dentre elas, 216 foram mortas e 140 desaparecidas, sendo que a maioria desses atos ocorreram após o AI-5, editado em 1965, quando o regime ficou mais rígido e decidiu eliminar as organizações de esquerda na luta armada.

Dentre esses números, a *Folha de São Paulo* também informa que, no tocante ao gênero feminino, foram mortas 23 mulheres por conta do regime militar e 15 desaparecidas, o que equivale a um percentual de 10,6% e 10,7% dos mortos e desaparecidos, respectivamente. Vale a pena ressaltar que os militares nunca assumiram a prática de tortura, entretanto mais de 6 mil sobreviventes da prisão denunciaram casos de torturas e delataram nomes de centenas de torturadores.

Em depoimento, a cineasta Lúcia Murat, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Rio de Janeiro, presa e torturada durante a ditadura, relata a opressão dos militares e a vivência social neste período:

A ditadura não foi apenas assassina e torturadora, como efetivamente foi, e como eu experimentei na carne, era também uma vivência zero, entendeu? Você não tinha nenhuma possibilidade de uma experiência cultural, nenhuma possibilidade de discussão. Os caminhos naquele momento foram ou a resistência, ou a depressão, ou droga (MURAT, 2014, 00:40min.).

A partir desse discurso, percebemos que nesse período ditatorial, a sociedade criou dois imaginários: (i) um representado pela truculência da ditadura, os chamados *anos de chumbo*; (ii) o outro, pela lembrança da resistência, da luta pela democracia e da reestruturação da cidadania. Esses dois imaginários sociais nos indicam que a ditadura não está marcada na memória co-

letiva apenas pelos seus crimes de violência, mas também pela arbitrariedade de cassações de direitos cívicos que proibiam manifestações pessoais, culturais e organizações populares.

A primeira atitude contra os prisioneiros era tirar a roupa, isso valia tanto para os homens como para as mulheres. Em seguida, era comum sessões de tortura física de diversas espécies, principalmente voltadas aos órgãos genitais. A preferência por esses órgãos se dava, primeiro, obviamente, por serem bastante sensíveis e, segundo, porque representava uma humilhação, uma violação da dignidade humana.

Como militante da AP, uma sergipana e seu esposo viveram na clandestinidade em vários estados brasileiros, até serem presos em Garanhuns/PE, em 1974. Por estar grávida, ficou presa por cinco meses sendo liberada por ordem médica. Entretanto, esse período foi o suficiente para que ela fosse vítima de várias torturas físicas e psicológicas, conforme descreve:

Depois de muitas torturas me deixaram encalhada lá, não sei quantos dias. Lembro-me que um torturador muito especializado em tortura, exigia que eu desse o depoimento completamente nua [...]. Era difícil para mim, uma vez que eu não ficava nua nem na frente das minhas irmãs, até por conta da época. Mas, não obstante a época, ainda que fosse um período de liberdade, seria difícil. Uma mulher ficar despida na frente de homens torturadores... De tudo que eu relato, é isto que mais me marca! Eu não permitia que eles tocassem em mim, eu mesma tirava a roupa. Eu suava frio, gelado! Eles aplicaram choque elétrico em mim no dedo do pé, da mão e na orelha [...] (CÔRTEZ, 2011, p.140; 142).

Segundo Pêcheux (1997), o que determina o sentido das palavras é a posição ideológica e o contexto sócio-histórico em que o discurso está inserido. Amaral (2005 p. 27-28) afirma que

“O discurso é uma materialização das formações ideológicas; é, por isso, o espaço por excelência de expressão da palavra; a instância em que a palavra cumpre sua função, manifestando-se como produto das relações e das forças sociais”.

Ao analisarmos esse discurso, faz-se necessário considerar que, nas décadas de 1960 e 1970, ainda eram muito presentes as Formações Ideológicas religiosas e patriarcais que preconizavam que a mulher devia resguardar seu corpo para o casamento. É possível observar, no discurso acima, a forte presença de formações discursivas que sustentam formações ideológicas, decorrentes de uma educação familiar e religiosa, que apregoavam que a mulher deveria ser recatada, não mostrar seu corpo publicamente, nem mesmo entre os familiares, guardar-se para o casamento, ser casta como a virgem Maria, portanto, despir-se na frente de um homem era um ato imoral.

Conforme depoimento acima, de todas as dificuldades que a depoente passou quando vivia na clandestinidade e nos cinco meses em que ficou presa, o ato de ficar nua era a pior, justamente por conta da educação que teve, marcada por ideologias religiosas e patriarcais. E os torturadores sabiam que, dessa forma, afetariam as mulheres em sua condição física e psicológica e as deixariam mais frágeis e vulneráveis, além de ser uma tentativa de colocá-las no papel de submissas, como apregoava a ideologia patriarcal. Em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade (SE), em 2015, Ana Côrtes cita, ainda, as várias humilhações e torturas sexuais que as mulheres sofreram. É, portanto, sobre esse tipo de tortura que abordaremos no próximo tópico.

## **A TORTURA MACHISTA E OPRESSORA**

A violência era um artifício usado pelos militares para causar constrangimento, impor a superioridade física sobre o outro, a vontade de domínio, de posse, de aniquilamento do outro, do

uso arbitrário e discriminatório da força. E a violência sexual também era prática constante nas sessões de torturas, especialmente com as presas políticas, na tentativa de desestruturá-las e ridicularizá-las. Vários depoimentos de pessoas que lutaram contra a ditadura militar relatam práticas de torturas psicológicas, seguidas por agressões físicas, sendo que nas mulheres era comum o uso da violência sexual.

Por muito tempo a mulher, na sociedade patriarcal, foi considerada submissa ao homem e tinha que satisfazer-lhe a todos os desejos. Segundo Pinsky e Pedro (2012), o papel sexual da mulher também adquiriu um caráter passivo e de submissão, visto que “durante muito tempo, acreditou-se que ‘mulher distinta’, ‘respeitável’, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade”. Além disso, a violência sexual também era uma forma de castigar as mulheres por terem transgredido as normas morais e sociais, o que nos remete a uma formação ideológica da dominação do sexo masculino em relação ao sexo feminino, que as considerava “escravas, amantes de seus maridos” (Ibid., p. 473).

Devido à forte presença da ideologia patriarcal no país e, portanto, na formação dos militares, que tendia ao conservadorismo e à opressão, a tortura às mulheres presas tinha relação direta com o gênero feminino. De acordo com o depoimento de várias cativas, as torturas que sofreram eram machistas, pois os militares as menosprezavam, faziam se sentirem inferiores e as ridicularizam socialmente, conforme relatado também por Lúcia Murat:

Eu, particularmente, fiz parte de um grupo que sofreu a chamada tortura sexual, que não era violentação no sentido estrito do termo, mas eles torturavam a gente como se tivessem se apropriando. A gente ficava nua, eles ficavam massageando os seios, a vagina e falando sacanagem no ouvido. Então, era praticamente uma violentação, só que não havia a introdução do pênis, apenas isso, o resto tudo havia (MURAT, 2014, 07:44min.).

No discurso de Lúcia Murat, percebemos que a violência por ela sofrida está inserida na lógica da tortura estruturada com base na hierarquia de gênero e sexualidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência sexual “é qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2011, p.19), ou seja, a OMS não entende apenas o estupro como violência sexual, ele (o estupro) é somente uma das possíveis agressões contra a vítima. Nesse sentido, esta violência se caracteriza por qualquer ato de natureza sexual cometido contra uma pessoa sem o seu consentimento, e abrange tanto a violação física do corpo (com penetração vaginal, anal ou oral com partes do agressor ou objetos) quanto os atos sem o contato físico (como o desnudamento forçado e revista íntima).

Durante muito tempo, a sociedade não entendia os assédios e os toques indesejáveis como violência sexual. Essa compreensão estava diretamente ligada à cultura machista, perpetuada pela ideologia patriarcal que, por muito tempo, vingou em nosso país, propagando-se de geração em geração, até mesmo entre as mulheres. De acordo com Althusser (1985), as formações ideológicas se enraízam e são transmitidas de um indivíduo para o outro, por meio de um conjunto de práticas que determinam as práticas materiais. Assim, a ideologia não representa apenas um sistema (ilusório) de ideias que atua unicamente na imaginação para compreensão da realidade ou representação do mundo, ela possui, sobretudo, uma existência material.

Essa afirmação de Althusser, de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, justifica a presença do estudo da ideologia na AD, pelo fato de que não pode haver sentido sem compreensão, e é o contexto sócio-histórico, portanto, ideológico, que possibilita as significações do enunciado. É nessa perspectiva que Pêcheux (1997) faz a seguinte afirmação:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX, 1997, p. 165-166).

Seguindo a teoria de Pêcheux, a ideologia, portanto, tem a função de estabelecer dispositivos que estruturam os significados das ações que acontecem nas relações sociais. E é por meio do discurso que as formações ideológicas se materializam. Assim sendo, a ideologia não é concebida apenas como ideias que rodeiam o mundo, e sim como instância determinada no processo histórico-social de uma dada formação social.

É com base nessa teoria que podemos verificar a presença de um interdiscurso decorrente de formação ideológica patriarcal no discurso de Lúcia Murat quando ela diz “era praticamente uma violência, só que não havia a violência de introdução do pênis, apenas isso, o resto tudo havia”. Ao utilizar termo *praticamente*, ela acaba negando ter sido violentada, pois permeia em seu discurso a concepção de que apenas o estupro caracterizaria a violência sexual.

Com o intuito de deixar explícito o entendimento do que se caracteriza como violência sexual, o relatório da Comissão Nacional da Verdade descreveu os tipos de violência que devem ser entendidas de cunho sexual:

32. Por violação sexual entenda-se penetração de natureza sexual, não consentida, do corpo da vítima por órgão sexual, membro ou objeto utilizado pelo violador, com o uso de força ou mediante ameaça de coerção. O estupro é, portanto, apenas uma das formas possíveis de violação sexual. [...]

33. Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar nu ou seminu diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminu; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares e/ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual, e ameaças de violação sexual como as anteriormente mencionadas. (BRASIL, 2014, p. 418; 419-420)

Essa definição derivou dos vários depoimentos dados à Comissão da Verdade<sup>7</sup> em que os ex-presos políticos relataram todas essas agressões. Vale a pena ressaltar que, durante os interrogatórios a que eram submetidos, os presos ficavam nus. Assim, mesmo que não fosse seguido por tortura física já existia tortura psicológica e, segundo o relatório acima, também a tortura sexual.

A prática da tortura implica na degradação da vítima, transformando-a em um mero objeto da ação arbitrária, a fim de inferiorizá-la, desumanizá-la e debilitá-la. E isso era intensificado em relação às mulheres, pois as tortura que elas recebiam estavam diretamente ligadas ao gênero feminino, conforme é relatado por Rita Sipahi:

A intenção do torturador é que você seja destruída, que tudo aquilo que você tinha se colocado como projeto de vida, né? A luta, a resistência. É evidente

---

7 Comissão que investigou as violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos durante a ditadura militar brasileira.



que ele quer que você fale elementos para ele, mas vai além disso, pensa num canto de parede, você totalmente nua com sapato de salto, o que significa isso? Onde fica tua dignidade nessa hora? (SIPAHI, 2014, 11:26min.)

O fato de terem deixado Rita nua com sapato de salto alto, nos traz um pré-construído sobre a sensualidade feminina, de que a mulher tem que ser sempre sensual, bem vestida e pronta para receber seu parceiro. De acordo com as teorias de Pêcheux (1995), Tfouni e Pacífico (2005) afirmam que “o sujeito é sempre-já sujeito e isto é possível porque, mesmo antes de seu nascimento, já existe um interdiscurso que sustenta a constituição deste sujeito”. Em outras palavras, podemos dizer que o sujeito é fruto de pré-construídos, formados por “ecos” da memória discursiva.

É a partir dessa perspectiva, que podemos inferir que a intenção dos torturadores ao interrogar a presa de salto alto era não apenas obter informações, mas também atingir a sua honra, a dignidade feminina. E era justamente esse sentimento despertado nelas, conforme questionamento da própria Rita: “Onde fica tua dignidade nessa hora?”. Isso porque a tortura, especialmente a sexual, era uma forma de dominação, no sentido de que dominando o corpo, também dominariam sua mente.

O simples fato de ser mulher despertava ainda mais o ódio dos agentes, de modo que o interdiscurso que concebe a mulher como ser inferior ao homem estava sempre presente nos discursos dos militares. Os maus tratos e humilhações, por exemplo, sempre eram acompanhados de referências explícitas ao fato de a mulher ter-se distanciado do papel social que lhe era imposto, como mãe e esposa, e ingressado no campo político, tradicionalmente entendido como um lugar masculino, como podemos observar no depoimento abaixo:

A maneira que eles lidavam conosco era a maneira de, na verdade, nos desconstruir como mulher. Como aqueles homens naquele universo castrense, né? É masculino, machista, entendiam e nos desconstruíam como tal. Não era nenhum problema ali, só de ponto de vista ideológico, no sentido político, entendeu? Era mesmo da cultura do macho sobre uma mulher. [...] e todas as mulheres, em maior ou menor grau, elas tiveram é...digamos, torturas sexuais (JANE, 2014, 10:13min.).

Podemos observar nesse discurso, quando Jessie Jane diz “era a maneira de, na verdade, nos desconstruir como mulher”, que o termo *mulher* não se dirigia unicamente ao sexo, mas sim a tudo o que era atribuído ao gênero, isto é, um ente que deveria ser resguardado, recatado, submisso e, por conta disso, digna de respeito. O sujeito do discurso deixa claro que a agressão que sofrera não era exclusivamente relacionada a questões políticas, especialmente quando diz: “Era mesmo da cultura do macho sobre uma mulher”. Nesse fragmento é possível perceber nas entrelinhas que as humilhações e tipos de violência eram diferenciados quando se voltavam às mulheres, pois em seus depoimentos são comuns os relatos de violação do corpo, enquanto nos dos homens são relatados outros tipos de tortura (como choques elétricos, afogamentos, pau-de-arara, entre outros).

Obviamente, não queremos negar, aqui, que os homens também sofreram tortura sexual, mas sim enfatizar que esse tipo de tortura para as mulheres era mais frequente e humilhante, conforme Jessie afirma: “todas as mulheres em maior ou menor grau, [...] tiveram [...] torturas sexuais”. Sem dúvida, sua decantada fragilidade e atributos femininos eram fatores tidos como favoráveis para esse tipo de tortura.

Sendo assim, é possível inferir que o regime militar tem raízes profundas na ideologia patriarcal, já que a ideia de um poder dominante e opressor muito se assemelha com a imagem

do homem no patriarcalismo. Essa formação ideológica está presente em diversos discursos de relatos de torturas, em que os agressores não rotulavam a mulher como militante política, mas sim como prostitutas e, por isso, merecedora de violência. E isso era claramente passado para as prisioneiras, conforme exposto por Lúcia Murat quando revela que “na vila militar [...] tinha que tomar banho de sol algemada porque chegavam [...] dizendo: você é pior que qualquer um, porque, além de comunista, você é mulher.” (MURAT, 2014, 09h52min.).

De acordo com os depoimentos das mulheres, verifica-se que em todos os discursos há relatos de torturas nos quais predominam a visão, o domínio e a superioridade do macho. Isso porque a sociedade brasileira tem fortes traços moralistas que limitam a ação e o espaço da mulher ao lar. Dessa forma, a sua inserção na política, não era apoiada pelos militares, como podemos observar no discurso abaixo:

Muitas vezes, o Capitão [...] chegava e dizia assim: mas o que você tá fazendo aqui? Você tem dois filhos, você tem uma família, você tem isso, aquilo outro, por que você não fala o que eles queriam? Você se livra, você volta pra sua casa. Quer dizer, era bem a ideia da mulher doméstica, da mulher que não tem que ter outra... fazer outra coisa na vida (NOGUEIRA, 2014, 12:23min.).

Percebemos, no discurso de Rose Nogueira, que, durante o regime militar, a sociedade ainda compreendia que o lugar da mulher era dentro de casa, cuidando dos filhos e do marido, e as questões políticas eram unicamente destinadas aos homens, ou seja, a eles competia as questões externas ao lar, atuar nas relações sociais e políticas.

Convém lembrar que, durante muito tempo, em se tratando de sua espacialidade, as mulheres ocupavam um espaço periférico, inclusive com a condição de inferioridade devido a sua

aparência frágil e aspectos biológicos, como menstruação, gravidez e menopausa, que influenciavam o estereótipo que lhe era atribuído pela sociedade. Seus corpos deviam ser resguardados para a maternidade, e para assumirem, no interior de suas casas, seu papel de guardiãs do lar, submissas aos interesses do homem. Desse modo, em virtude de sua submissão em diversos momentos históricos, o universo feminino foi preenchido de experiências particulares e emoções que permitiram a construção de sua subjetividade (CARVALHO, 2012).

Portanto, a quebra do paradigma feminino das mulheres que combatiam a repressão e lutavam por seus ideais, causava nos militares repúdio e indignação, conforme o questionamento do capitão à Rose Nogueira: “mas, que você tá fazendo aqui? Você tem dois filhos, você tem uma família”, o qual nos apresenta um a formação ideológica de que o papel da mulher era ser boa mãe e boa esposa, tido como “missão”, e sua única obrigação era cuidar do lar. As mulheres que tinham coragem de reivindicar, de ir à luta, desconstruíam esse paradigma de atributos considerados inatos ao feminino e assumiam outras condutas, já que a coragem e a força eram características masculinas. Vale a pena enfatizar que esse preconceito não se deu unicamente em relação às prisioneiras, ele foi estendido para todas as mulheres que atuavam nos grupos de oposição ao regime.

Outro tipo de tortura muito utilizado eram as ameaças de estupro na frente dos maridos, conforme depoimento da sergipana Laura Marques ao narrar sua experiência na prisão Barão de Mesquita: “Lá eles tiravam a roupa da gente, de macacão, lá eles inclusive me ameaçaram de estupro na vista de Wellington” (MARQUES, 2001, p. 36). Percebemos, nessas ameaças, a ideologia de grupos de guerreiros antigos vitoriosos, que usavam a violência sexual como uma arma de guerra, representando em seu ato a expressão de poder e domínio do agressor para com a vítima. Eles violentavam as mulheres capturadas como sinal de sua apropriação, a fim de atacar o inimigo. Esse tipo de tortura

atingia a mulher pelo medo da violência e o homem por ferir sua moral e condição de protetor.

Além de todo sofrimento apresentado, essas mulheres ainda têm que conviver com sequelas físicas e emocionais, as quais também afetam seus familiares. O trauma sofrido por elas é tamanho que muitas demoram anos para denunciar os crimes que sofreram e algumas ainda sentem vergonha de falar tudo o que vivenciaram nos porões da ditadura. Enquanto relatam suas histórias, muitas se emocionam e se recusam a descrever todos os atos, como observamos no depoimento de Rose Nogueira:

[...] chamou vários deles pra me ver sem roupa. Vários deles vinham, olhavam, davam risadas, um horror! Toda humilhação que uma mulher pode passar nessa situação. Têm outras coisas que não consigo descrever, porque não consigo [pausa] Te virar de bruços numa mesa lá e chamar todo mundo [choro] (NOGUEIRA, 2014, 08:28min.)

Percebe-se nos discurso acima, como nos anteriores, que ao descrever as sessões de tortura, as vítimas demonstram sofrer de fortes traumas psicológicos. As pausas dadas no meio da narrativa nos revelam que elas vêm sofrendo com essas memórias por todas essas décadas. Esses silenciamentos significam tanto quanto o discurso, pois percebemos neles o medo, a vergonha, a angústia de conviver com as memórias dessas experiências traumáticas.

Mesmo que hoje a sociedade brasileira tenha aceitado o espaço conquistado pela mulher e condene as ações arbitárias dos militares durante o regime militar, muito ainda é ocultado, pois as vítimas não se sentem à vontade para expor, como dito por Rose: “Têm outras coisas que não consigo descrever, porque não consigo”. Sem dúvida, a lembrança das torturas machuca não apenas o corpo, mas também e acima de tudo a “alma” das vítimas.

## CONCLUSÃO

Ao analisar os discursos das ex-presas políticas que foram vítimas da ditadura militar, percebemos que todas as torturas estavam diretamente ligadas à questão do gênero feminino. Isso porque a ideologia patriarcal, muito presente no regime, não aceitava que as mulheres atuassem nas lutas políticas, pois julgava que seu lugar era em casa, submissas aos maridos. Por conta disso, as torturas e humilhações a que eram submetidas tinham o intuito de denegrir o caráter e a moral feminina, como uma forma de colocá-las em seu “devido lugar”. Assim, muitas delas sofreram a chamada tortura sexual, que as inferiorizava e as colocava em posição de submissão ao sexo masculino.

A violência sexual era usada, também, como forma de castigar as mulheres por terem transgredido seu papel social. Entretanto, toda violência sexual praticada contra as mulheres, acima de tudo estava relacionada à questão ideológica, isto é, da dominação do sexo masculino em relação ao sexo feminino, pois os militares as menosprezavam, faziam se sentirem inferiores e as ridicularizavam socialmente.

Esse tipo de violência foi uma prática constante nas sessões de torturas contra os presos políticos da ditadura militar brasileira, cometida por vários agentes do estado em todo país. E muitos são os traumas físicos e psicológicos que suas vítimas enfrentam até hoje. Entretanto, esses traumas também deixaram marcas em toda sociedade brasileira, e os discursos das vítimas e suas memórias são uma herança vergonhosa que carregamos na história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Trad. Walter Jose Evangelista e Maria Lura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Discurso e relações de trabalho*. Macaé: EDUFAL, 2005.

BRASIL. Relatório Comissão Nacional da Verdade. v. 1, Brasília: CNV, 2014.

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. *A construção de uma discursividade feminista em Sergipe: a Revista Renovação na década de 1930*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevista concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX". In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORÊNCIO, M. J. M. *Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX*. Monografia. 159f. UNIT, 2011 p. 132-157.

DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe: 1964 – 1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

Folha de São Paulo. *Tudo sobre o golpe*: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/index.html>. Acessado em 18 de ago de 2016.

JANE, Jessie. *MULHERES em Luta*. [Documentário]. Direção de Susanna Lima.[s.i], Ep. 4: Gnt, 2014. (25 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/materias/lucia-murat-e-a-professora-estrella-bohadana-relembra-superacao.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MARQUES, Laura Maria Ribeiro. *Entrevista* concedida ao projeto Vozes de um passado-presente: estudantes, artistas, intelectuais e militantes em Sergipe na segunda metade do século XX. In.: ANDRADE, J. A. F.; BARRETO, L. R. T.; FLORÊNCIO, M. J. M. *Registros e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX*. Monografia. 159f. UNIT, 2011 UNIT, 2011 p. 28-53.

MURAT, Lúcia. *MULHERES em Luta*. [Documentário]. Direção de Susanna Lima. [s.i], Ep. 5: Gnt, 2014. (25 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/>>

materias/lucia-murat-e-a-professora-estrella-bohadana-relembra-superacao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

NOGUEIRA, Rose. *MULHERES em Luta*. [Documentário]. Direção de Susanna Lima.[s.i], Ep. 3: Gnt, 2014. (25 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/materias/lucia-murat-e-a-professora-estrella-bohadana-relembra-superacao.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

*ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE*. Cartilha direitos da mulher: prevenção à violência e ao HIV/AIDS, 2011. Disponível em: <[http://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_docman&view=document&layout=default&alias=1267-cartilha-direitos-humanos-da-mulher-prevencao-a-violencia-e-ao-hiv-aids-7&category\\_slug=sau-de-da-mulher-267&Itemid=965](http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=document&layout=default&alias=1267-cartilha-direitos-humanos-da-mulher-prevencao-a-violencia-e-ao-hiv-aids-7&category_slug=sau-de-da-mulher-267&Itemid=965)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SIPAHI, Rita: *Mulheres em Luta*. [Documentário]. Direção de Susanna Lima.[s.i], Ep. 3: Gnt, 2014. (25 min.), Vídeo, son., color. Disponível em: <<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/materias/lucia-murat-e-a-professora-estrella-bohadana-relembra-superacao.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; STÜBE, Angela Derlise; PAULON, Clarice Pimentel. (Orgs.) *Silêncio e interdito: discursos em movimento*. São Carlo: Pedro & João Editores, 2016.



# A linguagem política e a formação da opinião pública: o objeto de discurso “mulher”

ISABELA MARÍLIA SANTANA<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que é a partir da linguagem que se rege a vida em sociedade, concomitantemente, a vida política. Na democracia atual, os políticos devem representar a voz da opinião pública, devem transmitir e compactuar dos desejos coletivos e sociais da população. Diante destas afirmações, devemos considerar o discurso político como dotado de valores éticos, firmeza pragmática e ações benéficas, e, como afirma Charaudeau (2016), a construção dessa opinião pública resulta de atos linguísticos de que o indivíduo tem a sua disposição, daquelas informações e teses que lhe são transmitidas por quem detém o “poder”. Nesse sentido, afirmamos que a linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem (Charaudeau, 2016).

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras/ Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe e graduada em Letras pela mesma instituição. Professora da Educação Básica do Estado de Sergipe (SEED). E-mail: isabelamarilia41@gmail.com.

Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar quão importante é a preocupação e o cuidado com questões sociais na formação da opinião pública. Porém, na maioria das vezes, ainda encontramos discursos de cunho preconceituoso, que abordam questões sociais de maneira arbitrária, indo de encontro ao contexto do “politicamente correto”. Dessa forma, procuraremos identificar referentes que se categorizam e recategorizam dentro e fora (contextos extralinguísticos) dos discursos e que possuem intenções machistas (em sua maioria de maneira mascarada), os quais vão de encontro à tese da importância de se considerar debates e questões sociais essenciais para a vida em sociedade e para formação dos indivíduos.

Analisaremos, então, o discurso proferido pelo nosso atual presidente da república Michel Temer no dia da mulher, em 08 de março do corrente ano e, assim, faremos uma reflexão sobre a construção do objeto de discurso “mulher” por essa figura pública, ao mesmo tempo que identificaremos os recursos lexicais, contextuais, argumentativos, como também as pistas linguísticas deixadas por esse falante, seu posicionamento valorativo em relação ao contexto “Mulher brasileira” e os valores sociais afirmados.

## **1 LINGUAGEM: ESTABILIDADE E INSTABILIDADE DE CATEGORIAS**

Uma questão de grande importância que permeia os estudos sobre a referenciação é a reconstrução da realidade. Blinkstein, citado por Koch (2009), afirma que a realidade, para o indivíduo, não passa de um produto da percepção cultural. Ou seja, “a realidade é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem [...]” (KOCH, 2009, p. 51). Assim, o indivíduo transforma o real em referente de acordo com seu projeto de dizer, suas crenças, opiniões, po-

sicionamento e intenções, daí a relação da referenciação com a verossimilhança, com o que pode ser real, verdadeiro. O referente passa a ser considerado *objeto do discurso* no interior dessas operações de referenciação. Para Koch (2002, p. 34),

os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Os objetos de discurso não são fixos, tampouco o são os objetos do mundo. Os elementos dados a referir se constroem e reconstroem nas práticas discursivas, interativas e sociais de acordo com os contextos com que possuem relação e/ou em que estão inseridos. Essa transformação da realidade em *objetos de discurso* a partir de um projeto de dizer gera e sofre ao mesmo tempo uma instabilidade constitutiva, ou seja, as expressões e as inferências se movem e adquirem diversos sentidos a partir dos diferentes contextos, diversos conhecimentos partilhados, nas negociações, enfim, nas atividades verbais, através das categorias linguísticas, e não verbais, através do nível perceptual.

Esse sentido dado ao mundo a partir da construção e reconstrução de referentes é o que podemos chamar de referenciação. Alegamos que, para construir e reconstruir a realidade e para dar uma nova roupagem aos objetos do mundo, é imprescindível a utilização da função argumentativa, pois os *objetos de discurso* são criados e recriados a partir duma proposta de fazer sentido em meio à intersubjetividade das negociações, de um determinado falante para um determinado ouvinte, com uma intenção, com objetivos e com finalidades explícitas e, principalmente, implícitas.

Para Rastier, citado por Mondada e Dubois (2003, p. 20), a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não linguística da prática em que ele é produzido e interpretado”.

A estabilidade é adquirida através das categorias manifestadas no discurso que, apesar de se movimentarem no curso de suas reconstruções, possuem um limite de significações oriundo do projeto de sentido e dos itens lexicais que estão presentes no liame do texto (cotexto), o que podemos chamar de pistas linguísticas. Há nesse processo de instabilidade e estabilidade das categorias um sujeito *encarnado* e *sociocognitivo* que possui relações indiretas e dinâmicas com o mundo e com o discurso, as quais discretizam a língua e os objetos de mundo, dando sentido a eles e criando entidades dentro do discurso com características sociais e individuais na medida das intenções.

No que diz respeito à variabilidade das categorizações pelos atores sociais, ela pode acontecer de várias maneiras, sobre vários projetos de sentido. Como já dito, a escolha de um papel social, de uma opinião, de uma indução, dentre outras, vai depender dum ponto de vista e/ou de um contexto específico. Por exemplo, no caso dos discursos políticos, o *corpus* deste estudo, estes são conduzidos a um auditório com o intuito de gerar um convencimento, como também uma ação (persuasão). São atribuídas a essas categorias presentes adequações e estabilizações, de modo a corroborar com os anseios do falante e, principalmente, de seus interlocutores. Em outros contextos, esse mesmo discurso pode ter outra função e outra dimensão, daí ele se desestabiliza para novamente encontrar uma estabilidade dentro daquele novo ambiente de significações e pretensões.

Como elencado, não há como negar que, dentro desse processo complexo de práticas discursivas, sociais e cognitivas, de utilização da linguagem, de movimentos perceptuais e linguísticos, há um enorme esforço argumentativo que molda o contex-

to, as categorias, a categorização e todo o processo linguístico, afinal, reconstruir o mundo é utilizar a linguagem e é colocar a função argumentativa em ação. “Tais variações no discurso poderiam ser interpretadas como dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23). Isso é o que podemos chamar de passagem da referência à referenciação, é passar de apenas referir, fazer menção e retomar para reconstruir e reformular as práticas sociais e os sentidos dentro do discurso.

[...] os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir [...] trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas situadas dos sujeitos (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23).

Não há como negar que a instabilidade e estabilidade das categorias possuem estreitas relações com o sociocognitivismo, pelo fato de deixar-se penetrar na reconstrução dos sentidos fatores de ordem psicológica e social, envolvendo o conhecimento de mundo partilhado entre os interlocutores, seus valores, crenças, ideologias e opiniões. Segundo Mondada e Dubois (2003), essas categorias são conduzidas em um *continuum* das experiências humanas que encaminha os sentidos para uma variabilidade de significações possíveis, ou seja, cada entidade construída possui um fim determinado e está de acordo com um contexto, ela serve de hipótese, de algo que possa encaixar naquela proposta de sentido. Para elas,

os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis, *ad hoc* e úteis a todos os fins práticos, dependentes tanto mais da multiplicidade de pontos de

vista que os sujeitos exercem sobre o mundo do que de restrições impostas pela materialidade do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 24).

Esse processo confere às categorias uma plasticidade linguística e cognitiva, garantindo a variabilidade de sentidos dentro dum texto/discurso que vai se adequando contextualmente e de acordo com as circunstâncias e com o projeto de dizer. O contexto discursivo é reenquadrado e as entidades (objetos de discurso) e categorias são transformadas, recategorizadas.

Tais categorias são lançadas no discurso com diversos propósitos. “A ‘mesma’ cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 25). Isso acontece devido a contextos e situações que moldam os recursos linguísticos e os dotam de cargas discursivas que atraem a atenção do leitor para uma entidade ou para uma significação específica. Assim, pode-se dizer que essas transformações são sensíveis ao contexto e ocorrem devido à competência e à intenção dos autores em nomear um sentido para determinada entidade em novas situações.

Podemos comparar essa adequação a um determinado contexto ou a uma situação com a verossimilhança, pelo fato de a adequação e a estabilidade estarem de acordo com aquilo que pode se tornar possível, são hipóteses, são construções que podem se encaixar em um dado ambiente. Desse modo, “[...] observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser descategorizado tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 27).

Essa “busca pela hipótese possível” interessa ser atrelada com o poder de argumentar, de organizar a linguagem para fins específicos, de utilizar recursos que possam gerar a adesão (persuasão), mesmo que não imediata. Os processos de

referenciação, podemos dizer, são por si só, processos de argumentação, pois reconstróem as categorias e/ou os *objetos de discurso*, assinalam a instabilidade das categorias e instigam o processamento da linguagem.

Os processos de estabilização e de instabilização de categorias do mundo em categorias do discurso estão diretamente ligados à categorização e à recategorização de referentes, pois ambas dizem respeito às práticas e aos discursos que emanam do texto. A recategorização referencial é um processo eminentemente discursivo e, às vezes, não linear. O processo de recategorização referencial pode ocorrer mediante a escolha de elementos linguísticos (e/ou não linguísticos) que são utilizados pelos locutores com fins específicos e que necessitam de um conhecimento partilhado entre seus interlocutores para que se concretize sua proposta de sentido.

Essa instabilidade de formas referenciais pela recategorização influencia a formação dos pontos de vista dos interlocutores sobre os *objetos de discurso*, ou seja, o que é atribuído a um referente pode ser reconstruído ou até mesmo alterado mediante recorrência a mecanismos de inferenciação mais complexos, ancorados em mudanças de contexto, de opinião, de finalidades discursivas

## 2 O UNIVERSO POLÍTICO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE

A política é uma arte, uma ação que se inventa e reinventa, está presente nos nossos atos cotidianos, no nosso espírito em querer mudar o social. Ela exprime uma vontade coletiva e se baseia em interesses comuns a vários indivíduos. Aquilo que é mencionado no campo político é regido pelos anseios do povo, pelos valores gerais, baseados numa vontade individual que deve ser, ao mesmo tempo, coletiva e social.

Não há política sem o exercício e sem a elaboração da linguagem, pois, para que a ação política possa surtir o efeito espera-

do (tanto da parte do orador como do ouvinte) é preciso haver uma dependência de um espaço de discussão, no qual sejam lançados objetivos para as melhorias a serem feitas, envolvendo a organização do seio político e social, enfim, o desenrolar da ação política propriamente dita.

É um campo regido por relações de “força”. Ou seja, um poder que deva ser instaurado sem tornar aquele ambiente um “campo de guerra”; sem precisar medir esforços e sem “forçar a barra”, que seja um contexto de raciocínio, de discussão de pontos de vista, de troca de valores, de interação e de levar em consideração os anseios e concepções de outrem.

Assim caracterizado, sabemos que os políticos sempre buscam persuadir seus pares de suas propostas de sentido e de seus anseios eleitorais, procurando levá-los à ação, ou melhor, à obtenção dos seus votos. Esses cidadãos são vistos pela sua capacidade de argúcia, de ter arguto, de argumentar. Eles possuem sagacidade, observam ao seu redor e utilizam as informações a seu favor, sempre compartilhando essas informações e intenções com seu interlocutor(s).

Devemos entender, então, que vivemos numa época de muito “bombardeio” político, em todos os ramos da sociedade e das relações humanas, ao mesmo tempo em que vivemos uma crise de valores espalhada por todos os setores da humanidade (familiar, social, educacional, dentre outros). No contexto político não poderia ser diferente. A ética, no seu sentido geral como também político, é de cunho bastante delicado e polêmico pelo fato de que o orador precisa estabelecer limites, princípios, valores no momento do trato discursivo. Este é também argumento de Charaudeau:

Perversidade ou mentir verdadeiro (Aragon)? Efetivamente, entram aqui em colisão uma verdade das aparências, encenada pelo discurso, e uma verdade das ações, empregada pelas decisões. No discurso políti-



co, as duas misturam-se em uma “vero-semelhança” sem a qual não haveria ação possível no espaço público. Está aqui, talvez, um dos fundamentos da palavra política (CHARAUDEAU, 2013, p. 109).

Esse tipo de discurso caminha no contínuo linguagem-ação-poder-verdade, os quais se misturam através dos referentes lançados na progressão do texto/discurso e na construção persuasiva. É importante que se tenha cuidado ao construir essa proposta argumentativo-persuasiva, para que discursos arbitrários não sejam proferidos e tornem-se “verdades”, ideologias, formas de pensar. É imprescindível o trato com as expressões e contextos que são trazidos nos discursos e nas articulações linguísticas.

Diante dessas evidências, há um acordo retórico que sinaliza não só atos de linguagem, mas também pretensões linguístico-discursivas na construção argumentativa do discurso político. Com base nessa discussão, partimos do pressuposto de que se torna necessário um saber fazer, um saber dizer e saber agir para que o outro se convença e seja persuadido por uma intenção comunicativo-discursiva adequada. O destinatário desses saberes é alvo da proposta do remetente, como também toma a decisão de assumir aquela tese que lhe foi apresentada. É uma via de mão dupla. Cabe, portanto, ao auditório aceitar ou recusar a proposta que lhe foi feita (pelo menos se propor a isso).

### **3 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO “MULHER”**

A linguagem é construída a partir de ações sociais, as quais se estabelecem nas trocas comunicativas e que autoriza determinados indivíduos a agir, a usar o poder legitimador para produzir sentidos. São sujeitos ativos (como também dotados de ideologias) e construtores sociais, dotados de intencionalidades variadas. No caso das figuras públicas, esses sujeitos possuem

influência social mais intensa e precisam usar a linguagem de maneira eficaz para servir como instrumento de ação social ética e legítima, afinal, são contribuidores da formação de indivíduos, da formação da opinião pública.

Essa questão do sujeito ser individual e social ao mesmo tempo é de extrema importância para o estudo do discurso. A realização da singularidade desse sujeito se dá no agir em relação a um outro que não é ‘eu’, afinal o indivíduo sozinho não tem como responder aos seus próprios questionamentos e posicionamentos. Sobral declara que essa questão está de acordo com a proposta de Bakhtin

conceber um sujeito que, sendo um eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva, é também um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido. Só me torno eu entre outros eus. Mas o sujeito, ainda que se defina a partir do outro, ao mesmo tempo o define, é “outro” do outro: eis o não acabamento constitutivo do Ser, tão rico de ressonâncias filosóficas, discursivas e outras (SOBRAL, 2008, p. 22).

O que acontece é que muitas figuras públicas, por estarem inseridas nessas ideologias, constroem seus discursos com a intenção de persuadir seus pares do seu projeto de sentido, mostrando seus universos de valores que irão variar de acordo com diferentes quadros axiológicos. Esse jogo de valores entre o ‘eu’ e o ‘outro’ é que irá nortear a linguagem, os modelos textuais discursivos e todo o quadro social, principalmente no universo político, no qual são proferidos inúmeros discursos que se tornam as posições valorativas do sujeito falante em relação ao seu auditório, à multidão de vozes sociais.

Diante desses projetos de sentidos dotados de intencionalidades e ao mesmo tempo de ideologias para persuadir seus pares,

muitas dessas intenções estão submersas no mar de interpretações, as identificamos, na maioria das vezes, através das inferências, de contextos extralinguísticos, para os quais somos levados a partir das pistas linguísticas deixadas nos modelos textuais discursivos.

Ao analisarmos o discurso do presidente Michel Temer proferido em homenagem ao Dia da Mulher, levando em conta todo o contexto político no qual estamos vivendo atualmente (impeachment da presidente Dilma Rousseff, uma mulher) e mediado por tantas posições políticas, ideológicas, tanta construção de sentido e tantas vozes, procuraremos identificar a construção do objeto de discurso “Mulher” a partir das pistas linguísticas e de contextos extralinguísticos ativados deixados por esse sujeito falante.

E em meio a todo esse contexto sócio-histórico é que surge o texto/discurso que iremos analisar neste estudo. Michel Temer, sucessor da presidente afastada do cargo, se propõe a discursar sobre o tema “Mulher”, em pleno dia da “Mulher”, com a intenção de estabelecer uma aproximação desse auditório feminino (como também da população brasileira em geral), de fazê-las compartilharem da sua proposta de sentido como também de sua proposta de governo, apesar de muitos saberem de suas concepções ideológicas ao longo de sua trajetória como figura pública. Porém, essa tentativa não foi louvável diante da repercussão que tomou por se enquadrar como um discurso de cunho machista, com construções de sentido que vão de encontro a toda uma opinião coletiva e a toda uma valoração social.

O sujeito falante em questão inicia seu texto mencionando apenas a importância de uma comemoração anual para a mulher, apesar de, durante a progressão textual, tentar revelar uma luta constante da figura feminina por espaço na nossa sociedade. Porém, não havendo, assim, detalhamentos nem encorajamentos (nem inferenciais nem através de pistas e/ou estratégias linguísticas) sobre as conquistas e lutas femininas em sua fala.

A respeito do papel social do objeto de discurso “Mulher” construído pelo presidente da república, o modelo textual a caracteriza como do lar e como única responsável pela educação dos filhos, excluindo e deixando de lado a responsabilidade do homem, a qual é tão importante quanto. Ao usar os referentes “formação familiar”, “Marcela”, “casa”, “lar” e “filhos” numa sequência linear e progressiva, fica claro, através dessas pistas linguísticas, o contexto que o falante ativa na situação de comunicação. Bourdieu (2002) mostra como essas questões de dominação estão enraizadas em nossos modos de pensar, agir, falar, dentre outros.

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação [...] (P. BOURDIEU, 2002, p. 03)

Esse contexto, além de ser imediato e situacional, é extralinguístico e sócio-histórico, é ativada uma ideologia machista no exato momento de fala e de proferição do discurso. Uma ideologia que não prioriza o legítimo e o ético, que não vai de acordo com toda a luta das mulheres em prol da igualdade entre papéis de homens e mulheres, tão bem marcada na nossa história brasileira, além do que, o nosso sujeito falante, por ocupar uma posição de prestígio, deveria preconizar.

*Vejam os trechos do discurso em que deixam claras estas afirmações:*

(1)

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.

É interessante pensar em quais valores são exaltados a partir de categorizações como essas. Muitas vezes, o termo “valor” se perde nas demasiadas definições e vieses em que é considerado, torna-se relativo. Porém, se pensarmos numa coletividade e no mundo atual que vivemos, os valores evidenciados no excerto acima do discurso, nada condizem com as pretensões do auditório a que o tal discurso foi direcionado/idealizado, o auditório feminino. Partindo do pressuposto de que esse auditório seja, em sua maioria, feminista.

Para Charaudeau (2013), a construção discursiva da identidade dos sujeitos se dá com base em sua legitimidade, suas atuações e seus discursos, com base na valoração que se dá a determinados aspectos, instituições, ações, pensamentos, enfim, as suas estratégias. Sendo assim, “o sujeito político deve persuadir os indivíduos acerca dos valores que defende e construir para si uma dupla identidade discursiva, que articule teoria e prática, posicionamento ideológico e estratégia de gestão do poder.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 79).

Desta forma, a identidade que construímos do nosso presidente da república é a de uma identidade machista e arbitrária, com uma visão ultrapassada do papel da mulher na sociedade que nada condiz com os avanços modernos e com o desejo atual da mulher, uma vez que a coloca como única responsável pelos afazeres domésticos e êxitos correspondentes. E, ele, como figura pública, como representante maior do nosso País, deveria

ter o cuidado com a linguagem, com as ações, com sua postura social e coletiva.

Outra construção discursiva de caráter machista, presente no modelo textual o qual estamos tratando, se dá em relação a participação do público feminino no campo econômico. O locutor restringe essa atuação apenas às compras de supermercado, trazendo a mulher como única e mais adequada para indicar os preços dos produtos, as variações e reajustes. Mais uma vez dispensando o homem de serviços e/ou obrigações domésticas. Observemos a seguir:

(2)

De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.

Essa exclusão, dada a figura masculina, é demonstrada por algumas expressões sintagmáticas excludentes trazidas no modelo textual, tais como “Ninguém mais” e “Ninguém é capaz de melhor”, as quais dão a entender que esse projeto de dizer é algo óbvio, algo natural, algo que jamais ninguém será capaz de divergir ou de colocar em discussão, em cheque, que não há outra criatura mais preparada para essa situação. Essa dominação constitui por si só uma violência, uma violência simbólica, enraizada socialmente e politicamente, que se transforma em senso comum. O que torna algo de grande preocupação social.

Mais uma vez, Bourdieu deixa clara a dominação:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos [...] (BOURDIEU, 2002, p. 15).

As palavras enunciadas, seja na modalidade escrita ou oral, raramente (para não dizer quase nunca) procuram expressar seu sentido estrito e lexical, denotativo, fiel; dentro dum enunciado, dum discurso, elas adquirem uma carga discursiva própria da enunciação a que são submetidas. Elas representam, argumentam, fazem referências, expressam opiniões, visões e objetivos, sempre, a partir duma realidade referente ao que está diante do “olho” de seu enunciador com vistas a um interlocutor e a um determinado objetivo. “O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo.” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

Para situar mais uma questão, trazemos alguns princípios que contornam esse ato de persuadir, o exercício do poder e essa troca comunicativa e discursiva e que se aplicam ao discurso em questão demonstrado. Charaudeau (2013; 2016) afirma que todo ato de linguagem parte de uma troca social, de um sujeito que se posiciona para outro através de um *princípio de alteridade*; não deixando de trazer o outro para si; não deixando de se importar com o outro diante de um *princípio de influência*; e, ainda, sobre um projeto de busca de acordos e consensos, evidenciando um *projeto de regulação*. De acordo com a análise desse autor, os princípios de influência e de regulação são fundadores do ato de

linguagem. Princípios estes que inscrevem tais atos em um quadro de atividades, em uma práxis do agir sobre o outro.

O falante, nesse discurso, procura trazer esse outro (o auditório feminino) para si quando traz alguns exemplos de ações feitas por ele e quando menciona algumas falas de mulheres influentes na política (ver mais em Anexo) e presentes no momento da enunciação, como forma de dar autoridade a seu discurso, com a intenção de estabelecer um consenso, um acordo, uma influência e uma regulação, estabelecendo uma alteridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi elencado, pudemos perceber que a construção do objeto de discurso “Mulher”, no modelo textual discursivo em questão, transita pela via contrária a tudo que se espera do mundo público no sentido de superação das desigualdades sociais e desenvolvimento humano e intelectual.

A linguagem enquanto prática social e política precisa priorizar essas transformações presentes nos cenários social, de raça, gênero, sexualidade, dentre outros de igual importância. E não é o que acontece com inúmeros discursos que circulam nas mais diversas esferas da comunicação. Os jogos de estereótipos da imagem da mulher propagados em toda a parte convencionaram aspectos femininos apenas relacionados com maternidade, prole e matrimônio, esquecendo do valor da mulher como cidadã, com direitos civis e políticos conquistados (ainda que não amplamente exercidos).

Devido às diversas versões do mundo construídas a partir da linguagem, da categorização e recategorização de referentes (dentro e fora do texto), da instabilidade e estabilidade dos objetos, o sujeito falante é direcionado a assumir e negar determinados valores, a gerenciar os recursos linguísticos que possui a seu favor para elaborar seu projeto de sentido, oferecendo, assim, ao auditório, uma proposta intencional e dotada de ideologias.



## REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Presidência da República Federativa do Brasil, Palácio do Planalto, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>> Acesso em: 03 de julho de 2017.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In CALVACANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A.; (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

SOBRAL, Adail. *Ato/atividade e evento*. In: Bakhtin: conceitos-chave. BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

## ANEXO

### Palácio do Planalto, 08 de março de 2017

Olha, eu quero em primeiro lugar, naturalmente saudar indistintamente a todos, aos que estão à mesa, e aqueles que estão no auditório. E vejo que está sendo extremamente prestigiado este evento pela bancada feminina da Câmara e do Senado. O que revela desde logo a importância da recordação anual que se faz

do Dia Internacional da Mulher. E eu vejo como é importante, ou como são importantes, essas solenidades, que não basta marcar no calendário o Dia da Mulher, é preciso comemorá-lo. E comemorá-lo significa recordar a luta permanente da mulher por uma posição adequada na sociedade. Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades. Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. Então ter essas solenidades como esta que nós estamos comemorando aqui no Palácio do Planalto, é recordar o que está sendo recordado pelos discursos e pelas palavras que nós estamos agora pronunciando. Mas é interessante notar como, e aqui eu recordo mais uma vez, só para dizer do absurdo e muitas vezes da nossa história, que a mulher só começou a votar pelos idos de 30, 32 não é? Quando se lhes deu o direito a voto, o direito mínimo, que é de participar. A mulher representa, e representava, no passado 50% da população brasileira. E, sem embargo disso, o fato é que 50% estava excluído. Portanto, a representação que antes que se fazia era uma representação política de pé quebrado. Era uma representação de 50%, quem sabe, da população brasileira. Mas, ao longo do tempo, devo registrar com grande satisfação, que a mulher foi conseguindo o seu espaço. Quando a Fátima Pelaes relembra que, quando criei a primeira Delegacia da Mulher, parece um fato extraordinário,

não é? Mas era uma consequência natural da luta das mulheres e até conto muito rapidamente como isso se deu. Eu era secretário da Segurança Pública em São Paulo, pelos idos de 85, quando uma comissão de mulheres veio a mim e me contou, naturalmente, das violências que sofriam, da mais variada natureza, e do mau atendimento que tinham nas delegacias porque eram atendidas por homens, pelo escrivão, pelo investigador, pelo delegado. E aqui comigo logo surgiu a ideia interessante de algo que não tem, ou não tinha, e não tem, nenhum custo orçamentário. Por que que eu não coloco uma ou duas delegadas mulheres, três, quatro escrivãs, 15, 20 investigadoras para atender a mulher? E assim se deu com a instalação da primeira Delegacia da Mulher no Brasil. Ela teve tanto sucesso, ministro Imbassahy, que a primeira delegada da mulher logo depois foi eleita deputada estadual, tamanha repercussão que se verificou, e eleita, naturalmente, pelas mulheres. E ao depois, quando voltei a ser secretário da Segurança, tempos depois, havia praticamente mais de 90 delegacias da Mulher no estado de São Paulo e no Brasil. É um reconhecimento, portanto, da posição da mulher no conserto nacional. Eu estou falando de um período que antecede a Constituinte de [19]87 e [19]88, pois, precisamente, senador Medeiros, em função destes fatos que estou relatando, é que na Constituinte, quando as constituições anteriores diziam todos são iguais perante a lei. A Constituinte de 88 decretou: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece de pouca significação, mas significa inserção na estrutura do Estado brasileiro, portanto, o próprio Estado brasileiro, a ideia de que os direitos e deveres são iguais para homens e mulheres. Portanto, é um longo trajeto histórico que vem revelando a presença importantíssima da mulher. Aliás, em função disso, no próprio Plano Nacional de Segurança Pública, um dos primeiros pilares do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado muito recentemente, é exatamente o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher. Nós estamos até cuidando de criar

um fundo de combate à violência contra a mulher, e a bancada feminina já esteve comigo, é nós estamos cuidando disso, que é mais um passo no combate à violência contra a mulher. E estamos fortalecendo a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que é o 180. E digo com toda franqueza, isso tudo é fruto do movimento das mulheres. É da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo até, das mulheres brasileiras. E, no particular, daquelas que participam dos movimentos sociais, daquelas que estão no Legislativo, que se constituem na voz natural das eleitoras em todo o Brasil. De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor. E nesse particular, até eu tomo a liberdade de dizer que neste momento, depois de nós termos passado por momentos recessivos, por momentos difíceis, agora segundo IBGE, em janeiro deste ano, a produção industrial no Brasil cresceu 1.4%. Eu digo isso, dou esse dado não é? Porque esse é um número, primeiro número positivo em 34 meses, primeiro número positivo que não temos na produção industrial um índice dessa natureza. Ontem, até na reunião do Conselho, nós temos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, hoje integrado por 101 figuras dos mais variados setores, nós enfatizamos que a recessão vai indo embora. E que a recessão indo embora, volta o crescimento. E eu digo isso, porque com o crescimento volta o emprego. E hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham

no passado. Então, a queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos. E significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. Porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. Com algumas restrições ainda. Mas a gente vê em muitas reportagens, das mais variadas, como a mulher hoje ocupa um espaço executivo de grande relevância. O número de mulheres que comandam empresas, que comandam diretorias, é imenso. O número de mulheres que hoje está no Legislativo e tendo uma atuação extraordinária. Não foi sem razão, lembrou a Fátima, que sendo eu presidente pela última vez na Câmara dos Deputados, eu criei a Procuradoria Parlamentar da Mulher. E, sobremais, ainda estabeleci que uma deputada teria assento, não é Elcione, teria assento na reunião de líderes, para ter voz e voto. O que significa que, pouco a pouco, mas neste momento cada vez mais rapidamente, a mulher vai ocupando um espaço cada vez mais significativo, mais expressivo e mais enaltecido da sociedade no nosso Brasil. Portanto, eu quero dizer às colegas, às mulheres, aos senhores e às senhoras, a todos que eu fico muito, digamos assim, orgulhoso por sediar neste momento um encontro que recorda o Dia da Mulher. Especialmente porque não foram apenas palavras, mas viram pelos gestos tomados pelo ministro da Saúde, que houve gestos concretos. Ou seja, gestos executivos pela assinatura dos atos que ele aqui decretou. De modo que mais uma vez, digamos assim, o Brasil conta com as mulheres, conta com todos os brasileiros, mas tem a mais absoluta convicção de que a força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres.

Nossa homenagem, portanto.



# Feminismo e resistência: discursos contra-hegemônicos no Funk de MC Carol

ÉRIKA RAMOS RIBEIRO<sup>1</sup>

NAYARA DE ARÊDES OLIVEIRA<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Carolina de Oliveira Lourenço, a MC Carol, tem 22 anos, nasceu e mora até hoje no Morro do Proventório, em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Negra, pobre, gorda e favelada, Carol foi criada pelos bisavós e foi expulsa de casa antes dos 15 anos de idade. Anos depois, a menina do Proventório foi alçada ao estrelato após subir ao palco em um baile Funk. Imprimindo sua personalidade e história nas letras de suas canções, a MC fez parte de um *reality show* e recentemente estrelou uma campanha para uma empresa de cosméticos.

---

.....  
1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe – PPGL/UFS. E-mail: erikamosribeiro@gmail.com.

2 Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe, mantém vínculo como aluna especial do Programa de Pós-graduação em Comunicação – PPPG-Com/UFS. E-mail: nayara.aredes.jor@gmail.com.

A história de MC Carol vai na contramão do que se entende como hegemonia, segundo a definição de Raymond Williams (1979). E para entender de que maneira MC Carol subverte a lógica hegemônica, este trabalho traz à baila uma série de considerações. A trajetória teórica se inicia com um apanhado histórico sobre o Funk no Brasil, utilizando formulações de Hermano Vianna (1990) e Mariana Gomes Caetano (2015), entre outros. Nesse sentido, é possível entender como o Funk sempre se manteve como um gênero musical estigmatizado e como a presença masculina foi majoritária nesse circuito. Assim, as mulheres tiveram que lançar mão de diversas estratégias para se inserir no universo do movimento Funk.

Adiante, são trazidas as considerações de Bell Hooks (2015) que mostram de que maneira as vivências cotidianas influenciam a elaboração das questões feministas na vida das mulheres negras. O caso de MC Carol acaba por ilustrar as formulações de Hooks, já que, assim como a autora, Carol expressava noções feministas antes mesmo de ser socializada nas práticas do feminismo.

Para analisar de que maneira a quebra da hegemonia e a visão feminista se articulam no discurso das músicas de MC Carol, duas de suas letras foram selecionadas como *corpora* para este capítulo. “Liga Pra Samu” e “Meu Namorado é Mó Otário” são, aqui, foco do protocolo de análise de Miguel (2014 apud MALTA; SANTOS, 2016), um método circunscrito nos domínios da Análise de Discurso. A partir do emprego do protocolo, foram observadas as unidades morfológicas das letras das músicas, o *ethos* do discurso, assim como foram inferidos aspectos simbólicos e contextuais.

## 1 O FUNK NO BRASIL

Trazido ao Brasil na década de 1970, o Funk é um gênero musical importado dos Estados Unidos diretamente para os morros e favelas do Rio de Janeiro. Caracterizado por sua batida e assumindo uma estética peculiar com sua chegada ao país, o funk



carioca, como se tornou conhecido, introduziu-se e iniciou sua expansão com base em um esquema precário de importação ilegal de discos. As chamadas equipes de som – a exemplo da Furacão 2000 – eram grupos responsáveis pela sonorização dos bailes funk e traziam de fora os discos norte-americanos para embalar o divertimento da juventude pobre do Rio.

Os estudos de Hermano Vianna (1990), um dos mais renomados pesquisadores do Funk carioca, ajudam a lançar luz sobre o cenário dos primeiros anos do Funk no Brasil: no ano de 1987, chegavam a ocorrer 600 festas de Funk por fim de semana, atraindo um público total de 1 milhão de pessoas. Na mesma linha, a pesquisadora Mariana Gomes Caetano (2015), que se debruçou em um estudo recente sobre a vida e a obra da funkeira Valeska Popozuda, quantifica um salto de popularidade do Funk nos últimos 30 anos: o público pagante nos bailes, segundo pesquisa de 2014, é de 1,23 milhão ao mês. Tal movimentação resulta em um faturamento anual superior a R\$ 127 milhões.

Ao analisar a trajetória do Funk no Brasil, o pesquisador Pablo Laignier enumera as razões pelas quais considera esse ritmo como uma manifestação musical e cultural inovadora:

o funk carioca talvez seja o que de mais novo e inovador tenha surgido do ponto de vista artístico-cultural no Rio de Janeiro nas últimas décadas (mesmo em se levando em conta as formas de expressão culturais das elites). Trata-se de um gênero que conseguiu, ao mesmo tempo: a) apresentar características musicais e textuais novas; b) transcender os limites dos bailes de comunidade nos quais os primeiros festivais ocorriam; c) ocupar espaços importantes nos meios de comunicação de massa alternativos; d) ocasionar uma circulação simbólico-operacional que envolve a difusão de CDs “originais”, CDs “piratas”, canções e montagens difundidas pela Internet; e) circular internacionalmente enquanto gênero musical (LAIGNIER, 2008, p. 09).

Mesmo tendo alcançado tamanha projeção, o Funk carioca é, historicamente, um ritmo marginalizado e criminalizado. E a origem de tal preconceito se revela, sobretudo, pelo fato de o Funk ser um movimento intimamente relacionado à juventude pobre e negra do Rio de Janeiro. De acordo com Mariana Gomes Caetano (2015), a maioria dos profissionais envolvidos com o Funk nasceu e/ou reside em uma das 763 favelas cariocas. Dessa maneira, as letras das músicas de Funk trazem, em sua grande maioria, a descrição de cenas e realidades comuns ao universo da periferia. O Funk, nesse sentido, se mostra como uma manifestação cultural fundamentalmente contra hegemônica. Aqui, faz-se pertinentes as considerações e conceituações do acadêmico e crítico galês Raymond Williams sobre hegemonia. Ele explica que a hegemonia leva em conta:

as relações de domínio e subordinação, em suas formas como consciência prática, como efeito de saturação de todo o processo de vida – não só de atividade política e econômica, não só de atividade social manifesta, mas de toda a substância de identidade e relações vividas, a uma tal profundidade que as pressões e limites do que se pode ver, em última análise, como sistema econômico, político e cultural, nos parecem pressões e limites de simples experiência e bom senso (WILLIAMS, 1979, p. 113).

Adiante, Williams conceitua contra hegemonia, afirmando que nenhuma hegemonia é absoluta e que sempre existirão, em oposição às hegemonias, forças alternativas de resistência. Quando o Funk traz consigo as marcas da pobreza, da negritude e se constitui como um movimento capaz de rivalizar com as rodas de rock da Zona Sul do Rio de Janeiro nos anos 1970 e 1980 – cujo público era, predominantemente, branco e da classe média –, ele rompe com a hegemonia das elites em relação às opções de entretenimento para a juventude da época.

Nesse sentido, é sintomático o silêncio da crítica em relação ao Funk, que àquela altura já havia rompido as fronteiras da favela e se espalhava por todo o Rio, mesmo sem ter se servido das emissoras de rádio e TV como canal de expansão. Sobre esse silêncio, Mariana Gomes Caetano (2015) pontua que a crítica abriu mão de se posicionar sobre o Funk para evitar legitimá-lo enquanto gênero musical. A historiadora Adriana Facina (2009) ajuda a entender o porquê desse distanciamento. Segundo Adriana, a notoriedade midiática do Funk se deu apenas nos anos 1990, relacionada à criminalidade: “Criação midiática, os arrastões foram apresentados ao amedrontado público como assaltos realizados por bandos de funkeiros favelados” (FACINA, 2009, p. 04). A pesquisadora alude aos episódios de assaltos ocorridos à época na região do Arpoador e outras praias do Rio, cuja autoria se relacionava às rivalidades entre grupos da comunidade do Vigário Geral. É também nesse momento que os bailes Funk são midiaticamente associados ao tráfico de drogas, de armas e à violência.

Se a imagem do Funk e dos funkeiros já vinha sendo desacreditada pela opinião pública nacional, para as mulheres do Funk o estigma era, e ainda é, duplo. O Funk carioca, desde o início, foi um espaço extremamente masculinizado, cujas letras perpetuavam o machismo. Antes dos anos 2000, poucas eram as mulheres MCs (Mestres de Cerimônia) nos bailes Funk. Em suas poucas aparições, o papel das mulheres era restrito à dança, enquanto o microfone cabia apenas aos homens.

Como aponta Mariana Gomes Caetano (2015), é nos anos 1990 que o sexo torna-se um dos temas centrais das letras de Funk. Essa tendência pode ser explicada como um reflexo da popularização das letras de duplo sentido e das coreografias insinuantes do *Axé Music* nos anos 1980: a geração que passou a produzir e consumir o Funk em sua expressão mais sexualizada teria sido a mesma que cresceu ao som do Axé. Assim, o subgênero erótico do Funk – ou Funk putaria, como passou a ser

conhecido – ganhou espaço nos bailes. E foi através dele que as mulheres buscaram espaço no movimento. Cantando músicas caracterizadas por palavras de baixo calão, com alto teor sexual, as mulheres conseguiram assumir os vocais nos bailes.

Essa estratégia de introdução no Funk divide a opinião do movimento feminista. Enquanto algumas feministas acreditam que a exposição da sexualidade feminina reafirma a visão da mulher como objeto de submissão ao prazer masculino, outras acreditam que o processo é justamente o inverso: falar abertamente sobre sua sexualidade traz à mulher a possibilidade de subverter a lógica misógina e machista, alçando-a ao papel de agente de seu próprio prazer.

Embora a associação entre as letras de cunho erótico e a abertura às mulheres no Funk seja um processo repleto de contradições, há que se reconhecer a importância desse fenômeno e os amplos significados por ele gerado. Nesse sentido, Mariana Gomes Caetano defende que cantar palavras que aparecem apenas no espaço da intimidade faz com que as mulheres subvertam a imagem feminina e extrapolem os limites da performance de gênero e da noção hegemônica de feminilidade (CAETANO, 2015). A autora prossegue, argumentando que

falar sobre sexo e prazer de forma explícita pode configurar-se, então, como transgressão dos papéis sociais atribuídos às mulheres em relação às práticas sexuais. Fazê-lo no campo da música, da arte e diante da sociedade como um todo complexificam ainda a questão (p. 76).

É nesse cenário que desponta MC Carol, objeto no qual se centra este capítulo. MC Carol, cuja carreira se iniciou no âmbito do “Funk putaria”, faz parte de uma geração de funkeiras que se insere no movimento em um período no qual a presença das mulheres torna-se menos incomum. Alguns nomes podem ser destacados como precursoras que quebraram paradigmas

e abriram caminhos para a chegada de MC Carol e outra leva de novas funkeiras, é o caso de Deize Tigrona, MC Cacau, MC Dandara, MC Pink e Tati Quebra Barraco, que se mostraram ao grande público no fim da década de 90 e começo dos anos 2000.

## 2 QUEM É MC CAROL?

Declarações prestadas à imprensa<sup>3</sup> e escritas<sup>4</sup> pela própria MC Carol ajudam a entender a trajetória de vida da cantora. Carolina de Oliveira Lourenço, a MC Carol, tem 22 anos, nasceu e mora até hoje no Morro do Proventório, em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Com o pai preso e sem saber ao certo o endereço da mãe, a garota foi criada pelos bisavós. Antes dos 15 anos, foi colocada para fora de casa após a morte do bisavô, quando parte da família assumiu o imóvel onde a então adolescente morava. Tendo se mudado para a casa da avó, Carolina convivia com mais sete pessoas em uma casa de dois cômodos. Todas, exceto ela, consumiam drogas. Desde pequena, foi apelidada pelos familiares de “bandida”, por ser considerada questionadora e desobediente. Aos 17 anos, largou a escola no intuito de trabalhar, após passar por quatro instituições de ensino. Nessa mesma época, passou a frequentar bailes Funk.

Na primeira vez em que esteve em um baile, Carolina foi chamada para subir ao palco, atraindo de imediato a atenção do público. A partir de então, tornou-se presença garantida nas festas de Funk da comunidade, apoiada pela equipe e produtora Furacão 2000. MC Carol, Carol Bandida ou Carol de Niterói iniciava assim sua carreira, marcada por sucessos como “Minha Vó Tá Maluca”, “Bateu Uma Onda Forte”, “Vou Largar de Barriga”, “Liga Pra Samu”,

3 Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/pop/fotos/mc-carol-bandida-e-a-nova-tati-quebra-barraco-e-explica-por-que-e-o-meu-jeito-masculino-27052015#!/foto/11>>. Acesso em 13 de outubro de 2016.

4 Disponível em: <<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajudar-a-mc-carol-a-mobilizar-a-casa>>. Acesso em 1 de outubro de 2016.

“Meu Namorado é Mó Otário” e “Jorginho Me Empresta a 12”. Em 2015, a MC participou do *reality show Lucky Ladies*, da emissora de TV por assinatura Fox Brasil, que alavancou sua carreira. O primeiro episódio do *reality* foi ao ar no dia 25 de maio.

No programa, MC Carol dividiu os holofotes com outras quatro funkeiras – MC Sabrina, Mulher Filé, Karol Ka e Mari Silvestre –, sob o comando da já renomada Tati Quebra Barraco. Durante o *reality*, Carol detalhou aspectos do relacionamento amoroso com seu então namorado e atual marido. A cantora assumiu ter vivido em uma relação abusiva, ao passo que demonstrou uma postura combativa em relação às investidas possessivas do parceiro.

Também em 2015, no dia 19 de julho, MC Carol lançou seu primeiro álbum: “Bandida”. Ao longo de 2015 e de 2016, a cantora lançou outras músicas de forma avulsa. Entre elas, “Não Foi Cabral”, que contesta a história do descobrimento do Brasil, e “Delação Premiada”, que denuncia o racismo institucionalizado e a truculência da polícia nas comunidades periféricas. Recentemente, MC Carol estrelou uma campanha publicitária da empresa de cosméticos Avon.

A trajetória de MC Carol segue na contramão dos padrões hegemônicos. Além de cantar Funk – um ritmo que, como já explicitado anteriormente, é historicamente estigmatizado –, a própria imagem da cantora vai de encontro ao que foi convenicionado como padrão de performance de feminilidade e beleza. MC Carol é favelada, pobre, negra e gorda. A maioria de suas letras usa palavras de baixo calão e fala abertamente sobre sexualidade, com a particularidade de expor apenas suas preferências. Ao falar de sexo, a cantora não se posiciona como aquela que dá prazer, e sim como aquela que o recebe e que reivindica a posse sobre seu próprio corpo.

Outro traço marcante da personalidade de MC Carol é sua autoestima elevada. Em diversas entrevistas à imprensa, assim como no *reality show* do qual participou, a MC afirma considerar-se bonita e sentir-se superior às críticas com relação ao seu

peso. O empoderamento de Carol frente à gordofobia a transforma em uma das únicas funkeiras que não passou por intervenção cirúrgica com o objetivo de adequar sua imagem aos padrões de beleza em voga. MC Carol rompe o modelo do corpo curvilíneo e esculpido à base de musculação, frequentemente atribuído às cantoras e dançarinas de Funk. Para essas mulheres, o corpo é visto como instrumento de trabalho, o que torna a pressão da beleza ainda maior. Sobre essa noção, Mariana Gomes Caetano cita:

é possível compreender as transformações que as mulheres, inclusive as funkeiras, realizam em seus corpos com o objetivo de torná-los o mais dentro do padrão possível e, portanto, mais valiosos enquanto “instrumentos de trabalho”. Seguindo o raciocínio do corpo como capital, pode-se compreender também o motivo para tanto investimento financeiro, principalmente cirurgias plásticas, que fazem do Brasil um dos países que mais gasta com estética no mundo (2015, p. 111).

Em entrevistas à imprensa<sup>5</sup>, MC Carol autodeclara-se feminista e afirma que o processo de tomada de consciência desse status iniciou-se com a repercussão de seu trabalho na mídia. A cantora ainda afirma que, apesar de ter se habituado há pouco tempo com a terminologia “feminismo”, sempre se pautou pelo princípio da igualdade entre gêneros.

O histórico da MC ilustra as formulações da feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, conhecida pelo pseudônimo Bell Hooks. No texto “Mulheres Negras: moldando a teoria feminista”, Hooks (2015) conta que suas vivências como mulher negra e a consciência sobre as opressões sofridas diariamente por ela e outras mulheres influenciaram seu ativismo de forma natu-

---

5 Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/entrevista-com-mc-carol>>. Acesso em 13 de outubro de 2016

ral. O artigo compõe o primeiro capítulo do livro *Feminist Theory: from margin to center*, lançado em 1984. A autora relata:

minha consciência da luta feminista foi estimulada pela circunstância social. Tendo crescido em uma família negra do sul dos Estados Unidos, de classe trabalhadora e dominada pelo pai, eu vivenciei (como aconteceu com minha mãe, minhas irmãs e meu irmão) diferentes graus de tirania patriarcal, e isso me deixou com raiva – deixou-nos todos com raiva. A raiva me fez questionar a política de dominação masculina e me permitiu resistir à socialização sexista. (HOOKS, 2015, p. 203)

Apesar dos diferentes contextos, há algo que aproxima Bell Hooks e MC Carol: ambas são negras e cresceram na periferia. Assim como a autora estadunidense, a revolta da funkeira carioca nasceu pela vivência cotidiana e se expressiu no discurso de suas músicas. Nessa seara, Hooks argumenta que as mulheres negras, apesar de em muitos casos não se organizarem coletivamente ou não terem acesso aos mecanismos de poder que possibilitariam o compartilhamento de suas análises sobre gênero, não estão excluídas das questões do feminismo.

Hooks ainda relata que “nem conhecera uma vida em que as mulheres não estivessem juntas, em que as mulheres não tivessem se ajudado, protegido e amado profundamente” (2015, p. 204). Da mesma forma, MC Carol afirma crer na colaboração mútua entre as mulheres. Mariana Gomes Caetano relata sobre um de seus encontros com MC Carol, durante um evento no Sesc Vila Mariana:

questionada pela plateia do evento sobre a possibilidade de revanchismo entre as mulheres do funk provocada pelas letras das músicas, MC Carol sorriu e disse que “não, isso é tudo brincadeira, a gente se dá muito bem, todo mundo se respeita, isso aí não existe, não” (CAETANO, 2015, p. 136).



Adiante, apresentamos uma análise de duas letras de músicas interpretadas por MC Carol que tornam possível perceber de que forma os discursos contra-hegemônicos sobre gênero se articulam na obra da cantora.

### 3 METODOLOGIA

Inicialmente, recorreremos à pesquisa bibliográfica como método em busca de embasamento teórico relevante à temática apresentada. No campo do empírico, aplicaremos como procedimento metodológico o protocolo de análise apresentado por Miguel (2014 *apud* MALTA; SANTOS, 2016), o qual se situa no campo da Análise de Discurso, tendo como *corpora* duas letras de música da cantora MC Carol: “Meu Namorado é Mó Otário” e “Liga Pra Samu”, ambas do álbum *Bandida* (2015).

A amostra foi definida com base em acesso ao site Letras.mus, uma das mais populares plataformas em se tratando de letras e cifras de músicas no Brasil. Entre as quatro músicas de MC Carol mais buscadas pelos usuários (tome-se por referência o acesso em 1º de agosto de 2016), duas foram escolhidas como amostra definitiva: “Meu Namorado é Mó Otário” e “Liga Pra Samu”. A escolha se deu pelo fato de ambas seguirem o critério pré-estabelecido de discutir o sexismo e o feminismo como forma de resistência. Além disso, as duas músicas fazem parte do álbum *Bandida*, o que as encaixa em um contexto comum. A escolha do método justifica-se pelo fato de se tratar de conteúdo da comunicação e pela intenção de se observar a construção da mensagem e seu *ethos* discursivo.

De acordo com Maingueneau (2001), a Análise de Discurso objetiva utilizar o nível discursivo apoiando-se sobre a gramática da língua, mas nele é importante levar em conta também (e sobretudo) os interlocutores (com suas crenças, valores) e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que o discurso é produzido. Assim, considerando as distintas abordagens do método, utilizamos um protocolo de análise alicerçado na con-

cepção do *ethos* do discurso, buscando verificar não apenas o que é dito, mas como o é, pois através da palavra dita ou escrita, o enunciador diz de si no ato da enunciação e põe à prova sua capacidade de levar o outro a incorporar um conjunto de atitudes subjetivas e objetivas subjacentes ao discurso.

O protocolo proposto por Miguel (2014 *apud* MALTA; SANTOS, 2016) propõe a análise não só da narrativa textual e não textual, como também do contexto no qual a mesma está inserida, sendo o modelo composto por três pilares para o completo entendimento da mensagem: análise do texto linguístico, que abarca os itens lexicais de destaque, as técnicas de argumentação identificadas e elementos de destacabilidade; análise dos componentes externos ao texto, como imagens, vídeos, desenhos e cores e, finalmente, a repercussão provocada pela mensagem.

Quadro 1 – Protocolo de Análise

<p><b>1. Análise do texto linguístico</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>1.1 Itens lexicais de destaque</li><li>1.2 Técnicas de argumentação identificadas</li><li>1.3 Elementos de destacabilidade</li></ul> <p><b>2. Componentes externos ao texto</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>2.1 Fotos/ desenhos/imagens</li><li>2.2 Vídeos</li><li>2.3 Cores/cena predominante</li></ul> <p><b>3. Repercussão -contexto</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>3.1 Conteúdo presente nas Redes sociais?</li><li>3.2 Repercutiu em outros meios de comunicação</li></ul>
--

Fonte: MALTA; SANTOS, 2016, p.5

Pelo fato de os *corpora* escolhidos serem compostos exclusivamente de letras de músicas, sem levar em consideração videoclipes, imagens e seus efeitos, considerou-se para fins deste trabalho que não se faz necessário o uso do segundo e do ter-

ceiro pilares do protocolo. Desta forma, utilizaremos a primeira fase de análise do texto, que se subdivide em três momentos:

o primeiro consiste em compreender os *itens lexicais*, de grande relevância para a composição da mensagem [...], uma vez que o vocabulário, as locuções e expressões são a base para se compor o código de linguagem, fundamental na formação de um discurso. O segundo tópico se refere ao encadeamento das *técnicas argumentativas*, onde serão observadas as figuras de linguagem, o fenômeno da ironia, as marcas de pontuação, externando o tom ou o posicionamento que o enunciador assume no discurso, conhecendo, desse modo, seu *ethos*. O terceiro tópico se trata da *destacabilidade*, explicitando tendências do discurso, onde textos posicionados, [...], devem ser compreendidos como intencionais e de grande relevância. (MALTA; SANTOS, 2016, p.4).

### 3.1 Análises dos textos linguísticos: Meu namorado é mó otário

Quadro 2 – Letra da música Meu namorado é mó otário

<p><b>MEU NAMORADO É MÓ OTÁRIO</b></p> <p>Meu namorado é mó otário Ele lava minhas calcinha</p> <p>Se ele fica cheio de marra Eu mando ele pra cozinha</p> <p>Se tu não tá gostando Então dorme no portão Porque eu vou pro baile Vou pra minha cortiçào</p> <p>Aca, aca, aca, aca, acaba com essa... Vai! Vai! Vai!</p>
--

Disponível em: < [www.lettras.mus.br](http://www.lettras.mus.br) > M > MC Carol > Meu Namorado é Mó Otário >

### 3.1.1 Itens lexicais

Entende-se por lexical o conjunto de palavras usadas em um texto ou em uma língua. Assim, aqui, analisaremos as classes de palavras, como substantivos, adjetivos, advérbios, verbos e seu conteúdo ideológico, formador principal de um discurso.

A música tem início com a frase que lhe dá título. Assim, o uso do pronome *meu* logo no início mostra que a MC quer chamar a atenção para o par dela, e não para qualquer outro ou para todos os outros. O *mó*, nesta mesma oração, caracteriza uma gíria pertencente ao regionalismo de alguns locais do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, cidade onde a cantora reside, e é sinônimo do advérbio de intensidade muito, caracterizando, então, o namorado como muito *otário*, adjetivo utilizado para representar uma pessoa tola, que se deixar enganar com facilidade.

Na sequência da música, a autora faz uso da expressão *minhas calcinha* (sic), sem emprego da devida concordância nominal. Normatiza-se que o pronome (minha ou minhas) concorda em gênero e número com o substantivo (calcinha ou calcinhas), demonstrando uma informalidade comum à linguagem oral. Carol, dessa forma, não se mostra preocupada com a correção linguística, mas sim em utilizar em suas letras a fala do cotidiano, incluindo-se aí os desvios gramaticais. A cantora imprime, assim, as marcas de sua vivência no discurso de suas músicas.

O substantivo *marra*, encontrado na segunda estrofe, é creditado ao namorado de quem narra a música. Marra, também caracterizado como gíria, pode ser sinônimo de convencimento e de postura de quem se julga superior. Quando a narradora impõe ao namorado que se responsabilize pelos afazeres domésticos, há um rompimento com a “marra” desse personagem. “Romper a marra”, assim, é entendido como a subversão de uma lógica de poder masculino que coloca a mulher em papel de subserviência.

O *tu*, já na terceira estrofe, tem dupla função: pode referir-se não só ao namorado da narradora como ao leitor/ouvinte da música. Ao utilizá-lo, a cantora alerta ao seu interlocutor que não se curvará ao fato de ele “não tá gostando”. A falta de concordância é mais uma vez manifestada, dessa vez na forma verbal: “se tu não tá gostando” em vez de “se tu não estás gostando”, o que acentua a informalidade da linguagem oral. Essa mesma característica informal se expressa através das contrações “*tá*”, “*pra*”, “*pro*”. Nesse mesmo momento, surge a expressão “*dorme no portão*”, no sentido de ficar à espera. A narradora anuncia que irá para o *baile* se divertir (o que se caracteriza pela palavra *curtição*) e que deixará o namorado à espera. Uma vez mais, portanto, a letra questiona o papel servil da mulher e a coloca como agente de seu próprio prazer e divertimento.

### 3.1.2 Técnicas de argumentação

A música “Meu Namorado é Mó Otário” retrata uma mulher subversiva ao machismo e à tirania masculina na medida em que a narradora *manda* – no sentido de ordenar, e não de pedir – o namorado cuidar das tarefas de casa.

Há a presença da figura de linguagem antítese, que consiste no uso de palavras, expressões ou ideias que se opõem. Quando a narradora diz que “*ele*” lava as “*calcinhas*” dela – ou seja, que ele cuida da higiene de peças íntimas da mulher –, reverte-se a ideia comum de que a mulher é encarregada dos trabalhos domésticos. A cueca, nesse sentido, é o ícone maior da masculinidade, em oposição à calcinha, que passa a ocupar papel central no sentido de referenciar a quebra da supremacia do homem.

MC Carol também personifica o rompimento da ideia dominante machista usando o eufemismo, figura de linguagem representativa da substituição de palavras por outras que produzem um efeito desagradável e chocante: “*dorme no portão*”, significando “ficar à espera”, e “*vou pra minha curtição*”, no

sentido de “diversão”. Além disso, enfrentar a “*marra*” do parceiro se revela como a estratégia de resistência não organizada de Carol. Entende-se que a cantora, por sua origem, não teve acesso à elaboração das questões feministas, mas ainda assim expressa uma visão feminista. É conveniente reforçar que, ao contrário do que a letra da música sugere – uma inversão de papéis entre homens e mulheres –, o feminismo se propõe à luta pela igualdade de direitos.

No final da música, há o uso da anáfora, que consiste na repetição de palavras ou expressões com o objetivo de enfatizar uma ideia: “aca, aca, aca, aca, acaba com essa...Vai! Vai! Vai!”, como reforço à sonoridade da batida típica da melodia do Funk.

### 3.1.3 Elementos de destacabilidade

Compreendemos que o elemento de destacabilidade – nesse caso, o título – possui a vocação de enunciar e já tomar uma posição sobre o que será depois explicado. Ao ler-se “Meu Namorado é Mó Otário”, fica evidente que a música abordará um relacionamento em que a mulher é detentora de uma opinião formada sobre seu parceiro, e que este possui características de uma pessoa tola. A letra da música vem apenas justificar a afirmação feita por MC Carol no título de sua música: um homem que é mandado, que cuida dos afazeres domésticos, enquanto sua namorada vai para diversão.

Nesse ponto, cabe problematizar os papéis de gênero naturalizados pela sociedade patriarcal, os quais o título da música visa contrariar. Como a música demonstra, um homem que se ocupa das funções do lar, ao lado de uma mulher que se diverte fora de casa, é considerado “otário” não só por ela, mas por toda a sociedade. No sentido oposto, a mulher que assume os trabalhos domésticos é vista como aquela que cumpre seu papel como “dona de casa”. Faz-se clara, assim, a visão dominante de que a posição de provedor cabe ao homem. É ele quem, segundo

essa premissa, deve sair de casa, trabalhar e alcançar os recursos dos quais sua família necessita. E, sendo aquele que provê e trabalha, é permitida ao homem a recompensa pelo seu esforço na forma de diversão alheia ao espaço do lar.

Para a mulher, seguindo essa lógica, caberia apenas administrar os recursos obtidos pelo provedor. E se não lhe é necessário sair de casa para trabalhar, não caberia a ela, portanto, a necessidade de sair de casa para se divertir.

### 3.2 Análises dos textos linguísticos: Liga pra Samu

Quadro 3 – Letra da música Liga pra samu

<p><b>LIGA PRA SAMU</b> Explanou no microfone Que queria transar Ela bebeu demais Ela falou sem pensar Minha amiga não é disso Ela é mina de família Se embalou no ritmo Ritmo da putaria</p> <p>Liga pra Samu Liga pra Samu Ela quis transar com três Deu hemorragia no cu</p> <p>Eu fui atrás Eu avisei Quando eu fui ver Ela foi embora com três O Dj anunciou Eu to muito preocupada A minha mina tá na treta desmaiada</p>
---

### 3.2.1 Itens lexicais

Outra música da MC Carol que traz à tona a subversão à hegemonia masculina é “Liga pra Samu”. A expressão que nomeia a música é também utilizada em alguns versos do refrão. Nela, o uso do verbo no imperativo “*Liga*” indica uma ordem, observando que essa chamada telefônica deve ser feita com urgência. O objeto da ligação, “*Samu*”, representa o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. A flexão do “*Liga*” demonstra a aflição por ter ocorrido algum problema de saúde com alguma pessoa. Ainda no título e nos versos do refrão, ocorre o uso do “*pra*”, indicando mais uma vez a linguagem coloquial.

Na primeira estrofe, a letra diz: “*explanou no microfone/que queria transar*”. Estas orações demonstram que alguém que está em uma festa tem o desejo de manter relações sexuais. A presença das palavras “*microfone*” e “*DJ*” aponta indícios de que a narrativa se desenrola em um baile Funk. Destaca-se que, no imaginário popular, esse tipo de evento é caracterizado como um local propício à prática de sexo livre e casual. No terceiro verso, o pronome “*ela*” deixa claro que esta pessoa que subiu em um palco para falar de sua vontade sexual é do gênero feminino, o que se confirma depois pelos substantivos “*amiga*” e “*mina*”. Ao se referir a essa mulher, Carol usa o pronome “*minha*” caracterizando a personagem principal como alguém próxima a ela – por isso a urgência descrita no verbo “*Liga*”, no título da música. Neste verso, ela diz “*minha amiga não é disso*”. Quando a Mc se apropria do pronome demonstrativo “*disso*”, refere-se ao fato de beber demais e atribui como consequência o ato de subir ao palco, tomar o microfone e explanar sobre o desejo de “*transar*”, verbo sinônimo de “ter relações sexuais”. Ela continua a justificar com “*se embalou no ritmo/ritmo da putaria*”. Mais uma vez, remetemos à imagem de um baile Funk, local onde o já referenciado “Funk putaria” é trilha sonora frequente.



Ainda nessa estrofe, há um verso que demonstra claramente a pressão machista que subjuga as mulheres: “*ela é mina de família*”. “*Mina*” é uma gíria regionalista, sinônimo de menina. “*Mina de família*” é uma expressão que pode ser comparada ao termo “*bela, recatada e do lar*”, referenciado por Renata Malta e Suyene Santos (2016). O trabalho de Malta e Santos questiona os aspectos implícitos na matéria “*Bela, recatada e do lar*”, publicada pela Revista Veja. A matéria se lança na composição da persona de Marcela Temer, atual primeira-dama brasileira. “*Mina de família*” e “*bela, recatada e do lar*” são duas expressões que podem ser entendidas como a caracterização de uma mulher de padrões morais elevados, que segue as normas sociais e morais para honrar seu nome e de sua família dentro dos padrões impostos pela sociedade patriarcal.

Na estrofe após o refrão, MC Carol continua a narrar a história da amiga ao utilizar mais uma vez o pronome “*ela*”. Carol diz que a amiga manteve relações sexuais com “*três*” parceiros em um só momento, e que essa experiência resultou em uma “*hemorragia nocu*”. “*Cu*” é um substantivo considerado de baixo calão, utilizado popularmente para referir-se ao orifício anal. Aqui, devemos retomar o fato de essa protagonista ser “*mina de família*” e de ter tido relação sexual anal. Esse fato evoca a lembrança de uma consideração do senso comum cuja premissa é de que as mulheres que seguem os padrões impostos pela sociedade casam-se virgens, mas praticam o sexo anal como forma de manter o status de pureza e castidade.

A autora conclui a música com duas formas verbais: “*fui atrás*” e “*avisei*”. Demonstra-se, assim, a solidariedade da narradora para com a amiga, remetendo ao conceito de sororidade – ou seja, a **união e aliança entre mulheres**, baseado na **empatia e no companheirismo**.

É pertinente ressaltar que a narradora demonstra preocupação em relação à reputação da amiga. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se expressa a ruptura, através da manifestação pública

do desejo de praticar sexo livremente, é também manifestado o pertencimento da narradora a uma sociedade que julga a mulher por seu comportamento sexual.

### 3.2.2 Técnicas de argumentação

MC Carol, já no primeiro verso (“*explicou no microfone*”), utiliza-se da elipse, ou omissão de elementos sem perda de sentido. A elipse em questão se dá em relação ao pronome “ela”, o que leva a pensar em quem estaria falando ao microfone. Depois, esta dúvida é desfeita e, ao contar a história, utiliza-se a anáfora, ou repetição de palavras, (“*se embalou no ritmo/ritmo da putaria*”) para enfatizar as causas que levaram à hemorragia e à consequentemente chamada ao Samu.

Vale ressaltar que na música também há uma enumeração de atos que não constitui o *ethos* de uma “*mina de família*”: consumir bebidas alcóolicas excessivamente, falar abertamente sobre desejos sexuais, fazer sexo casual e ter mais de um parceiro sexual. Mais uma vez, portanto, a música de Carol se propõe a romper a tirania patriarcal – embora, por vezes, a ilustre e reproduza.

### 3.3.3 Elementos de destacabilidade

Compreendemos que o elemento de destacabilidade, nesse caso, também é o título, que caracteriza-se por um pedido de ligação para o serviço de emergência. Porém, somente esta informação não é o suficiente para entender o ocorrido: a história de uma mulher que vai ao baile Funk e anuncia o desejo de ter relações sexuais, e que acaba saindo da experiência com uma hemorragia retal. Ao fazer o pedido, ou dar a ordem, no título “Liga para Samu”, MC Carol traz o sentimento de colaboração e sororidade entre as mulheres, assumindo uma postura de proteção em relação à amiga, desacordada e ferida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este capítulo com uma revisão bibliográfica sobre o Funk no Brasil, primeiramente, a fim de contextualizar o objeto da pesquisa: MC Carol. Compreendemos também como o Funk sempre se manteve como um gênero musical estigmatizado e como a presença masculina sempre foi majoritária nesse circuito.

Para além do referencial teórico, buscamos entender quem é essa cantora e como ela comprova, através de sua obra, um comportamento subversivo. Tal subversão se dá não só pelo discurso de MC Carol, mas por sua própria aparência e autoimagem. Nesse sentido, destacam-se as considerações de estudiosos como Raymond Williams, que conceitua hegemonia e contra-hegemonia; e Bell Hooks, que discorre de que maneira as vivências cotidianas influenciam na elaboração das questões feministas na vida das mulheres negras.

Sob o ângulo culturalista, percebemos que as vivências das mulheres negras e suas consciências sobre as pressões sofridas diariamente levam-nas a um ativismo feminista quase que natural. Como forma de comprovação dessa premissa, foram analisadas, seguindo o protocolo de Miguel (2014), duas letras de música de MC Carol. As análises vieram a confirmar que a mulher negra, ainda que de forma não pensada, insere-se na luta do feminismo, produzindo discursos subversivos à hegemonia masculina.

Na primeira letra (“Meu Namorado é Mó Otário”), MC Carol, ao deixar seu namorado encarregado dos trabalhos domésticos e sair para a diversão, subverte a “tirania patriarcal” enunciada por Bell Hooks e personifica o rompimento da ideia de dominação masculina, que prega que o papel de servidão doméstica cabe à mulher. Na segunda (“Liga Pra Samu”), a autora traz noções implícitas sobre colaboração feminina e sororidade, além de expor a liberdade sexual da mulher, mesmo que julgada pela sociedade como inapropriada.

Finalizamos, então, concluindo que Carolina de Oliveira Lourenço, a MC Carol, imprime às suas músicas ideias alinhadas ao feminismo e que são provenientes da sua vivência diária e de sua história. Assim, constitui-se uma estratégia de resistência não organizada, como enuncia Hooks.

MC Carol subverte a hegemonia em diversos aspectos: em suas músicas, distancia-se de uma performance hegemônica de feminilidade ao cantar palavras de baixo calão e ao abordar temas ligados à sexualidade e ao cotidiano da favela. O próprio gênero musical no qual MC Carol se enquadra – o Funk – é também contra-hegemônico, por sua associação com a pobreza e a criminalidade. Além disso, Carol se apropria de seu status de negra, pobre, favelada e gorda para construir uma personalidade forte e empoderada, indo de encontro aos padrões de aparência e beleza hegemônicas.

## REFERÊNCIAS

CAETANO, Mariana Gomes. *Mypussy é o poder: representação feminina através do funk*. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

FACINA, Adriana. Não me bate doutor: funk e criminalização da pobreza. 2009. *Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: UFBA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 193-210.

LAIGNIER, Pablo. Contradições do funk carioca: entre a canção popular massiva e a sedução contra hegemônica. 2008. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Natal: UFRN. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1899-1.pdf>. Acesso em 30 ago. 2016.

MALTA, Renata Barreto; SANTOS, Suyene Correia. *Bela, recatada e 'do lar': uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais*. Disponível em: < [www.encontroredor.com.br/pdf/trabalhos.pdf](http://www.encontroredor.com.br/pdf/trabalhos.pdf) >. Acessado em 29 de agosto de 2016.

MINGUENEAU, Dominique. 2001. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Souza-e-Silva, Cecília P; Rocha, Décio. São Paulo: Cortez Ed., Cap. 4: Discurso, enunciado, texto.

VIANNA, Hermano. *Funk e cultura popular carioca*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 144-253.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



# Transfobia e violência linguística em comentários de leitores (as) do G1.com: abjeção e sentidos do não-humano<sup>1</sup>

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA<sup>2</sup>

Não temos, atrás de nós, continuidade; não temos, atrás de nós, a grande e gloriosa genealogia em que a lei e o poder se mostram em sua força e seu brilho. Saímos da sombra, não tínhamos direito e não tínhamos glória, e é precisamente por isso que tomamos a palavra e começamos a contar a nossa história.

(Michel Foucault)

---

1 Este capítulo é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada "Ato de fala transfóbicos no ciberespaço: uma análise pragmática da violência linguística", produzida sob a orientação da professora Dra. Leilane Ramos da Silva e defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), em agosto de 2017.

2 Mestre em Letras/ Estudos Linguísticos e graduado em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); pós-graduando em Educação em Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Bahia (UFBA); professor colaborador do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (DLEV/UFS). E-mail: danillosh@gmail.com.

## PALAVRAS PARA COMEÇAR OU CENAS DA VIDA REAL

Era por volta das 14h quando, enfim, chegava em casa após uma manhã rotineira de trabalho no campus. Ao ligar o *notbook* para verificar a correspondência, decidi abrir o *Facebook* e uma das primeiras notificações que me apareceu no *feed* de notícias era um vídeo de 1 min. e 20 seg., intitulado “Denúncia! Travesti Dandara assassinada a socos e pauladas em Fortaleza”. Nesse momento, um misto de agonia e revolta tomou conta de mim. Apesar de hesitar, decidi ver o vídeo. Nele, a travesti Dandara Katharine era, conforme prenunciava o título, brutalmente assassinada, à luz do dia, em via pública, no Bairro Ceará, região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil.

Nenhuma novidade para as estatísticas brasileiras de homicídios de pessoas trans. Nada de novo para o país que, só em 2016, matou mais de 900 pessoas dessa parcela da população, sendo assim líder mundial nesse tipo de atrocidade<sup>3</sup>. Longe de ser um caso isolado de violência fortuita provocada por motivações escusas, a violência transfóbica é uma realidade estrutural e estruturante na sociedade brasileira, naturalizada, institucionalizada e invisibilizada de diversas formas. Porém, de algum modo novo e doloroso, para mim, naquele momento, era perceber a estreita ligação entre o que os assassinos de Dandara faziam com suas mãos (tapas, chutes, pauladas...) e o que realizavam com suas palavras, simultaneamente.

“*Suba! Suba! Não vai subir não? Sobe nessa buceta, seu viado feio! Viado despeitado! Sobe logo nessa buceta, arrombado! Tá me escutando não? A imundiça tá de calcinha e tudo! Vão matar o viado! (risos)*”<sup>4</sup>. Eram essas as palavras que eles proferiam (desferiam?) enquanto exerciam sua tortura e execução. Num conagraçamento multissemiótico de crueldade e barbárie,

3 Segundo relatório da ONG Transgender Europe (2016).

4 Áudio transcrito por nós, a partir de vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sEk3Rnp5Sr4&t=7s> (Acessado em 12 de março de 2017).



golpes e signos assassinos, em profusão, produziam a violência transfóbica que vitimava Dandara, e que com dois tiros e uma pedrada a matariam, em mais uma cena da vida real que o vídeo não mostrou. Aqueles me pareciam os 1 min. e 20 segs. mais longos da minha vida.

Se, por um lado, casos como esse chocam profundamente a nossa sensibilidade, por outro, despertam-nos para as questões multidirecionais que o atravessam, como por exemplo, o potencial violento que determinados usos linguísticos podem assumir em contextos específicos, desvelando, assim, o papel que a linguagem, enquanto forma de ação e prática social situada, pode assumir na realização e na naturalização da transfobia. Nesse sentido, em perspectiva linguístico-discursiva, objetivamos, neste capítulo, refletir sobre o modo violência linguística de motivação transfóbica se efetiva em situações reais de troca linguística.

Nesse sentido, a fim de perseguir tais questões, inspirado pelas perspectivas críticas e interdisciplinares da Nova Pragmática (MEY, 2014; RAJAGOPALAN, 2010; ALENCAR, 2010; SILVA, 2012), buscarei refletir sobre o modo como a linguagem pode realizar a violência, mediante a análise linguístico-discursiva da constituição de um ato de fala transfóbico realizado na seção de comentários *online* postados por leitores/as no site de notícias *G1*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016, em matérias jornalísticas relacionadas à performance da atriz e modelo transexual Viviany Beleboni, durante a 19<sup>o</sup> edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Brasil.

## 1 QUANDO DIZER PODE FERIR: A TRANSFOBIA NA LINGUAGEM

Conforme se discutido em Silva (2017), apesar de as especulações em torno da linguagem remontarem a filosofia pré-socrática, por volta do século IV a.C., de certo, faz pouco tempo que estas começaram a se desvencilhar de uma visão platônica

ou neoplatônica da relação palavra-coisa, significado-objeto. Dito de outro modo, é relativamente recente pensar a linguagem fora de uma concepção na qual esta estabelece uma relação especular com o mundo, tendo uma função meramente representativa da realidade, por meio de uma ligação biunívoca entre significado e coisa significada. De forma mais ou menos discreta, tal concepção essencialista aparece na base epistemológica de muitas abordagens hoje correntes nos estudos da linguagem.

Assim, afastando-me de tais concepções para assumir perspectivas pragmáticas de linguagem, segundo as quais esta constitui-se como uma forma de ação sobre a realidade (AUSTIN, 1962; BUTLER, 1997), penso que a “linguagem é um nome para nossa ação: tanto o ‘quê’ fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas consequências” (BUTLER, 1997, p. 8, tradução nossa). Desse modo, dentre as inúmeras coisas que a linguagem pode fazer, está a violência, nesse caso, a violência linguística. Como assinalado por Silva e Alencar (2014), os esforços teóricos em torno de uma definição mais acurada do que seja a violência linguística leva-nos, inevitavelmente, a questões clássicas nos estudos da linguagem: qual a relação entre forma linguística e significado? Em que medida a dependência contextual determina a produção dos sentidos? Há significados literais independentes do uso linguístico? Direcionando tais indagações para a questão aqui investigada, teríamos, então: há significados violentos imanentes à língua ou eles são produzidos por um contexto específico de uso?

No intento de responder a tais perguntas, enquanto alguns estudiosos como Grice (1989) e Ilari (1987) sustentam que há uma porção de sentidos na língua independentes do contexto e outra porção dependente, são validadas aqui posições como as de Gumperz (1998 [1982]) e Hanks (2008), segundo os quais “o significado – mesmo o literal – deriva de uma fusão da for-

ma linguística com o contexto”, sendo assim, algo que “emerge” da “interação entre a língua e suas circunstâncias” (HANKS, 2008, p. 226). Nesse sentido, toda forma linguística – logo, toda significação – é, de algum modo, indexical, ou seja, remete ao seu contexto de produção, seja ele imediato – microsocial – ou remoto – macrosocial.

Partindo desse ponto de vista, a produção de significados violentos, no que tange à violência linguística, não diz respeito exclusivamente ao emprego de palavras que gozem, no interior do léxico de uma língua específica, de acepções consideradas injuriosas ou negativas. Os mecanismos pelos quais operam tais significados é a atualização de determinados contextos interacionais, sociais e/ou históricos marcados pela injúria, que, por meio da enunciação de determinados atos de fala, atualizam seus contextos violentos e, por conseguinte, a violência nas quais foram produzidos se realiza reiteradamente.

Desse modo, pensando a violência transfóbica como um tipo de “atividade social institucionaliza”, que se realiza, inclusive, linguístico-discursivamente, atos de fala enunciados nesse sentido só podem ser bem sucedidos, ou, em termos austinianos, cumprirem suas condições de felicidade, quando estes atendem ao caráter ritualizado de tal prática social, apontando para o que Bourdieu (1989) nomeou, em sua teoria da prática<sup>5</sup> social, como *habitus social* e que é retomado nas discussões sobre violência linguística como *habitus linguístico*, a saber, o modo típico sócio-historicamente construído pelo qual a violência na linguagem se realiza e ao qual todo ato de fala dessa natureza deve satisfazer a fim de obter êxito em seu empreendimento, nesse caso específico, o exercício da violência de gênero de motivação transfóbica.

---

5 Uma discussão mais ampliada sobre a visão da prática em Pierre Bourdieu e seus impactos para uma teoria e análise da linguagem em uso pode ser encontrada em *Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida*, na obra *Nova Pragmática: modos de fazer* organizado por Silva, Ferreira e Alencar (2014), publicado pela Editora Cortez.

Dito de outro modo, para que um ato de fala possa realizar transfobia é necessário que este esteja ancorado citacionalmente em outros atos de fala que circulam na sociedade, em diferentes espaços e tempos, com a mesma finalidade de ação: exercer a violência de gênero contra pessoas trans. É nesse sentido que a “[...] a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 111).

Nesse sentido, tal ancoragem se realiza através do processo de instauração dos contextos pragmáticos indexados, na própria estrutura do ato de fala, graças aos *processos de contextualização* (GUMPERZ, 1998 [1982]) acionados pelos interactantes no momento da elaboração de seus proferimentos. Ao passo que nesse processo de produção de contextos os falantes gozam de certa liberdade na seleção/implementação de sentidos, seu horizonte de possibilidades é também modelado pelo tipo de atividade social institucionalizada no qual estão engajados, a qual se realiza segundo um *habitus linguístico* específico, nesse caso, o *habitus linguístico da transfobia*.

Tendo em vista tais encaminhamentos teóricos, enquanto instâncias dinamicamente produzidas em situações de interação graças aos processos contínuos de modelagem, ampliação/limitação de sentidos, implementados de acordo com os horizontes de possibilidades dos usuários nos papéis assumidos em determinadas atividades sociais, os contextos pragmáticos construídos pelos atos de fala passam a assumir particular relevância na compreensão da violência linguística. Em suma, a força ilocucionária dos atos de fala transfóbicos advém do processo de atualização e reestabelecimento de contextos implementados por tais proferimentos.

Dessa maneira, somente uma análise de “atos de fala situados” (MEY, 2014, p. 135) nos contextos por eles produzidos, que leve em conta as “possibilidades dos usuários” (MEY, 2014, p. 135) nas situações sociais nas quais estão engajados, seria capaz de dar

conta, em termos “radicalmente pragmáticos” (LEVINSON, 1983), das ações realizadas “de fora para dentro” (MEY, 2014, p. 135), do contexto modelado pelo ato de fala para o próprio ato, conduzindo-nos mais do que a significados de proferimentos enunciados, mas aos tipos de atividades realizadas por determinados atos de fala, numa visão ecológica da ação realizada na/pela linguagem.

## 2 NOTAS METODOLÓGICAS

Como referido na primeira seção deste capítulo, as análises aqui apresentadas consistem na observação, de uma visada interpretativista e qualitativa de pesquisa em linguagem, do modo de constituição linguístico-discursivo da violência linguística em atos de fala transfóbicos produzidos comentários *online* postados por leitores/as no site de notícias *G1*, entre os meses de junho de 2015 e junho de 2016, em duas matérias jornalísticas relacionadas à performance da atriz e modelo transexual Viviany Beleboni, durante a 19<sup>o</sup> edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Brasil.

Nesse sentido, a justificativa da escolha de matérias relacionadas a esse episódio assenta-se sobre seu alto potencial de se tornarem numa situação provável de prática da violência transfóbica pela linguagem, uma vez que a performance de Viviany foi considerada uma ofensa por muitos religiosos conservadores, abrindo, assim, espaço para o desencadeamento de atos de fala que visassem atacar, desqualificar e/ou injuriar sua condição identitária como mulher transexual.

O critério que motivou a escolha do *G1*<sup>6</sup> como *locus* da pesquisa foi tanto o fato de o referido *site* ter coberto amplamente a polêmica, dedicando várias matérias ao assunto, inclusive um

---

6 Tal veículo pertence à Rede Globo de Televisão e foi ao ar pela primeira vez em 18 de setembro de 2016. A característica do portal é disponibilizar notícias oriundas de diferentes empresas de Globo, em diferentes mídias e numa mesma plataforma. Além das versões em inglês e em espanhol, o site também conta com a versão mobile.

ano depois do ocorrido, como mostra uma das matérias selecionadas, quanto pela sua popularidade entre diferentes classes sociais e regiões do país, sendo considerado o líder do *ranking* de acessos entre outros sites do seu gênero, chegando a mais de 49 milhões de acessos por mês.

Quanto ao critério de seleção das matérias, este priorizou duas imediatamente próximas ao fato e uma outra temporalmente mais distanciada, com vistas a perceber se essas relações temporais trariam alguma diferença no modo de interação ali desenvolvido. Assim, entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2016, utilizando o sistema de busca de matérias disponível na página do G1 (<http://www.g1.com>), mediante a inserção das palavras-chave *TRANSEXUAL+CRUCIFIDA + PARADA GAY*, localizei as matérias que tratavam sobre o caso de nosso interesse. Dessas, a fim de ilustrar as discussões empreendidas neste capítulo, selecionamos um comentário relacionado a matéria de número 3, conforme quadro abaixo.

Nº	PUBLICAÇÃO	MATÉRIA	AUTOR	COMENTÁRIOS
01	10.06.2015	<i>Cristo "viralizou" – Crucificação na Parada Gay, onda conservadora e ação no STF</i>	Yvone Maggie	186
02	11.06.2015	<i>Bispos divulgam nota contra o uso de imagens religiosas na Parada Gay</i>	Carolina Dantas	709
03	21.06.2016	<i>Depoimento de transexual 'crucificada' na Parada Gay é adiado em SP</i>	Will Soares	169

Os critérios de análise do *corpus* giram em torno da investigação dos *processos de contextualização* (GUMPERZ, 1998 [1982])<sup>7</sup>, em funcionamento nos atos de fala violentos, a fim de

7 Apesar de o trabalho de Gumperz ser oriundo da Sociolinguística Interacional, a sua adoção como estratégia metodológico-analítica é vista por nós como válida e consoante com a feição teórica desta pesquisa, pois, segundo Pinto (2009, p. 119), o trabalho de Austin (1962) esteve na base de suas proposições.

perceber quais contextos são (re)estabelecidos para injuriar pessoas transexuais pelo ódio à sua identidade de gênero. Assim, estão sob nosso foco de análise:

*Elementos de contextualização* que funcionam como âncoras, fornecendo um terreno indexical que orienta as pressuposições e expectativas dos interlocutores em relação ao ato interacional, guia seu uso de recursos e estabelece relações entre os signos empregados e os significados socioculturais que eles designam. Além disso, *origina relações sociais à medida que categoriza, rotula e valoriza objetos, pessoas e seus ambientes circundantes*, tornando-os perceptíveis e iteráveis em muitos encontros. (AGHA, 2007 apud FABRÍCIO, 2014, p. 149, grifo nosso.)

Esse tipo de trabalho orientacional envolve *escolhas* (lexicais, frasais, composicionais, estilísticas, tópicas, de registro, de imagens retóricas e metafóricas, entre outros) empregadas na realização dos atos de fala proferidos nas interações. Contudo, tais escolhas não podem ser tomadas como completamente intencionais ou “racional”, mas são motivadas por nossa capacidade “aprendida de observar e agir de acordo com contextos interativos em desenvolvimento, qualidade metapragmática central em toda comunicação (cf. FABRÍCIO, 2014, p. 149).

Assim, as atividades semióticas envolvem a atribuição de sentido-classificação-valor (a signos, pessoas e situações), e seus consequentes *efeitos sociais*, dentre eles a produção de significados violentos, mediante a performativização de determinados atos de fala, que operam no sentido de hierarquizar identidades e modos vida, a partir das práticas linguístico-discursivas. Então, fica autorizado pensar que a subalternização, em relação intrínseca com a violência sofrida por pessoas transexuais, é também um desses efeitos sociais gerados pela atribuição de sentidos no interior de determinados contextos estabelecidos.

A gama de estratégias referenciais e inferenciais das quais os interactantes lançam mão na produção dos atos de fala estão diretamente relacionados ao conhecimento de mundo e repertórios socioculturais partilhados nas situações de interação. Desse modo, ao serem acionados, reestabelecem e ressignificam – via elementos indexicais (pragmáticos) – contextos mais amplos que sinalizam as normas sociais, convenções, identidades e modelos culturais em jogo.

Mediante a natureza e a constituição metodológica do *corpus*, tendo em vista os horizontes teóricos assumidos neste trabalho, tomei como categorias básicas para o trabalho de análise, os seguintes processos linguístico-discursivos, a partir da ampliação das pistas linguísticas de contextualização propostas por Gumperz (1998[1982]): *i*) escolhas lexicais nos processos de designação, (re) nomeação e adjetivação e *ii*) escolhas sintático-semânticas nos processos de predicação.

### **3 “RATAZANA DE BUEIRO”, “LIXO HUMANO”: SENTIDOS DO NÃO-HUMANO E ABJEÇÃO NA VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA TRANSFÓBICA**

Termo cunhado por Julia Kristeva e amplamente recuperado pela teoria *queer*, a abjeção diz respeito ao lugar ao qual a sociedade relega aqueles que desafiam a sua ordem, a sua aparente estabilidade sociopolítica, por, de algum modo, transgredirem os limites normatizados das possibilidades de existência normalizada (aceitas como ‘normais’), existindo, enquanto sujeitos, fora dos padrões, sejam eles de raça, de corpo, de gênero, de sexualidade, dentre outros aspectos.

Conforme pensa Kristeva (1982, p. 4), o abjeto não é simplesmente uma ameaça à pureza e à saúde coletivas, almejadas socialmente, mediante os trabalhos de inúmeros instrumentos de padronização e de sujeição (discursos religiosos, familiares, médico-científicos), mas diz respeito a uma ameaça ao proje-



to de identidade aceitável socialmente inculcado e perseguido como condição para o estabelecimento da ordem, da paz e da normalidade. Assim, em termos sociais, as experiências abjetas são repugnantes, deploráveis e moralmente depravadas, pois “sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade” (MISKOLCI, 2016, p. 24).

Nesse sentido, numa sociedade patriarcal e cisheteronormativa, como a brasileira, as experiências trans fazem parte desse grupo de identidades sociais relegadas à abjeção. Os modos pelos quais se processa a construção discursiva das experiências trans como deploráveis, repugnantes, exteriores à própria condição humana, são múltiplos e se realizam, de modo particular, pelo potencial performativo do discurso em AFTs, como o abaixo analisado.

(1)

**Wilson Lopes**

HÁ 2 ANOS

Desrespeito???? estas ratazanas de bueiro não sabem o que é respeito, estas corjas que frequentam esta parada gay são uns lixo humanos querendo se aparecer.



Em (1), a força ilocucionária que torna o ato de fala capaz de operar a violência advém dos contextos de abjeção aos quais as pessoas trans são social e historicamente relegadas. Tais contextos aparecem indexados por processos de contextualização como as sucessivas *renomeações* às quais o comentador recorre para *designar* Viviany Beleboni.

Pensando a designação como um processo linguístico-discursivo inserido numa prática social, ou seja, como uma realidade mais abrangente que uma nomeação despreziosa ou que um mecanismo “neutro” de construção de referentes, entendemos que as (re)nomeações, mediante seu caráter designativo, não apenas constroem objetos de discursos (MONDADA; DUBOIS,

2003, p. 35) na materialidade do ato de fala, mas se ancoram em significados sociais transfóbicos disponíveis num repositório mais estável de valores culturais e simbólicos, produzindo, de forma concreta, a violência, a transfobia.

Nessa direção, afirma Rajagopalan (2004, p. 83 – 85):

No momento em que é nomeado, o objeto deixa de ser exclusivo ou único, pois o próprio ato de nomeação se encarrega de emprestar-lhe um atributo (a saber, a própria descrição – definida, no caso – utilizada para nomeá-lo), que é publicamente disponível e, em princípio, apto a ser aplicado a outros objetos (...). É inegável o importante papel desempenhado pelos termos escolhidos a fim de designar os indivíduos, acontecimentos, lugares, etc. na formação da opinião pública a respeito daqueles entes.

Nesse sentido, as *escolhas lexicais* efetuadas para a produção do processo de (re)nomeação no ato fala transfóbico em (1) atualizam contextos ritualizados nas práticas sociais da violência de gênero, especificamente aquelas que dizem respeito à interpeção de pessoas trans a ocuparem uma posição contextual que faz recair sobre suas identidades significados que remontam à subalternização por meio da animalização (“estas *ratazanas de bueiro* não sabem o que é respeito”), da degradação moral (“estas *corjas* que frequentam esta parada gay”) e da precarização de suas existências (“... são *uns lixo humano* querendo aparecer”). O atendimento a tais significados rituais garantem a satisfação de sua condição de felicidade.

No influxo desse processo, em (1), a nomeação que seria feita a Viviany, uma vez que é dela que a matéria trata, é generalizada, por extensão, a um grupo social ao qual ela é reconhecida como pertencente, às pessoas trans, nomeadas como “*ratazanas de bueiro*”. A seleção lexical acionada para efetuar a nomeação aponta, em primeiro lugar, para o reconhecimento de tais

peças como não-humanas, como de uma categoria de seres inferiores, a qual não goza do status e da dignidade que é conferida aos humanos. Os transbordamentos de sentido da palavra “ratazana” assinalam para a identificação dessas formas de vida como animalizadas, mais que isso, relacionadas a espécies animais encarados socialmente como pragas, pestes a serem evitadas e/ou combatidas, sobretudo em ambientes urbanos.

Além do caráter de “animal indesejado” advindo de seu modo de vida asqueroso, uma vez que seu aparecimento geralmente é relacionado à sujeira, a ratazana é ainda vista como ameaça à higiene, à saúde dos “humanos” que, de algum modo, se deparam com esses seres, associados à potencial transmissão de doenças. No interior do sintagma nominal no qual a expressão “ratazana” é selecionada, aparece ainda uma expressão de valor qualificativo, a locução adjetiva: “de bueiro”, compondo o sintagma “ratazana de bueiro”. Tal processo de adjetivação funciona na composição da nomeação, ou seja, da produção de uma identidade social no discurso para as pessoas trans que se realiza mediante a atualização de contextos de violência, como a consideração das vidas trans como abjetas, e que, assim, (re) produz, realiza, perpetra a transfobia na/pela linguagem.

Segundo Ferreira (2005), diferentemente do que diz o verbete destinado ao vocábulo “ratos”, as “ratazanas” são animais de porte maior que aqueles, chegando a 20 cm, e têm como preferência os pântanos, os esgotos, “os bueiros”, regiões subterâneas da cidade. Nesse sentido, as “ratazanas de bueiro” têm como espaço próprio de sua existência uma zona inóspita, invisível, inferior ao nível da cidade, diferentemente daquela destinada às pessoas dotadas de dignidade humana e a animais de espécies menos nocivas.

Ao atentar para a *trajetória de contextualização* que a seleção desse termo na nomeação de vidas trans aponta, enquanto *pista de contextualização*, podem ser evidenciadas as relações de ancoragem no modo de funcionamento de uma sociedade

cisheteronormativa que relega às pessoas dissidentes de gênero uma zona inferior ao nível da cidade, ao nível da vida em seus termos civis, localização essa, numa cartografia urbana, desprovida de reconhecimento social, e por vezes jurídico, desvalida de direitos básicos, como o direito a percorrer as ruas da cidade à luz do dia sem ser agredida, a ocupar postos formais de trabalho, ao próprio nome, ao próprio corpo, à existência.

Torna-se visível, assim, como as travestilidades/transexualidades são violentadas pelos AFTs que tanto acionam quanto fazem emergir contextos de violência mediante o uso da linguagem, em um processo complexo e dialético de sobreposição de contextos locais e socioculturais. Tais contextos produzidos posicionam o agressor dentro dos limites da normalidade, da moralidade, da civilidade corpóreo-subjetiva esperada de cidadãos de bem, conformes aos ditames binários que estruturam a vida social no ocidente, e posicionam as vítimas, as pessoas trans, nos bueiros das cidades, em zonas inóspitas de identificação, invisibilizadas, moralmente prejudicadas (*estas corjas que frequentam esta parada gay*), dignas daqueles que ousam fazer-se monstro<sup>8</sup>, aberração, ao denunciarem, com seus corpos fabricados pelo discurso e outras estilizações, o caráter performativo, paródico, provisório e instável do gênero.

Em termos wittgensteinianos, poderia dizer que as regras que regem o jogo de linguagem da violência transfóbica atuam no sentido de subalternizar tais formas de vida, conferindo-lhes uma identidade animalizada, afastada do humano e dotada de significados que remontam a seu caráter subalterno, desprezível, sujo, asqueroso, atributos comumente atribuídos às rataza-

---

8 Em termos foucaultianos, "o monstro é uma infração que se coloca automaticamente fora da lei, e é esse um dos primeiros equívocos. O segundo é que o monstro é, de certo modo, a forma espontânea, a forma brutal, mas, por conseguinte, a forma natural da contranatureza. É o modelo ampliado, a forma, desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as pequenas irregularidades possíveis. E, nesse sentido, podemos dizer que o monstro é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. É o princípio de inteligibilidade de todas as formas – que circulam na forma de moeda miúda – da anomalia" (FOUCAULT, 2001, p. 69).

nas de bueiros, com as quais as pessoas trans foram identificadas mediante as pistas de contextualização relativas à seleção lexical dos processos de (re)nomeação acionados.

Nesse sentido, as pessoas trans são discursivizadas socialmente não apenas como indesejáveis, mas, ameaçadoras, não da saúde e da higiene, como as ratazanas, mas das normas de gênero vigentes. Por isso, assim como aquelas, quando ousam deixar seu lugar de origem, o bueiro, o esgoto, o depósito subterrâneo de detritos e inutilidades socialmente desprezíveis, são alvo de extermínio. A metapragmática desse ato de fala encontra reverberações demasiado concretas ao pensarmos em dados estatísticos sobre violência transfóbica, como aqueles mencionados no capítulo 2 deste trabalho, os quais colocam o Brasil como país líder em extermínio de pessoas trans, tendo, apenas em 2016, executado 900 pessoas.

No influxo da transfobia em funcionamento na construção sociodiscursiva das pessoas trans, realizada em (1), emergem ainda sentidos contextuais que apontam para a caracterização destas como moralmente depreciáveis, como pela *seleção lexical* e *processos sintático-semânticos* em “esta *corja* que frequenta a parada gay”. Pela relação linguística estabelecida pelo pronome relativo “que”, nesse enunciado, enquanto encadeador de uma oração de valor adjetivo e restritivo, faz emergir, no plano semântico-pragmático, sentidos de classificação e categorização das pessoas transexuais, renomeadas como *corja*. Tal construção estabelece relação de motivação entre uma designação e outra, de modo que as pessoas trans, por pertencerem ao grupo que “frequenta a parada gay”, ou seja, que se sente representado socialmente pelo movimento de luta por direitos sociais aos quais tal evento é atrelado politicamente, devem ser (e são) entendidos como de má índole, como uma *corja*.

Em consonância com os desdobramentos das significações violentas produzidas pelas pistas de contextualização até aqui analisadas, o comentador recorre novamente à renomeação de

experiências dissidentes de gênero, agora designando-as como “*uns lixo humano* querendo aparecer”, em relação predicativa (também de classificação) com a anteriormente analisada (*esta corja* que frequenta a parada gay são *uns lixo humano* querendo aparecer). Nesse sentido, ao olharmos linguístico-discursivamente para tais recursos da língua, entrevemos os efeitos de sentido que a predicação, quanto elemento “portador de referências a traços essenciais do sujeito” (BECHARA, 2009, p. 424-425), fazem emergir em relação direta com a produção da violência transfóbica no discurso.

Nesse sentido, renomear tais pessoas como “lixo humano”, acionando esse como um traço essencial de sua identificação no mundo, produz uma construção sociodiscursiva que estabelece relação de ancoragem tanto nas outras nomeações e seus efeitos performativos já atribuídas neste mesmo ato de fala violento, quanto com os sentidos do viria a ser um ‘lixo humano’, o que, segundo Bauman (2005), diria respeito a um refugio humano (as pessoas) que está excluído de tudo, a lei não o contempla, os governos não se responsabilizam por eles, seriam esses os humilhados e excluídos do sistema.

O alvo da reflexão desse sociólogo polonês recai sobre os quais ele nomeia como “os estranhos”, imigrantes, refugiados e asilados que teriam como função receber toda a descarga de raiva e as ansiedades dos indivíduos, sobretudo por representarem um perigo para a segurança dos cidadãos, numa sociedade instável como a pós-moderna. Desse modo, eles se tornam alvos fáceis de tema de campanhas xenofóbicas tanto pelos governos como pela população.

Fazendo uma leitura dessas ideias a partir da matriz de gênero cisheteronormativa que rege a nossa sociedade, sem o risco de extrapolarmos as possibilidades de interpretação de sua teoria, conseguiríamos perceber as experiências trans como parte desse grupo de estranhos, desse refugio, desse lixo humano a ser descartado, por sua inutilidade advinda de sua inadequação à

chave de leitura binária e essencialista do corpo e do gênero, graças à sua ininteligibilidade social, conforme Butler (2003).

## **PALAVRAS PARA TERMINAR**

O caminho de reflexão sobre a linguagem empregada com vistas a exercer a violência transfóbica, aqui empreendido, em perspectiva crítica e interdisciplinar, possibilitou desvelar o modo como, por meio de pistas de contextualização, as vidas trans são significadas não apenas como indesejáveis, mas ameaçadoras, não à saúde ou à higiene, como as ratazanas, mas às normas de gênero vigentes.

Por isso, assim como aquelas, quando estas ousam deixar o lugar ao qual foram destinadas, o bueiro, o esgoto, o depósito subterrâneo de detritos e inutilidades socialmente desprezíveis, são alvos de perseguição, violência e extermínio. Dessa visada, os atos de fala que os algozes de Dandara desferiam contra seu corpo flagelado em via pública, no ataque assassino em Fortaleza (CE), bem como aqueles realizados em (1), conforme discutido aqui, constituem-se atos de fala que, graças ao seu potencial performativo, realizam a violência transfóbica na linguagem.

Desse modo, assumindo uma responsabilidade sociopolítica frente ao problema da transfobia, trabalhos como este podem colaborar para abrir um espaço profícuo de discussão, em termos teórico-metodológicos e temáticos, no que tange ao engajamento político de pesquisas em linguística que visem, de seu horizonte epistemológico, oferecer contribuições para a desnaturalização de significados transfóbicos, apontando, assim, para a implicação ético-política, tanto daquilo que fazemos com a linguagem, nas mais diversas práticas sociais, quanto do desenvolvimento de pesquisas que partam da realidade social das comunidades humanas e que possam oferecer a estas algum tipo de contribuição prática para a superação de dilemas sociais que as atingem, de diferentes ordens e abrangências.

Mediante as análises e discussões empreendidas a partir das perspectivas teóricas validadas neste trabalho, podemos perceber como a linguagem, uma vez compreendida como modo de ação, efetivo na construção da realidade, pode realizar a transfobia, a partir da atualização e do reestabelecimento de contextos sociodiscursivos nos quais as pessoas trans são relegadas a condições de abjeção. Dessa visada, numa agenda política de militância teórica e social para o enfrentamento da transfobia, a desnaturalização de sentidos transfóbicos realizados no discurso, no que tange a violência linguística, configura-se uma pauta importante para o agenciamento de saberes-poderes com vistas a resistência as mais diversas formas de violência.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N. *Pragmática da exclusão*: a teoria dos atos de fala por Searle e outras confusões formalizantes. In: FREITAS, Alice Cunha de (Org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 36 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Thomas Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belho Horizonte: Autêntica. 2 ed., 2000.

\_\_\_\_\_. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 1997.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FABRÍCIO, B. F. Transcontextos educacionais: gêneros, sexualidades e trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, D. N.; ALENCAR, C.



N.; FERREIRA, D. M. M. (Orgs). *Nova Pragmática – Modos de Fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 145 – 189.

FOUCAULT, M. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Aula 22 de Janeiro de 1975). Tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, p. 69-101, 2001.

GRICE, P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. v. IV. Campinas, 1982 [1977].

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T e GARCEZ, P. M. (Orgs) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Age, 1998 [1982].

HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (org.) São Paulo: Cortez, 1996.

ILARI, R. *O que fazer quando '2+3' não é igual a '3+2': a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 13, p. 97-105, 1987.

KRISTEVA, J. *Powers of horror: An essay on abjection*. Translated by Leon S. Rodriguez. New York: Columbia University Press, 1982.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MEY, J. Sequencialidade, contexto e forma linguística. In: SILVA, Daniel N.; FERREIRA, Dina M. N.; ALENCAR, Claudiana F. Tradução: Ivo Brunelli. *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 129 – 144.

MISKOLCI, Richard. Origens históricas da Teoria Queer In: \_\_\_\_, *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 21-35.

MONDADA, L. DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODEIGUES, B.; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, D. C. P. Atos de fala e performatividade: trajetórias teórico-metodológicas rumo a uma visada social em Pragmática. In: LIMA, G. O. S.; CARVALHO, M. L. C. G. (Orgs.). *Linguística e Literatura: confluências e desafios*. 1ed. Aracaju: Criação Editora, 2017, v. V, p. 25-43.

SILVA, D. N. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

# O objeto de discurso #hashtag como instrumento de resistência no discurso das mulheres

LORENA GOMES FREITAS DE CASTRO<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Nosso intuito neste capítulo é revisar um texto previamente publicado em evento, o que nos possibilitou repensar a discussão apresentada e algumas outras considerações. Aqui, tomamos por referencial teórico a Linguística de Texto, principalmente, consideramos a questão da elaboração dos referentes (ou objetos de discurso), sob a ótica da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003), nos discursos de combate a problemas sociais contemporâneos. Atualmente é muito comum percebermos enunciados produzidos e compartilhados em redes sociais, sobretudo, no *Facebook* e *Twitter*, que acabam por iniciar uma campanha, um movimento, uma manifestação em defesa de certos ideais.

---

<sup>1</sup> Mestra em Letras/ Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS);  
Graduada em Letras Vernáculas pela mesma instituição. E-mail: lorena.gfc@gmail.com

Sabemos que “a teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero” (BIROLI; MIGUEL, 2012, Introdução). Sendo assim, interessa-nos trabalhar com essa temática a qual se fundamenta na necessidade de ampliar noções e esclarecimentos sobre questões de violência contra a mulher em prol da igualdade de identidade de gêneros por meio de uma proposta de desconstrução de *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003).

Estes surgem na construção dos sentidos de textos/discursos<sup>2</sup>, em oposição e, conseqüentemente, em comportamentos e/ou ações de cunho *machista* que levam a situações de diversos tipos de violência. Indiscutivelmente, tais situações são reafirmadas e legitimadas pela sociedade, uma vez que são entendidas, muitas vezes, como algo natural (TELES; MELO, 2012). Enfatizamos, tal qual Biroli e Miguel (2012), que a luta feminista além de ter caráter político, pois diz respeito a valores, ideias, instituições e como se organizam socialmente, atuou e deve continuar atuando a favor de uma sociedade mais justa, sempre considerando as questões de gênero.

Em consonância com o objetivo de uma sociedade mais igualitária, e possivelmente um dia literalmente justa, é que surgem diversas campanhas em meio virtual no sentido de desnaturalizar e explicitar o quão grave são algumas situações de violência. Algumas das campanhas, como *#meuprimeiroassedio*, despontam em resposta de acontecimentos violentos, abusivos e/ou desrespeitosos, inclusive na mídia, os quais, muitas vezes, parecem ser levados com muita naturalidade, tanto pelos participantes dos programas, quanto por muitos dos telespectadores. A campanha mencionada consistiu numa reação à situação de assédio de uma participante de 12 anos de idade de

---

2 O termo *discurso*, aqui, é tomado como equivalente a texto, por isso o uso da expressão texto/discurso.

um programa de Tv MasterChef Júnior, cujos comentários nas redes sociais se mostraram bastante inadequados não só pelo desrespeito à mulher, como pelo fato de se tratar de uma criança (FUSCO, 2015).

Nesse direcionamento outras *hashtags* ganharam notoriedade em momentos distintos com fins de combater o assédio e a violência contra mulher, e passam a configurar recurso de debate político e ideológico, isto é, um objeto de discurso que é utilizado para debater, denunciar, desnaturalizar e romper com os comportamentos violentos/abusivos contra as mulheres (foco deste capítulo).

Realizamos uma análise de alguns enunciados a partir do escopo teórico da Linguística de Texto (LT), substancialmente, no que alude ao processo de construção dos *objetos de discurso* e as funções das expressões referenciais consideradas nesses textos. Esse capítulo, portanto compõe uma revisão de outros dois textos já escritos sobre a campanha *#meuamigosecreto* ocorrida após o movimento *#meuprimeiroassedio*, eventos os quais podemos considerar enquanto ativismo digital, uma vez que é “um fenômeno que surgiu a partir das transformações tecnológicas de informação e comunicação, as quais possibilitam o diálogo entre os cidadãos e os auxiliam na organização de eventos e fóruns em prol de causas determinadas” (MORAES, 2012 *apud* COELHO; COSTA, p. 9, 2013).

Diante das considerações apresentadas, direcionamos este trabalho de acordo com a concepção de texto atual de estudos da LT, a qual é abordada à luz do sociocognitivismo. Corroborando com Marcuschi (2008) e Koch (2009), o texto pode ser definido como um evento comunicativo e/ou um lugar de interação social, envolvendo fenômenos de base linguística, social, cognitiva, cultural, histórica e interacional. Para Cavalcante (2012), o texto é uma unidade de sentido que mobiliza um propósito comunicativo por parte de quem o produz, direcionando-o ao seu interlocutor. Diante disso, é interessante, pois, pensar sobre as

funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais nos textos/discursos mobilizados pela campanha virtual, principalmente, as expressões referenciais que ganham repercussão na forma de *hashtag*.

As campanhas nasceram com o propósito de expor atitudes e comportamentos *machistas* de pessoas conhecidas, ou não, mas, acima de tudo, situações em que há uma desigualdade de identidade de gêneros e de violência contra a mulher e que são naturalizadas e banalizadas, na medida em que não recebem a devida atenção. Portanto, para analisar esse tipo de expressão, precisamos não só explicar as noções de contexto, de referência e de cibercultura, mas também reconhecer as expressões referenciais - *#meuamigosecreto*, *#meuprimeiroassedio*, *#me-xeucomumamexeucomtodas* - como um *meme*, uma vez que constitui uma informação replicada e compartilhada dentro dos enunciados.

Nosso suporte teórico é formado essencialmente por estudos de caráter sociocognitivo-interacional, de Cavalcante (2012, 2014), Koch (2009), Marcuschi (2008, 2012), Custódio Filho (2012, 2014), Cavalcante e Custódio Filho (2010); como embasamento teórico para avaliar os textos como enunciados do ambiente virtual Lévy (1999), Coelho e Costa (2013) os quais versam sobre o ativismo digital, e sobre questões que envolvem o movimento feminista e situações de violência contra a mulher os estudos de Teles e Melo (2012) e Pinto (2010), Biroli e Miguel (2012) dentre outros.

## 1 A CONSTRUÇÃO DA(S) REFERÊNCIA(S) E O MEIO DIGITAL

São vários os conhecimentos convocados durante o processo de construção e recepção de sentidos, nesses processos operam de maneira significativa a compreensão dos efeitos de sentido. Alguns desses conhecimentos são: (1) o conhecimento linguístico – o que o leitor compreende sobre a língua e suas regras,

sejam elas de natureza morfológica, sintática e/ou do uso do léxico; (2) o conhecimento enciclopédico ou de mundo – são as informações adquiridas pelas experiências do leitor e estão armazenadas na memória permanente e podem ser ativadas em determinados momentos da leitura e, por fim, (3) o conhecimento interacional – estreitamente ligado à comunicação, diz respeito às informações que são mobilizadas nas formas de interagir, de acordo com Cavalcante (2012).

Os conhecimentos atuam, para efeitos de produção/compreensão de sentidos simultaneamente e incluem, além dos os fatores de ordem cotextual (materialidade linguística), os de caráter contextual (material extralinguístico). Hanks (2008) nos diz que a interação é o *locus* de observação da linguagem, sendo assim, ele afirma que a língua e a linguagem são moldadas através de contextos sociais e interpessoais, o que nos permite inferir que a língua prática social, é ação.

Para Hanks (2008, p. 199), “o discurso é produtivo e inerentemente situado”. Isso quer dizer que ao levarmos em conta as manifestações linguísticas e suas relações no contexto, é fundamental ter perceber que interpretações de micro e macronível podem ser realizadas, dependendo da análise e do objetivo a ser alcançado, “dado que o discurso responde ao contexto em graus variados” (HANKS, 2008, p. 173). Inerente ao contexto, está o fenômeno de construção de referentes que constitui, por meio da mobilização dos conhecimentos citados anteriormente (linguístico, enciclopédico e interacional), a (re) elaboração da realidade, a negociação entre os interlocutores e o processo sociocognitivo (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014).

Quando falamos em referenciação, precisamos ter em mente que *os objetos do discurso* ou referentes são expressões referenciais as quais podem aparecer através de elementos linguísticos, isto é, podem ser facilmente identificadas na superfície textual dos enunciados, principalmente, nas formas nominais,

como podem aparecer sob outras configurações semióticas, ou seja, na multimodalidade textual. De qualquer forma, a ação de referir opera nos processos de produção e compreensão textual podendo recategorizar *objetos do discurso*, contribuir com o direcionamento argumentativo e intenção comunicativa do enunciador (CAVALCANTE, 2012).

No processo de compreender o fenômeno da referenciação, encontramos três principais categorias (1) a introdução referencial, (2) as anáforas (direta e indireta) e (3) a dêixis (pessoal, social, espacial, temporal, textual e de memória). A introdução referencial indica o referente que aparece no texto pela primeira vez, o objeto do discurso é introduzido no texto por meio de alguma expressão – sem ter sido mencionado antes. No decorrer da progressão textual, esse objeto ou referente pode ser recategorizado, renomeado, no cotexto (mesmo referente) ou no contexto. Nesse processo de retomada ou ancoragem do referente, ocorrer, respectivamente, o processo anafórico que podem ser direto ou indireto. Há ainda outra classificação para as anáforas, são as encapsuladoras que são responsáveis pelo “mecanismo da sumarização. Portanto, é uma das estratégias para prover um “resumo” textual de diferentes extensões. Tanto pode dar conta de trechos menores como de porções maiores.” (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, p. 84).

Noção inicialmente proposta por Benveniste no Aparelho Formal da Enunciação, e conhecida pelos chamados índices de pessoa e índices de ostensão, a dêixis significa estruturas textuais integrantes do cotexto, uma vez que não têm significado comunicativo *per se* e suas propriedades só podem ser determinadas no momento da enunciação.

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), os dêiticos podem indicar os enunciadores da situação de comunicação, indicar os enunciadores refletindo graus de formalidade ou informalidade, exprimir função locativa ou cronológica em relação aos coenunciadores, orientar o leitor no momento



da leitura (função metadiscursiva) e ativar na memória dos coenunciadores um referente específico compartilhado.

Além das expressões referenciais e suas funções, é fundamental identificar características determinantes com relação ao *locus* em que esses enunciados foram produzidos, isto é, a campanha surgiu na internet, portanto, as redes sociais *Facebook* e *Twitter* foram os meios de principal propagação da campanha.

Segundo Marcuschi (2010, 2011), os textos digitais correspondem a um “padrão sociocomunicativo” específico, uma vez que cada rede social vai implicar, no seu acesso e uso, em configurações textuais dinâmicas distintas, novas formas de querer-dizer, e, por conseguinte, novos comportamentos comunicativos.

As campanhas ocorreram em ambiente digital ou, como também podemos chamar, ciberespaço, o que favorece diversas atividades interativas e práticas comunicativas, possibilitando aos interlocutores criar, editar e retextualizar os textos, gerando versões diversificadas de enunciados e constituindo, além de práticas sociais, atividades culturais distintas.

A internet é uma tecnologia que favoreceu (e favorece) o surgimento e desenvolvimento das redes sociais, em que a velocidade de transformações é uma constante (Lévy, 1999). A rede social, em geral, pode ser considerada, inclusive, meio de transformação social, já que o ciberespaço é “dispositivo de comunicação interativo e comunitário, apresenta-se justamente como um dos instrumentos mais privilegiados da inteligência coletiva.” (LÉVY, 1999, p. 29).

Pierre Lévy, defende também, no que diz respeito ao saber, que é no ciberespaço e através das novas tecnologias nele encontradas que o conhecimento é compartilhado, modelos mentais são compartilhados, existe um aumento da inteligência coletiva, e, por consequência, acontecem transformações nas capacidades cognitivas das pessoas. Reiterando esse raciocínio, Coelho e Costa afirmam que “o surgimento de novas possibilidades comunicacionais permitiu a proliferação do ativismo através da internet” (p. 10, 2013).

O ciberespaço, portanto, é um meio que favorece a universalidade, o acesso à informação e até a criação de comunidades e ambientes específicos de comunicação. No caso deste trabalho, o principal é levar em consideração a mobilização das campanhas, espontaneamente, em meio digital, contribuindo para a rápida veiculação dos enunciados, ganhando repercussão a favor de uma causa: o feminismo.

A seguir, uma breve apresentação sobre o movimento feminista em geral, a violência contra a mulher e, respectivamente, como a campanha virtual *#meuprimeiroassedio* surgiu e se dinamizou como movimentação contra o discurso e atitudes machistas enquanto práticas sociais, culturais e discursivas, inclusive fomentando uma campanha posterior.

## **2 EM QUE CONSISTE O FEMINISMO? O QUE É VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?**

Dentre algumas conceituações sobre o que é o feminismo, consoante Pinto (2010), o movimento feminista “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria”. Historicamente, algumas mulheres contestaram a diferença de tratamento por gênero, sendo assim a busca de igualdade entre os gêneros (e, de forma alguma a sobreposição da figura feminina sobre a masculina) é uma luta que remonta desde a Grécia antiga (MIGUEL, 2013), ganhando repercussão do século XVIII até segunda metade do século XX, reunindo, por vezes, mulheres burguesas de classe média, com acesso à educação, principalmente, na área das humanidades, até os dias atuais.

Não é difícil perceber que a diferença no tratamento entre homens e mulheres é uma constante em diversos lugares do mundo desde muito tempo. A mulher, em momentos históricos distintos, sofreu (e ainda sofre) discriminação e opressão em consequência do poder do patriarcado, a começar pela noção cultural de, inicialmente, o homem ser o provedor da casa e ser

a pessoa a quem todos deviam obediência. O início efetivo do movimento das mulheres como fenômeno social, porém, deu-se quando

(...) a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As *sufragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, p. 15, 2010).

Em território brasileiro, também houve participação feminista, foram lideradas por Bertha Lutz, também mulher de classe média com acesso à academia. Logo depois o movimento de operárias também atuou em prol dos direitos das mulheres em 1917, no entanto, o movimento perdeu forças, ressurgindo significativamente com a publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir anos mais tarde (PINTO, 2010).

Ao longo da história, sabe-se que as mulheres foram silenciadas em diversos contextos sociais e culturais apenas por serem mulheres, conquistaram, aos poucos direitos que não lhes eram concedidos pelo simples fato de sua condição de gênero. Conseguiram acesso à escolarização, ao voto, ocupar cargos em profissões em que o senso comum, preponderantemente machista, julgava caber apenas aos homens e assim por diante. Completamos esse pensamento com as palavras de Miguel

Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade

de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina. Pertence, portanto, à mesma linhagem do pensamento socialista em que o ímpeto para mudar o mundo está sempre colado à necessidade de interpretá-lo. Embora um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como “superada”, uma vez que as mulheres obtiveram acesso à educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes. Em cada uma destas esferas – educação, política, lar e trabalho – foram obtidos avanços, decerto, mas permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. (MIGUEL, 2012)

Discutir igualdade de gênero, contestar o patriarcado, muitas vezes é sinônimo de criar polêmica, gerar desconforto, isso porque existe o questionamento sobre uma organização de dominação masculina (MIGUEL, 2013) muito ampla e que toca a tradição e questões culturais, isso quer dizer que a opressão contra as mulheres e a desigualdade de gêneros é um problema histórico, cultural e, sobretudo, político. No que diz respeito às questões de linguagem e sociedade, observamos facilmente que muitas práticas comunicativas acabam por enfatizar estereótipos negativos e discursos carregados de preconceito e desigualdade social o que atrapalha bastante o esclarecimento real e a educação da sociedade no que alude à concepção própria do que é a violência contra a mulher.

Precisamos então pensar a produção e a necessidade da reconstrução de referentes nos discursos sociais para (re)educar as pessoas sobre como suas práticas discursivas/textuais podem ser violentas e destacar comportamentos prejudiciais social-

mente falando. Como esclarece Van Dijk (2008), quanto aos estudos críticos do discurso, o interesse maior está em avaliar as “formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais” (p. 10), posto que determinadas práticas discursivas não são adequadas com o pressuposto de igualdade social.

É nessa direção que seguem as campanhas *#meuprimeiroassédio*, *#meuamigosecreto*, *#mexeucumamexeucumtodas*, dentre outras de caráter similar que surgiram na internet como forma de manifestação e repúdio a atitudes e comportamentos machistas e, eventualmente, retornam em resposta a algum acontecimento. O Além disso, esses objetos de discurso rompem o silenciamento em que muitas mulheres estão imersas, concedendo-lhes o espaço de compartilhar com outras suas experiências, de denunciar suas situações de abuso ou violência de gênero.

O recurso da *hashtag* acaba por se consolidar num *meme*, uma vez que essas expressões significam (a) alusão irônica à brincadeira típica de fim de ano “meu amigo oculto” e tem o objetivo de expor, (b) o desabafo de um caso de violência sofrido principalmente, no *Facebook* e no *Twitter*, de forma anônima a indignação com pessoas conhecidas ou não os comportamentos machistas, principalmente aqueles que normalmente são naturalizados pela sociedade e considerados comuns (FUSCO, 2015; OLGA, 2015).

Dizemos *meme*, pois os objetos de discurso consolidados nas *hashtags* são capazes de encapsular informações as quais são reconhecidas por determinadas comunidades que as utilizam e que com elas se identificam, uma vez que a utilização dessas expressões referenciais no cotexto serão responsáveis por ativar campos conceituais específicos. Conforme Shifman (2014), três aspectos dos *memes* são fundamentais para compreender como eles operam na cultura digital contemporânea:

- a) Propagação gradual de indivíduos para a sociedade
- b) Reprodução via cópia e imitação
- c) Difusão através de competição e seleção

Depreendemos, portanto, que qualquer expressão referencial a qual acabe por se consolidar em um *meme*, em instâncias mais evidentes ou não, precisará atender aos três aspectos citados acima, porque para que haja reconhecimento nos grupos é necessária a propagação, essa propagação se realiza através de cópia e imitação (processos que a autora especifica como mimetismo e remixagem de um texto original) e a informação referida deve também alcançar uma ampla difusão entre internautas, o que ocorre mediante a competição e seleção entre outras informações.

Consideramos que o *meme* representam unidades de sentido e intenção, podem designar uma expressão referencial, ou melhor, um objeto de discurso o qual é elaborado em torno de conceitos e noções distintas, além disso, podem ainda estabelecer a orientação argumentativa, já que carrega consigo alto grau de subjetividade. Ratificamos esse pensamento com as palavras de Shifman (2014, p. 30) “em uma era marcada pelo ‘individualismo de rede’, as pessoas usam memes para expressar simultaneamente tanto sua singularidade como sua conectividade”.

Sendo assim, julgamos de extrema importância a compreensão dos efeitos de sentido desses objetos de discurso que veiculam funções comunicativas claras e representam fortemente a cultura digital contemporânea, não deixando de considerar, com certeza, a importância de essas práticas textual-discursivas representarem, nos devidos contextos de interação, mecanismos de resistência, de luta e de combate ao sistema do patriarcado e à violência de gênero.

Lidar com temáticas como as do feminismo, desse modo, e, indispensavelmente, da não violência contra a mulher, torna-se, por vezes, complicado se as pessoas acreditam que não é uma questão real e/ou distante da sua realidade. Abrir os olhos para essa situação é uma questão de obrigação moral e ética no que diz respeito às condições de igualdade social e isso se deve ao fato de a luta da mulher contra o poder do discurso machista ser constante, diária e de relevância social incontestável.

Como confirmam Teles e Melo sobre o drama da violência contra a mulher,

É pouco comovente porque é por demais banalizado, tratado com algo que faz parte da vida; tão natural que não se pode imaginar a vida sem sua existência. É um fenômeno antigo que foi silenciado ao longo da história, e passou a ser desvendado há menos de 20 anos. A mídia busca fatos novos, e quando se fala de violência contra a mulher, nada é novo (TELES e MELO, p. 9, 2012).

Infelizmente, muitas circunstâncias ainda colaboram para a manutenção de situações de violência contra a mulher, desde a falta de informação, como a ausência de conscientização e práticas educativas eficazes para orientar, tanto homens quanto mulheres, sobre condições de igualdade de gênero.

As situações de violência contra a mulher, ao contrário do que algumas pessoas pensam, não se restringem a pessoas de classes sociais desfavorecidas ou que apresentam problemas com álcool, por exemplo (TELES e MELO, 2012). Podem acontecer em qualquer lugar, em qualquer classe social e com qualquer mulher, pelo simples fato de ser mulher. Isso porque, durante tempos e tempos, agir de forma violenta contra a mulher significou exercer poder e silenciar suas atitudes, fazendo com que elas, muitas vezes acreditassem nisso. O que faz, inclusive, com que muitas mulheres reproduzam essa violência pelo discurso e atitudes machistas.

De acordo com as autoras, a violência é o

(...) uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaça-

da ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES e MELO, p. 13, 2012).

Quando algum tipo de violência acontece especialmente pelo fato de a vítima ser do gênero feminino, a realidade apresenta uma situação de violência contra a mulher, que, como ficou claro, não é só a agressão física que responde à noção de violência. Diante disso, se estendem como situações de violência contra a mulher agressões verbais, violência psicológica, assédio, discriminação e preconceito.

Seguindo para as análises e debate dos enunciados, objetivamos com esse capítulo, como já mencionado, evidenciar a construção dos referentes no discurso feminista de algumas campanhas do ciberespaço, que atuaram contra o discurso e atitudes machistas, em geral, que merecem mais atenção e precisam ser desconstruídos para estabelecer condições reais de igualdade de gêneros e conscientização social.

### 3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Desde outubro de 2015, houve movimentação nas redes sociais com o objetivo de combater o machismo, algumas campanhas como *#chegadefiufiu* e *#meuprimeiroassédio*, organizadas pela ONG Think Olga<sup>3</sup>, tiveram como principal função dar voz a diversas internautas para denunciar situações de assédio ou algum tipo de violência que sofreram. As redes sociais *Twitter* e *Facebook* foram os principais espaços de manifestação e divulgação dessas informações. Nas palavras da fundadora da ONG, Juliana de Faria

---

3 A OLGA é um projeto feminista criado em abril de 2013 cuja missão é empoderar mulheres por meio da informação.



Tudo isso pode acontecer no momento em que ela descobre que não está sozinha. Por isso, criamos a hashtag #primeiroassedio no Twitter. Ali, eu, Juliana, dividi sobre meu primeiro assédio, aos 11 anos, e outros casos que ocorreram ainda na infância, pré-adolescência e adolescência. Convidamos nossas leitoras a fazer o mesmo. Não é uma missão simples, indolor, fácil. Mas se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima. Não é vitimismo. É o empoderamento de enxergar que a opressão é, de fato, uma opressão e não “parte da vida”. Este é o primeiro e mais importante passo para a mudança.<sup>4</sup>

Os textos analisados constituem quatro (04) enunciados que repercutiram nas campanhas #meuprimeiroassedio e #meuamigosecreto entre outubro e novembro de 2015, reforçando em seguida o dia Internacional da Não Violência contra à Mulher (25/11). A proposta que surgiu, *a priori*, no *Twitter*, ganhou forças entre internautas e também ocupou espaço noutros ambientes virtuais, como o *Facebook*, no intuito de deflagrar uma revolta e expor, principalmente, aquelas atitudes machistas que passam despercebidas e são consideradas naturais.

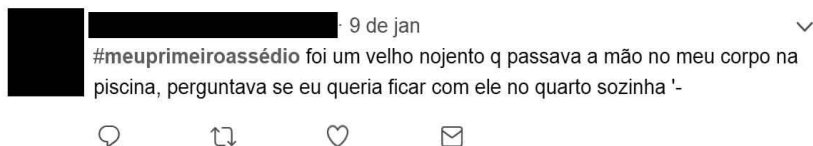
Ao observar alguns enunciados das campanhas através da construção de seus referentes e dos discursos que operam tanto a favor do movimento feminista, é possível, além de promover a igualdade de gêneros e melhores condições sociais, conscientizar as pessoas, inclusive, com fins educacionais, através do incentivo ao empoderamento feminino contra as situações que favorecem e propiciam o discurso/atitudes machistas e a violência contra a mulher.

---

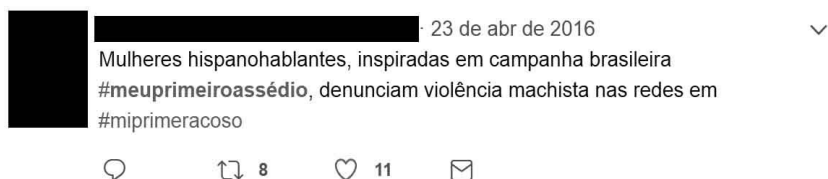
4 Fonte: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>.

## Seguem alguns enunciados:

1)



Fonte: <https://twitter.com/jugknook/status/818374741761396736>. Acesso: Julho 2017



Fonte: <https://twitter.com/sabrinanaquino/status/724018805563899904>. Acesso: Julho 2017

1) #meuamigosecreto acha mais conveniente ensinar a filha a tomar cuidado com os homens do que ensinar seu filho homem a respeitar as mulheres.

2) #meuamigosecreto diz que trai porque a carne é fraca, coisa de homem. Mas não aceita ser traído em hipótese alguma.

Devemos lembrar que o uso das *hashtags* nas redes sociais mencionadas, *Facebook* e *Twitter*, muitas vezes pode se replicar, desde que alcance uma adesão significativa dos grupos sociais que compartilham os mesmos ideais, constituindo um *meme*, e atendendo, por conseguinte, aos aspectos de funcionamento descritos por Shifman (2014), em resumo propagação, reprodução e difusão.

As expressões introduzidas pelas *hashtags* são primordiais nesses enunciados, uma vez que já antecipam a intenção da crítica e da denúncia no enunciado, no sentido de expor o sujeito que comete as atitudes machistas ou é conivente com elas. Outro ponto interessante sobre a tão conhecida *hashtag* ou jogo

da velha (#), como também é identificada, é que consiste num sinal gráfico que, na escrita e publicação em algumas redes sociais se destaca em outra cor (recurso multimodal), o que acontece nos ambientes citados (*Facebook* e *Twitter*).

Afirmamos desde já que esse arranjo tipográfico reforça o apontamento ao sujeito que é citado, mas não identificado nos enunciados que são produzidos durante a campanha. Vejamos que, nos quatro enunciados escolhidos acima, o sujeito não identificado, porém exposto, surge representando uma figura social que atua em diversos ambientes, que também enuncia e que é generalizado, posto que opera em situações que são reais, não obstante banalizadas.

Além de recurso multimodal, posto que o uso do sinal gráfico (#) altera a fonte e a cor da expressão a qual acompanha, estudos como os de Islas e Tamayo (2016) afirmam o grande potencial da *hashtag* enquanto mecanismo discursivo para debate público, em seu texto os autores explicam que a expressão se converte em um emblema do movimento e opera no sentido de incentivar o debate público e apresenta possibilidades de os internautas participarem também politicamente. No caso deste capítulo, os objetos de discurso considerados, as *hashtags* encapsulam grandes porções de informação representando um ato de manifestação (ISLAS, TAMAYO, 2016) debatendo o fenômeno social violência contra a mulher e machismo na sociedade patriarcal.

Nas palavras dos autores “o exemplo da *hashtag* é eloquente. Sua estrutura possibilita ao sujeito falante se incorporar numa discussão midiática-eletrônica (em um mundo virtual), não só ao implementar uma asseveração sobre as coisas, mas também ao ser ela mesma uma ação de protesto.” (ISLAS, TAMAYO, 2016, P. 56)<sup>5</sup>.

.....  
 5 Texto original: “El ejemplo del *hashtag* es elocuente. Su estructura possibilita que el sujeto hablante se incorpore em una discusión mediática-electrónica (en un mundo virtual) no sólo al implantar una aseveración sobre las cosas, sino también al ser ella misma una acción de protesta.

Entendemos, portanto, nos diversos textos, as expressões referenciais introduzidas #*meuamigosecreto*, #*meuprimeiroassedio*, #*chegadefiu* funcionam como objeto de discurso que se manifestam, que protestam contra um sujeito que está sendo exposto e, retomando, de maneira irônica, por assim dizer, (a) a circunstância já conhecida em analogia com o “amigo oculto”, brincadeira convencional de fim de ano, (b) o desabafo de uma experiência de violência sofrida e de (c) assédios.

Os enunciados denunciam os sujeitos agentes com consonância com atitudes e produção de discursos machistas, além da ironia, com bastante coerência, no que diz respeito às situações de desigualdades sociais. Em (1) e (2), trazemos dois comentários do *Twitter* que *hashtag* traz consigo o objeto de discurso e a função da denúncia enfatizada pelo recurso multimodal que é (#), o qual altera a cor da expressão.

Em (1), o referente #*meuprimeiroassedio* antecipa ao leitor a situação de denúncia, esse objeto de discurso é marcado com o intuito de expor um sujeito específico ou uma situação naturalizada na sociedade. De acordo com a fundadora, Juliana de Faria (2015), existiram algumas palavras mais utilizadas nos enunciados que foram postados na rede social *Twitter*, dentre elas algumas encontradas no texto (1): **passou, velho**, por exemplo. Percebemos a partir da leitura dos enunciados e do mapeamento feito pela ONG Think Olga desses *tweets* durante a campanha, que muitos referentes se repetem, os quais retomam situações de violência, muitas vezes evidenciando um padrão no comportamento machista para com as mulheres.

No comentário (2), é apresentado por uma internauta a importância de eventos como esses nas redes sociais, o ativismo digital nessa campanha atingiu proporções tão amplas que teve adesão de grupos feministas de outros países, deflagrando nesses lugares outras ondas de protestos e manifestações no intuito de contestar os problemas gerados pelo patriarcado. A *hashtag* veiculada no México foi #*miprimeroacoso* (FUSCO, 2015; WELLE, 2016; OLGA, 2015).

Em função do caráter dinâmico do texto, podemos afirmar então que além o objeto de discurso marcado pela (#) aponta para um processo de recategorização não linear, num primeiro momento pode haver um estranhamento quanto à expressão, mas justamente em função de seu caráter de protesto podemos reconhecer a orientação argumentativa e a função de denúncia.

Quanto aos referentes **filha/filho** e **homens/mulheres**, no texto (3), observamos que correspondem a sujeitos que se confrontam, a formação no plural de **homens/mulheres**, indicando, respectivamente, proximidade afetiva, parental e, posteriormente, uma generalização. Entretanto, apesar da posição de proximidade, os dois objetos de discurso não indicam pessoas com a mesma liberdade de ir e vir. É questionada a educação dos filhos em função apenas do gênero. A figura representada pelo referente **filha**, retoma ideia de que, desde cedo, é criada para se atentar e se reprimir para evitar o assédio ou a violência, ao contrário do referente **filho** o qual mostra um sujeito que pode se comportar como quiser, até mesmo não respeitando as mulheres. Em (3), contextualizamos imediatamente a noção de que as mulheres têm de se comportar de modo a não provocar a figura masculina, o que pode incorrer em situação de violência contra elas.

O *#meuamigosecreto* (4) visível é a pessoa machista que de acordo com seu próprio discurso, a ele é legitimado trair por ser homem, sendo que o inverso não é válido para as mulheres. A justificativa recai na expressão **a carne é fraca**, de uso comum, traz na sua inferência, o discurso machista, mais uma vez, que incide na prática social de o homem “poder trair” (e se “explicar”) enquanto, em caso contrário, a mulher é discriminada de várias formas, podendo sofrer diversos tipos de violência.

As *tags* constituem objetos de discurso que retomam experiências e apresentam relatos, são introduzidas com objetivo de manifestar uma crítica ou realizar uma denúncia específica indicando sujeitos sociais, muitas vezes, “indeterminados”,

comportamentos sociais prejudiciais e em desacordo com a noção de igualdade de gêneros entre homens e mulheres, os quais muitas vezes são levados com naturalidade. Acrescentamos, no que alude ao uso das *hashtags* dos textos (3) e (4), a *#meuamigosecreto*, o recurso da quebra de expectativa no leitor e a recategorização não linear, pois de acordo com a leitura dos enunciados por completo, a última percepção que poderíamos ter desses sujeitos denunciados é que são, de fato, amigos.

Nesses enunciados, expressões específicas ativam na memória do leitor conhecimentos de mundo que promovem a interpretação e a leitura não só do texto escrito, mas do enunciado produzido e da prática social em si que envolve aquele contexto. O ambiente digital, enquanto espaço democrático e comunitário, favoreceu a repercussão da campanha contribuindo para esclarecimento e até reconhecimento de situações e comportamentos machistas que, normalmente, não são avaliados como tal. No final do ano de 2015, inclusive, houve, graças às campanhas virtuais, o aumento no número de denúncias de violência contra a mulher, isso confirma a importância da luta feminista e do empoderamento feminino, ainda que em meio virtual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho percebemos a construção de referentes e os efeitos de sentido no uso os memes replicados como *hashtags*: *#meuprimeiroassedio*, *#meuamigosecreto* em campanhas de natureza feminista na web. Com base nos estudos da LT, e suas perspectivas de cunho sociocognitivo e interacional é impossível separar a produção textual desses enunciados das práticas sociais, sendo assim, é preciso admitir que a produção desses enunciados indica a orientação argumentativa de quem os produz, apresentando a crítica e a denúncia, de forma a combater o discurso machista e as práticas sociais dele provenientes, isto é, a proposta de transformação social.

Compreender o processo de referenciação como (re)elaboração da realidade e negociação entre interlocutores permite aos sujeitos leitores refletir sobre as funções das expressões referenciais, e, ainda mais, pensar sobre as sutilezas discursivas que podem trazer de forma velada – ou não – textos que se valem de referentes que evocam discursos preconceituosos e que precisam ser desconstruídos para estabelecer, de maneira eficaz, condições de igualdade de gêneros na sociedade.

A *hashtag*, juntamente ao contexto, compõe um meme, ou seja, um objeto de discurso que revela a subjetividade dos internautas que mobilizam essa expressão referencial a seu favor, isto é, como mecanismo de debate público, como recurso de resistência a fatores machistas e opressores de diversas ordens na sociedade, uma vez que, de acordo com os pressupostos contemporâneos da LT “os processos referenciais cumprem uma função eminentemente argumentativa, ou avaliativa, mas que outras funções podem se somar a esta, ou ser convocadas a serviço da **argumentação**” (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, P. 111 – grifo dos autores).

Confirmamos, desse modo, que além de operações dinâmicas e as quais são motivadas tanto por aspectos sociais e cognitivos, o manuseio e a utilização das *hashtags* em contextos de debate público representam protesto, resistência e combate a problemas sociais contemporâneos de violência de gênero e de violência contra a mulher. Através não só da leitura do cotexto, isto é, da superfície textual, mas também da leitura de mundo, das experiências e conhecimentos compartilhados, houve não só a elaboração desses objetos de discurso como a sua utilização com fins de esclarecimento e erradicação de uma mazela social que também é veiculada pela linguagem.

Estudar o texto e o discurso em manifestações de movimentos feministas, sejam eles nas redes sociais ou não, não é atividade que se restringe ao estudo do cotexto, mas também do contexto e se amplia a uma proposta educacional e de conscientização

para direcionar a devida atenção a realidades sociais e culturais, uma vez que o texto é evento comunicativo e prática social.

Por fim, do cotexto ao contexto, é preciso estar atento à configuração dos referentes e suas funções, ao interdiscurso e à intertextualidade, reconhecer as condições de produção dos enunciados naturalizados para fins de erradicação de estereótipos negativos e carregados de preconceito (machistas), assim além de avançar nos estudos dos sentidos do texto, é possível atuar com uma postura que roga e trabalha pela igualdade de gêneros e a favor de um ativismo que beneficie o bem-estar social como um todo.

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. (1989). O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de linguística geral*. Vol. II. Trad. De Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, p. 81-90.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, 2012. Edição Kindle.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referência e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAGAS, V.; FREIRE, F.; RIOS, D. *Museu de Memes*. 2011. Disponível em: <<http://www.museudememes.com.br/acervo/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FUSCO, C. *Tag #meuprimeiroassedio foi uma das mais buscadas do ano, diz Google*. 2015. Revista Galileu. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2015/12/tag-meuprimeiroassedio-foi-uma-das-mais-buscadas-do-ano-diz-google.html>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

HANKS, W. F. O Contexto. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. *Língua como prática social: das relações entre lín-*



gua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. (Org.) São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-199.

ISLAS, I.; TAMAYO, Y. A. P. El *hashtag* como mecanismo discursivo para el debate público: El caso de #FueElEstado em el contexto de la desaparición de 43 normalista de Ayotzinapa. In: Linguística Crítica (Coord). *Memorias: 1<sup>er</sup> Foro de acercamientos lingüísticos a los problemas sociopolíticos actuales*. México: Linguística Crítica, 2016. p. 51-59. Disponível em < <https://linguisticacritica.wordpress.com/2016/04/18/memorias-del-primer-foro-mayo-2015/>>. Acesso junho de 2017.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p. (Coleção TRANS).

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S.; (Org.) *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 16-31.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C.; (Org.) *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construções de sentidos*.

\_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOREIRA, I. *20 relatos da hashtag #meuamigosecreto que precisam ser lidos*. <<http://www.geledes.org.br/20-relatos-da-hashtag-meuamigosecreto-que-precisam-ser-lidos/?http%3A%2F%2Fwww.geledes.org.br%2F20-relatos-da-hashtag-meuamigosecreto-que-precisam-ser-lidos%2F>>. Acesso: em 04 de dezembro de 2015.

OLGA, T. *Hashtag Transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio*. 2015. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher?* São Paulo: Brasiliense, 2012.

VISCONTI, H. *Experiências Digitais: #Meuamigosecreto: nova campanha na internet denuncia o machismo do dia a dia*. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2015.

WELLE, D. *Hashtag '#MeuPrimeiroAssedio inspira campanhas semelhantes pelo mundo*. 2016. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2016/04/10001759-hashtag-meuprimeiroassedio-inspira-campanhas-semelhantes-pelo-mundo.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

# Discursos institucionais sobre as mulheres: a vontade de verdade e a produção de saberes na subjetividade discursiva

GLÍCIA KELLINE SANTOS ANDRADE<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A vontade de verdade, consoante Foucault (2012b), apoia-se sobre um suporte institucional. Nesse sentido, Foucault (2012b, p. 16-17) faz a seguinte advertência: “[...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje” (referindo-se aos suportes veiculadores da exclusão). Essa vontade também é reconduzida pelo modo como se dá a sua aplicação em uma determinada sociedade, a

---

<sup>1</sup> Mestra em Estudos Linguísticos; Especialista em Língua Portuguesa e Diversidade Linguística; professora substituta na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: gliciakelline.gk@gmail.com.

maneira como é valorizada, repartida, distribuída e, de certa forma, atribuída.

Em se tratando do conto e do filme<sup>2</sup>, objetos de estudo deste capítulo, observamos como vêm sendo veiculados pelas mídias impressa e cinematográfica. Entendemos que sua circulação tem início oralmente, no seio da própria família, quando esta narra a história para seus filhos. Nesse caso, a família constitui uma instituição responsável pela reiteração de valores perpassados no/pelo conto estudado. A história de “Branca de Neve e os sete anões” é, então, (re)valorizada, distribuída e reatualizada, desde a sua primeira publicação escrita até sua última versão fílmica, produzindo saberes e vontades de verdade.

Buscamos, assim, compreender o discurso não apenas como conjunto de signos, mas como práticas discursivas. Consoante Foucault (2012 [1978], p. 248), o discurso consiste em: “[...] uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Assim, a partir da posição ocupada pelo sujeito, em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos, definimos, através do discurso, as regularidades para as diversas posições de subjetividade na constituição, procedendo a alguns recortes discursivos, são eles: discurso institucional (casamento, perpetuação de padrões da família); discurso religioso (bondade versus maldade); discurso pedagógico (obediência versus desobediência). Apesar desses recortes discursivos, reconhecemos que os discursos se superpõem uns aos outros. Por conta disso, para a efetivação da análise discursiva, reunimos em um só item o discurso institucional, o discurso religioso e o discurso pedagógico.

---

2 São objetos de estudo deste trabalho o conto original dos irmãos *Grimm* “Branca de Neve e os sete anões” e o filme “Espelho, espelho meu!” (2012).

## 1 DISCURSOS INSTITUCIONAL, RELIGIOSO, PEDAGÓGICO

No que concerne ao discurso institucional (família, escola, religião), percebemos que, para haver a perpetuação dos padrões familiares tradicionais, tanto no conto, quanto no filme, Branca de Neve só alcança o ideal de felicidade quando se casa com o Príncipe encantado, certificando o casamento como uma instituição instauradora de felicidade, responsável pela construção da família. O casamento, segundo a *Bíblia*<sup>3</sup>, é abençoado por Deus. Essa afirmação é comprovada em Provérbio 18: 22<sup>4</sup>: “Quem encontra uma esposa encontra algo excelente; recebeu uma bênção do Senhor”.

Daí a tentativa de perpetuação do ideal de felicidade, a partir do casamento. No caso das duas versões das histórias em análise, o casamento ocorreu entre um Príncipe e uma Princesa, de reinos prestigiados, os quais, unidos, fortaleceriam suas alianças e economias tanto dos seus reinos como das suas famílias. Além de serem abençoados por Deus, multiplicariam suas alianças. O casamento, então, representa a aliança entre o homem e a mulher que, quando juntos representam força para o outro (o outro membro do casal e o outro, relacionado ao outro ser). Esse discurso acerca do casamento como fortalecimento do homem e da mulher advém igualmente dos ensinamentos bíblicos exemplificados abaixo:

Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos

---

3 Passamos a tratar a Bíblia enquanto um documento histórico, nos termos de Foucault (2008), segundo o qual a verdade aí está contida. Consoante Foucault (2008, p. 07): “[...] o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável”. Para este filósofo, o documento está associado ao ideal uma história linear, global, de um sujeito originário, um discurso primeiro.

4 Informação encontrada em [http://www.bibliaon.com/versiculos\\_casamento/#close](http://www.bibliaon.com/versiculos_casamento/#close) (acessado em 05/8/15, às 16h47min).

animais que se movem rente ao chão’. Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra’. (Gênesis 1:26-28)<sup>5</sup>

A partir desse ensinamento bíblico, observamos a força desse casamento, principalmente, sobre o ideal de homem e mulher se multiplicarem. No que diz respeito aos nossos objetos de estudo, o discurso sobre o/do casamento permeia as cenas do filme, revelando alguns/mas contrastes/rupturas com o conto. Em “Branca de Neve e os sete Anões” (séc. XVIII), a interação entre a Princesa e o Príncipe se dá apenas no momento em que ela desperta do sono resultante do feitiço da Rainha má; firmam, então, a união, pautada em um amor à primeira vista. Há, a priori, uma afirmação da maioria de Branca para justificar a “necessidade” de consolidar um casamento.

O filme (séc. XXI), por sua vez, está inserido em um momento histórico diferente do conto (séc. XVIII). No século XXI, a mulher ocupa, em certa medida, um espaço social diferenciado daquele quando o conto foi produzido. Entretanto, surge uma necessidade da identificação da maioria, para atestar a “liberdade” feminina. Essa necessidade, por seu turno, corrobora um discurso religioso/patriarcal, segundo o qual a mulher precisa da autorização/bênção do pai para se casar, conseqüentemente não é livre para decidir sobre sua vida futura.

Essa relação à/ao menor idade/obediência/aprisionamento pode ser evidenciada/o no início do filme, quando Branca de Neve, ao sair do quarto sem permissão, justificou a sua saída à Rainha, alegando que fora ao baile porque, naquele dia,

---

5 Ensinamentos encontrados em [http://www.bibliaon.com/versiculos\\_casamento/#close](http://www.bibliaon.com/versiculos_casamento/#close) (acessado em 05/8/15, às 16h28min).

completava 18 anos. A Rainha, num tom irônico, admitiu que aquele poderia ser o momento de cortar algumas restrições da princesa, mas, em seguida, recuou da sua possível liberdade e lhe ordenou que, em hipótese alguma, saísse do quarto sem ser autorizada, assegurando a sua autoridade sobre a princesa.

Observamos, então, que a caracterização dos 15 (quinze) anos, passados ao longo do tempo, é substituída, no filme, pela idade dos 18 (dezoito) anos. A celebração dessa idade é enfatizada no filme no momento em que, ao se dirigir à cozinha, os Empregados do castelo surpreenderam Branca com um bolo para comemorar seu aniversário. A princesa, surpresa, exclamou: “- Vocês lembraram!!” (12min). Uma das servas respondeu: “- É claro que lembramos! O dia em que uma menina faz 18 anos é o dia mais importante de todos” (12min 22s).

Como mencionado anteriormente, esse episódio envolve o incentivo para a menina sair do castelo e lutar pelo reino, assumindo a posição do pai, enquanto defensora do reino. Nesse momento, há uma reiteração do discurso da mulher moderna, ocupante de espaços socialmente determinados como masculinos, responsável pela família, pelo reino. Diferentemente dessa perspectiva, no conto dos irmãos Grimm, a princesa é, inicialmente, apresentada aos leitores com a idade de 7 (sete) anos, completamente inocente, não ocupante de nenhuma posição que não seja as definidas como femininas. Essa inocência e fragilidade reproduzem o discurso segundo o qual a criança precisa da proteção de um/a adulto/a, pois é incapaz de cuidar de si mesma. Apesar dessa perspectiva discursiva, Branca de Neve foi capaz de arrumar a casa dos Anões, cuidar dos afazeres domésticos. Isso corrobora o ideal de que a menina está pronta para o lar e, conseqüentemente, para o casamento.

No caso particular do conto, Branca ocupa uma posição de sujeito dócil, obediente ao destino da mulher. Na versão fílmica (2012), entretanto, a saída de Branca de Neve do castelo revela a sua “nova” posição: mulher independente, capaz de se aven-

turar em defesa do reino. Esse deslocamento é, parcialmente, justificado por a proposta de venda do filme ser “a nova versão de Branca de Neve”. Nesse “passeio”, a menina, de pele clara, conheceu a realidade de miséria em que o reino se encontrava, devido às arbitrárias cobranças de impostos; encontrou-se com o Príncipe encantado, por quem se apaixonou à primeira vista (17min 49s).

Esse foi um encontro casual, em que o Príncipe estava sem roupas, amarrado, junto ao seu servo, em uma árvore, porque fora roubado pelos Anões; apresentou-se como plebeu, foi obrigado a pedir ‘por favor’ para que pudesse ser salvo por Branca de Neve. Esse gesto configura-se como um deslocamento de posição do sujeito, pois deixou as pistas de sua masculinidade e se submeteu à proteção da mulher. Todos esses acontecimentos são saberes construídos, a partir dos comportamentos esperados pelo homem, pela mulher e pela sociedade; recuperados pela memória discursiva.

Consideramos que esse é um discurso, essencialmente, advindo da instituição familiar, mas é igualmente ratificado pela igreja/religião e pela escola. Consequentemente, continua presente na sociedade. Na sequência, com efeito, observamos o discurso pedagógico, a partir do qual reconhecemos a indispensabilidade da existência da relação de obediência. Esclarecemos ainda que esse discurso não só é perpassado na/pela escola, mas por todas as instituições disciplinares (escola, fábrica/indústria, hospitais, família, igreja/religião), na medida em que todas elas domesticam os sujeitos (FOUCAULT, 2012a).

Como bem defende Foucault (2012a, p. 167), o aparelho disciplinar constitui “[...] olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem”. Essa relação encontra-se, consequentemente, da mesma forma, presente no discurso da religião, no da família, como mencionado. Quanto ao discurso religioso, há uma normatização em torno da obe-



diência a Deus<sup>6</sup>, aos dogmas da igreja (as relacionadas à fé cristã); quanto à família, há uma relação hierárquica preestabelecida entre seus membros: obediência aos pais, ao filho mais velho e assim sucessivamente. Ainda conforme Foucault (2012a), a escola consiste em um aparelho para intensificar a utilização do tempo, do espaço. Nessas instituições, a obediência é, assim, condição *sine qua non* para a *disciplinarização* dos sujeitos; o contrário requer a sua punição. O poder de punir, por seu turno, consoante Foucault (2012a), sempre procura as melhores formas para obter o controle. Como bem define Foucault (2012a, p. 147): “[...] o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez”. Disso resulta que a punição ou a ameaça dela disciplinariza os sujeitos, tornando-os corpos dóceis e produtivos ao sistema. Daí, como afirmado, a disciplinarização dos sujeitos estar diretamente relacionada às instituições disciplinares (religião, família, escola, fábrica/ indústria, hospitais).

Essa relação de *obediência* e *desobediência*, no filme, ainda pode ser exemplificada na cena em que Branca de Neve resolve solicitar a ajuda do Príncipe Encantado, depois de visitar o vilarejo e ver a péssima situação em que o povo se encontrava. Entretanto, ela, mesmo no salão de festa, dançando com o Príncipe, continua sendo vigiada sempre pela Rainha, evidenciando que o poder disciplinar está em toda a parte, ‘silencioso’, ‘discreto’ (FOUCAULT, 2012a). A Rainha, ao observar a aproximação de Branca com o seu pretendente, imediatamente, retirou-a do salão de festas. Iniciou-se, então, a seguinte discussão:

O que estava dizendo ao meu Príncipe? (Rainha)

- Seu Príncipe? (Branca)

---

6 “Se vocês me amam, obedecerão aos meus mandamentos”. João 14:15 (em <http://www.bibliam.com/obediencia/>, acessado no dia 05/8/15, às 17h38min).

- E onde conseguiu este vestido? (Rainha)  
- Quer falar sobre o meu vestido ou o que fez com o vilarejo? (Branca) - Mas que ótimo, Branca de Neve! Alguém deu as pílulas da confiança a ela. (Rainha)  
[...]  
- Eu estive lá! Eu vi o que você fez com o povo! (Branca)  
- Teve coragem de sair do castelo? Puxa! Branca de Neve está violando todas as regras hoje! É um erro que deve ser punido. (Rainha).

Como observado, a relação da (des)obediência está ligada diretamente ao medo e à punição. Foucault (2012a) reconhece, entretanto, que poder e saber estão diretamente implicados. Constrói-se, portanto, o saber a partir do poder, da obediência, da disciplinarização dos sujeitos. Quanto ao filme em análise, Branca de Neve obedece à Rainha até ser posta diante de questionamentos que a fazem se contrapor a todas as “regras” até então aceitas, como afirmado anteriormente.

Assumindo a posição de enfrentamento, a princesa provoca a ira da Rainha que planeja a sua punição com a morte. Quanto ao conto, Branca sofre com as maldades da madrasta sem revidá-las. Há, portanto, duas produções de saberes diferentes nas materialidades analisadas: do conto, depreendemos que o narcisismo é um sentimento maléfico para a humanidade, que a maldade deve ser igualmente punida (nesse caso, com a morte); do filme, inferimos que a desobediência provoca punição, ao mesmo tempo em que pode libertar o outro; e, como no conto, deduzimos que a maldade merece punição (nesse contexto, com o envelhecimento rápido). E, em termos de construção de saber, aprendemos (do conto e do filme) que maldade, narcisismo, desobediência são sentimentos, comportamentos carregados de negatividade, passíveis de punição.

No conto, Branca de Neve, ainda muito jovem, é quase punida com a pena de morte, devido à sua beleza, a Rainha tenta

puni-la: a menina era mais bela que ela (a própria Rainha). Havia, então, uma luta, por parte da Rainha, para alcançar o status de mulher mais bela<sup>7</sup> do reino. Nesse caso, Branca de Neve não apresenta resistência ao poder da madrasta. Já no filme, a tentativa de punição de Branca, maior de idade, nos termos civis e penais, ocorreu devido a sua desobediência; a relação com a beleza não está diretamente ligada à punição com morte, mas a sua resistência ao poder.

A tentativa de punição se aplica à possível liberdade de Branca, à negação da subserviência à Rainha. A desobediência, por sua vez, como observado, apresenta um aspecto dual: se, por um lado, há uma negatividade, em termos de normas de comportamento; por outro, há uma positividade, por ela ter propiciado a liberdade do povo do jugo da Rainha má. Nesse caso, a desobediência consistiu em uma forma de resistência, nos termos de Foucault (2012c). Como nos explica Revel (2005, p. 76), na obra de Foucault, há três pontos relacionados à resistência, quais sejam:

[...] a) a resistência não é ‘anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea’. [...] – o par resistência/poder não é o par liberdade/dominação-; b) a resistência deve apresentar as mesmas características que o poder [...]; a resistência não vem, portanto, do exterior, ela realmente se assemelha a ele por assumir as suas características [...]; as resistências podem, por sua vez, fundar novas relações de poder, tanto quanto novas relações de poder podem, inversamente, suscitar a invenção de novas formas de resistência [...].

Nesses termos, no que diz respeito à produção de um saber, no filme, a punição da Rainha por causa de sua maldade se so-

---

7 Discutiremos melhor essa relação com a beleza mais adiante, quando abordarmos o discurso narcisista.

brepõe à desobediência de Branca, ensinando-nos que a maldade carrega somente um sentido negativo. Enquanto uma forma de resistência ao poder, a desobediência apresenta um aspecto positivo. Ainda sob o prisma da obediência, da disciplinarização dos sujeitos, observamos a relação estabelecida entre os Empregados do castelo, o povo e a Rainha.

Os Empregados do castelo, apesar de demonstrarem resistência e repúdio às ações da madrasta de Branca de Neve<sup>8</sup>, eram obedientes a ela, devido ao medo de punições, por eventual desobediência. Havia também a subserviência à Rainha, por parte de uma empregada, por acreditar na (re)tomada do reino pela princesa. Foi o que ocorreu com a empregada que encorajou Branca de Neve a reaver o trono. Sua obediência às ordens da Rainha foi justificada pelo cuidado com a formação da princesa, pela garantia de continuar perto dela, constituindo-se, de certa maneira, em uma forma resistência. Isso é comprovado no seguinte diálogo (12min30s):

- Sabe por que eu continuo trabalhando para essa Rainha cruel durante todos esses anos? Eu trabalho porque sei que um dia você recuperará o seu reino e eu quero estar aqui quando isso acontecer. (Empregada)

Nesse caso, entendemos que a sua ‘obediência’ é justificada pelo compromisso com um ideal de *liberdade*. Pois, apesar de temer a Rainha má, a empregada investiu na possibilidade de Branca recuperar o poder. Confirmou, assim, a sua *resistência* pela vontade de estar presente quando a majestade perdesse o título de Rainha. Estimulou, então, Branca, enquanto sujeito, a se deslocar da posição de subserviência e ir em busca da (re)conquista do reino. O povo, por seu turno, demonstra uma sub-

---

8 Como observado nos capítulos anteriores, podemos constatar a resistência dos Empregados aos mandos da Rainha, na cena em que esta passa por procedimentos estéticos, e as empregadas demonstram satisfação no uso dos métodos que lhe causam sofrimento e dor.

missão maior que a dos Empregados, por não ter conhecimento da verdade, em relação aos medos inculcados pela Rainha.

Na cena ocorrida aos 20min50s do filme, comprovamos a manipulação da madrasta, a partir do poder instituído a ela, em relação ao povo, no que diz respeito à tentativa abusiva de cobrança de impostos. Observemos as falas a seguir:

- Como pagará as despesas da festa? É triste dizer isso, mas está falida minha Rainha. (Brighton – empregado de confiança da Rainha)
- Então, vá cobrar mais impostos! (Rainha)
- (Risos sem graça) Majestade, eu não sei qual foi a última vez que estive no vilarejo, mas o povo está faminto! (Brighton)
- Você não tem imaginação? É só dizer ao povo, aos plebeus que pão é carne, o pouco é muito e blá, blá, blá. O povo adora uma boa metáfora. É só dizer isso. (Rainha)

Após essa conversa, Brighton foi ao vilarejo tentando cumprir as ordens da Rainha. No entanto, Branca de Neve já se encontrava lá, assustada com o que via. Ruas e casas cobertas de neve, não havia marcas de existência de vida vegetal, as pessoas estavam mal vestidas e assumiam um comportamento de mendigos, pedindo ajuda e comida. Nesse caso, como afirmado anteriormente, Branca, então, aceitou o desafio: saiu do castelo, verificou o estado de miséria da população, começou a participar do reino, a cuidar de si. E, como bem explicita Muchail (2004, p. 09) sobre o significado do cuidado de si, para Foucault: “[...] para ter acesso à verdade, o sujeito tem de *olhar* para si mesmo de modo a *modificar-se, converter-se, alterar seu próprio ser*”. (grifos da autora) A princesa, então, tentou modificar-se ao presenciar a inexplicável cobrança de impostos (22min15s):

- (Brighton coloca um aviso em um quadro de notificações da praça pública sobre a cobrança de impostos).
- Mais impostos? (Representante do povo)

- Que bom você sabe ler! Eles devem ser cobrados com certa frequência. (Brighton – assumindo um tom e um posicionamento mais autoritário)
- O que ela está fazendo com nosso dinheiro? (alguém do povo) - Protegendo vocês! (Brighton)
- De quê? (alguém do povo)
- Devo lembrar a vocês dos ataques brutais que estamos sofrendo? (Brighton)
- Ele deve estar falando... (alguém do povo)
- Da fera! (Brighton – neste momento, todos se comportam demonstrando muito medo, e o personagem continua sua fala intensificando o medo no povo)
- Sim, o mal está por toda a parte da floresta sombria. E é mais feroz do que podem imaginar. Só não apareceu por aqui ainda porque seus impostos são bem usados. Voltarei amanhã para recolher. (Brighton)

Percebemos a efetivação do poder, a partir da posição que o sujeito (Brighton/ Rainha) ocupa. A criação do poder em relação ao outro, transformando-o em um corpo dócil, está nas relações hierárquicas e na construção dos saberes. O povo mantém-se obediente e disciplinado por causa do medo criado a partir da existência de uma fera. Consideramos que essa fera figurativiza o terror, tão presente nas vidas das pessoas, na atualidade. A fera figurativiza ainda o medo à violência.

Por conta disso, mesmo nos dias atuais, os indivíduos pagam por proteção, seja trancafiando-se em condomínios, seja mantendo uma indústria de proteção à violência. Enfim, o medo traz o lucro para certos setores da sociedade, assim como o medo da fera rendia mais impostos à Rainha, no filme em análise. Nesse caso, o medo levava o povo a um estado de total subserviência aos mandos da Rainha, em troca de uma ‘garantia’ de proteção. Havia, portanto, uma política do medo, nos termos de Foucault (2012a). Essa política do medo está igualmente presente no discurso religioso, a partir da crença de que Deus protege os man-

sos, os justos, os obedientes<sup>9</sup>. Com efeito, somente eles (mansos, justos, obedientes herdarão o reino dos céus). E, quando Branca lutou contra a fera para não só se proteger, mas também os Anões e o próprio reino, ela, enquanto sujeito, opôs-se ao sistema de terror ora implantado pela Rainha; desobedeceu à ordem dos fatos; cuidou de si, do outro, nos termos de Foucault (2012d), conforme Muchail (2004). (Re)Descobriu outras verdades que a levaram a outros caminhos. Até então, a Rainha má mantinha o povo obediente ao sistema de cobrança de impostos, criado por ela e sustentado pelo seu Braço Direito.

Ao mesmo tempo, ao ir de encontro aos mandos da madrasta, Branca, por defender o seu povo, tornou-se boa, justa e, conforme a verdade bíblica<sup>10</sup>, herdaria o Reino dos céus. No conto, entretanto, não se evidencia essa relação. Como afirmado, o foco do conto está na relação da beleza física, na padronização estética. Mas podemos constatar uma relação sub-reptícia de obediência no comportamento dos Anões. Entendemos que eles são obedientes ao sistema, na medida em que são trabalhadores com características aceitas socialmente.

A descrição de sua rotina do trabalho também pode ser relacionada aos postulados de Foucault (2012a) acerca da punição, sob a forma de controle do tempo. Para esse filósofo, a “Sociedade Disciplinar”, implantada a partir dos séculos XVII e XVIII, consistiu em um sistema de controle social através de várias técnicas, dentre elas, o controle do tempo e do espaço. O tempo, a partir de então, passou a ser administrado para punir. Trabalhar, acordar cedo, ter horário para dormir e fazer as refeições, estudar.

Ao contrário do que acontece no conto, no filme, os Anões deixam de ser trabalhadores e passam a ocupar a posição de

---

9 “Todo aquele que desobedecer a um desses mandamentos, ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazerem o mesmo, será chamado menor no Reino dos céus; mas todo aquele que praticar e ensinar estes mandamentos será chamado grande no Reino dos céus”. (Mateus 5:19, em [http://www.bibliam.com/mateus\\_5/](http://www.bibliam.com/mateus_5/), acessado em 05/8/15, às 18h49min).

10 “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão satisfeitos”. (Mateus 5:6, em [http://www.bibliam.com/mateus\\_5/](http://www.bibliam.com/mateus_5/), acessado em 05/8/15, às 18h59min).

ladrões, agentes de contravenção, desobedientes ao sistema, por isso são punidos por esse mesmo sistema; são expulsos do vilarejo e vão morar distante da cidade, fora do convívio social. Entretanto, no final, assumem uma posição de heróis, por terem ajudado a princesa a se salvar e a salvar o reino. Há, de igual forma, um deslocamento da posição de sujeito, no filme, em comparação com o conto. No que concerne ainda ao controle do tempo dos Empregados, com afirmado no Capítulo II, ele pode ser verificado, no início do filme, quando a Rainha assume a posição de narradora da história. Nesse sentido, inicialmente, a história é contada sob o seu ponto de vista. Consequentemente, a sua opinião sobre os Empregados do reino emerge na seguinte observação: “Parece que ninguém trabalhava. Todos viviam cantando e dançando o dia todo e a noite toda!” (1min16s). Essa afirmação remonta à época em que o Rei governava, e o reino era feliz, todos cantavam e dançavam, não dispunham de um tempo fracionado em ações preestabelecidas. Inferimos a partir da ressalva da Rainha que sua posição de majestade e detentora de poder a fez estabelecer rotinas, a partir das quais pudesse manter seus subalternos controlados, úteis à produção.

Essa maneira de se controlar permitia uma facilidade maior no ato de punir. Entretanto, reconhecemos que o controle do tempo, do espaço, dos corpos não está restrito apenas às posições de mando, ao contrário disso, esse poder é tentacular, está em todas as relações. Como bem advoga Foucault (2012a), esse controle do tempo, dos corpos evidencia uma tecnologia política do corpo. Esta, por sua vez, é difusa e, consequentemente, impossível de ser localizada em uma instituição, em um aparelho do Estado. Trata-se, na verdade, de uma microfísica do poder, encontrada nas instituições, por isso a estamos relacionando ao discurso institucional. Consoante Foucault (2012a, p. 29):

[...] temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é ‘privilégio’ ad-



quirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.

Foucault (2012a) acrescenta ainda que esse “novo” modo de punir surgiu, no início do século XIX<sup>11</sup>, como uma economia de castigo. O tempo bem administrado para a movimentação da economia e docilidade do corpo seria o ideal a ser trabalhado pelas instituições; tanto nas escolas, como nas fábricas, nos hospitais, quem transgredisse os padrões seria punido ou diagnosticado louco. A partir dessa datação do novo modelo de disciplinarizar os corpos, entendemos que, de certa maneira, os contos dos irmãos Grimm colaboram com esse processo disciplinarizador, haja vista o efeito moralizador provocado por cada um deles. Haja vista o efeito moralizador dos contos de fada, há uma necessidade de uma sanção no seu final: o herói / a heroína é bem-sucedido/a (feliz para sempre); o vilão recebe a sua pena. Esta pena é uma resposta às expectativas sociais (BAKHTIN, 1997), tal como no caso da punição do criminoso, do delinquente (FOUCAULT, 2012a).

O lucro sobre o corpo do vilão é o sentido do próprio conto, a sua divulgação, a reatualização dos valores de punição, de castigo. As personagens antagonistas podem apresentar qualquer comportamento, mas, no final das narrativas canônicas (no caso dos contos de Grimm), geralmente são punidas, representadas

---

11 É importante ressaltar que o conto dos irmãos Grimm teve sua versão escrita neste mesmo século. É também o momento histórico importante do povo alemão e da confirmação do nacionalismo. Assim, “Segundo Smith (1991), a ideia nacionalista, como movimento, foi introduzida por Montesquieu, Rousseau, Herder e Fichte, nos séculos XVIII e XIX, tendo uma matriz cultural de dupla origem, iluminista e romântica, e que originou dois padrões – o neoclássico e o medievalista – os quais, por seu turno, espelham as duas vias étnicas das quais emergiram os dois conceitos de nação. [...] Hermet (1996) anota, também, que, na Idade Média, a existência de ressentimentos nas camadas populares contra invasores estrangeiros ou devido à subjugação a autoridades políticas estranhas, conduziu ao desencadeamento das primeiras reações nacionalistas.” (<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium36/7.pdf> – p. 3. Acesso às 16h, do dia 27/07/2015).

por um final trágico condizente com o nível de “maldade” praticada. Em se tratando dos objetos em análise, no conto, a Rainha é punida com a morte, no final da história; no filme, a punição da madrasta vem com a perda da beleza, das riquezas, do poder.

Foucault (2012a) argumenta ainda que a ilusão de que a penalidade é apenas uma maneira de reprimir delitos foi abandonada. Passa a ser importante mostrar que as medidas punitivas estão ligadas a efeitos positivos e úteis. Mesmo com diversos mecanismos punitivos, os sistemas foram recolocados em uma certa “economia política” do corpo, por mais que não se faça o uso de castigos violentos ou cruéis, o corpo sempre é o foco central da punição, a sua força, a sua utilidade e docilidade, sua repartição, sua submissão. Mas o corpo também está diretamente ligado a um campo político, tal como nos ensina Foucault (2012a, p. 28): “[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”. Trata-se de um investimento político do corpo, ligado a sua utilização econômica. O corpo é investido como força de produção pelas relações de dominação e de poder. Conforme Foucault (2012a, p. 29):

[...] em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Essa sujeição pode ser feita de diversas formas, não apenas por meio da ideologia ou da violência. Nessa perspectiva, pode haver um “saber” do corpo. Não se trata de uma ciência voltada para o seu funcionamento, mas de um controle e um saber que, segundo Foucault (2012a), poderia ser chamado de tecnologia política

do corpo. Essa tecnologia disciplinariza os sujeitos não só para uma atitude produtiva, no sentido do trabalho, do capital, como também os coloca dentro de uma relação de bondade/maldade, interferindo nos seus comportamentos, na construção de seus valores. Dessa relação, emerge o discurso religioso, segundo o qual os justos herdarão o Reino dos céus; os maus, injustos, com efeito, serão penalizados, irão para o fogo do inferno<sup>12</sup>.

E, tanto no conto como no filme, há a reprodução desse discurso. Com efeito, as/os personagens/enunciadores das obras são representantes do “bem” e do “mal”. As roupas, a posição social, o tom de voz, a linguagem, a forma de olhar, são todas características da padronização de comportamentos do bem e do mal. Branca de Neve, o Príncipe Encantado, os Anões, o povo, de maneira geral, são as/os personagens/enunciadores representantes do “bem”. A Rainha má, seus vassalos e toda a rede de antagonistas da história representam o “mal”. O que há em comum nesse processo de caracterização são as relações de poder sendo instauradas.

Revel (2005), em estudo acerca dos conceitos essenciais na obra de Foucault, apresenta o poder como “relações de poder” de uns sobre os outros, independente de posição social, como afirmado anteriormente. Como o poder, consoante Foucault, é tentacular, tal perspectiva implica em efeitos múltiplos, compreendidos fora de um campo tradicionalmente identificado pela análise filosófica como campo de poder. Ainda conforme Revel, Foucault defendia o poder como sendo uma genealogia indissociável de uma história da subjetividade, trata-o como um ato. Ainda segundo Revel (2005, p. 67), o poder é uma questão assim tratada:

---

12 “Vocês ouviram o que foi dito aos seus antepassados: ‘Não matarás’, e ‘quem matar estará sujeito a julgamento’”. (Mateus, 5:21) “Mas eu digo a vocês que qualquer que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento. Também, qualquer que disser a seu irmão: ‘Racá’, será levado ao tribunal. E qualquer que disser: ‘Louco!’, corre o risco de ir para o fogo do inferno”. (Mateus, 5:22). [http://www.bibliacon.com/mateus\\_5/](http://www.bibliacon.com/mateus_5/), (acessado em 05/8/15, às 20h15min).

[...] se o poder não existe senão em ato, então é a questão do ‘como’ que ele retorna para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação, quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha, e os efeitos que ele implica numa época dada. Em nenhum caso, trata-se, por consequência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história.

Como mencionado anteriormente, ao discurso religioso subjazem poderes, autorizados socialmente, que determinam posições, produções, alianças, relações de sexualidade, construção de famílias. Nos contos de fada, esse poder relaciona-se ao seu final moralizador. O castigo volta-se para a alma. No caso do conto, isso é traduzido em termos da vigilância da alma. Toda a batalha entre o bem e o mal, a vitória do bem em relação ao mal constituem lições moralizadoras, a fim de ‘educar’ o outro. Isso atua “[...] profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2012a, p. 18).

No entanto, como afirmado anteriormente, essas medidas punitivas, consoante Foucault (2012a), não apenas possuem efeitos negativos. O discurso moralizador dos contos de fada é um “efeito útil e positivo”, haja vista a possibilidade de inculcação do respeito ao outro. É estabelecida a relação utilidade-docilidade do outro. Assim, como mencionado, os sistemas punitivos são colocados em uma “economia política” do corpo. A importância desse investimento político ligado a sua utilização econômica está na sua ligação com o discurso religioso, atrelado, por sua vez, ao discurso capitalista, já que há uma necessidade de tornar o outro útil. Foucault (2012a) afirma que só se pode

tornar um corpo em força útil se ele for ao mesmo tempo produtivo e submisso. Neste caso, percebemos o quão o discurso religioso está correlacionado ao discurso capitalista. Diante das deliberações, a seguir, apresentamos nossas considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, a partir das análises feitas, que há um processo de reatualização do discurso do conto Branca de Neve e os sete anões, no filme Espelho, espelho meu, na medida em que há continuidade/rupturas, em relação a algumas posições discursivas, a algumas características de personagens/enunciadores. Na mesma medida, há a revalorização de alguns valores sociais, interessantes tanto aos paradigmas religiosos como aos capitalistas.

Assim, as histórias infantis são revisitadas com frequência para que sua manutenção seja efetivada e perpetuada. A reiteração dos discursos medievais, perpassados durante os séculos, apresentam-se, de forma aparentemente atualizada, para se identificarem com o momento histórico real. A mídia, veiculadora dos diversos discursos, tem o propósito de manutenção de poder, de perpetuação de determinados valores/comportamentos sociais.

Nesses termos, ela é uma das principais veiculadoras do discurso pedagógico, responsável pela disciplinarização dos sujeitos. Há uma normatização em torno da obediência a Deus, aos dogmas da igreja (principalmente, às relacionadas ao cristianismo); em torno da perpetuação de uma família heterogâmica, construída a partir do casamento. Afora esse aspecto, há uma reiteração do poder de Deus sobre os homens, dos pecados capitais, principalmente, o que diz respeito aos 'malefícios' da vaidade. Dessa forma, compreendemos que o discurso moralizador dos contos de fada é um "efeito útil e positivo", haja vista a possibilidade de inculcação do respeito ao outro. É estabelecida a relação utilidade-docilidade do outro. Assim, os sistemas

punitivos são colocados em uma “economia política” do corpo. A importância desse investimento político ligado a sua utilização econômica está na sua ligação com o discurso religioso, atrelado, por sua vez, ao discurso capitalista, já que há uma necessidade de tornar o outro útil. Sendo assim, conforme Foucault (2012a), só se pode tornar um corpo em força útil se ele for ao mesmo tempo produtivo e submisso.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERNARDET, J. *O que é cinema*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

Espelho, Espelho Meu. Direção de Tarsem Singh; Roteiro e adaptações Jason Keller e Melissa Wallack. Estúdio Citizen Snow Film Productions, Goldmann Pictures, Rat Entertainment. Estados Unidos: 2012. São Paulo: Imagem filmes, 2012. Versão digitalizada, 2012. [DVD]. (106 minutos), colorido.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. In: *Ditos e Escritos* (vols. III). Petrópolis: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

FOUCAULT, M. Diálogos sobre o poder. In: MOTTA, M. de B. da (org.). *Estratégia, poder-saber*. In: *Ditos e escritos* (vols. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c [1978].

HOUAISS, A. *Houaiss eletrônico*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. São Paulo, 1986.



ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

Formato	15cm x 21cm
Tipografia	ZapfEllipt BT
Software de editoração	Adobe InDesign
Número de páginas	144
Edição	Criação Editora



Meyre Jane dos Santos Silva

Jane Cleide dos Santos Silva

Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

Isabela Marília Santana

Érika Ramos Ribeiro

Nayara de Arêdes Oliveira

Danillo da Conceição Pereira Silva

Lorena Gomes Freitas de Castro

Glícia Kelline Santos Andrade